

ATLAS

HISTÓRIA GERAL

HILÁRIO FRANCO JR.
RUY DE O. ANDRADE FILHO



editora scipione

ATLAS

HISTÓRIA GERAL

Hilário Franco Jr.

Professor Doutor em História — Universidade de São Paulo

Ruy de Oliveira Andrade Filho

Doutorando em História — Universidade de São Paulo



Este **Atlas de História Geral** foi concebido para ser uma obra de interesse e consulta para professores, pais e alunos. Assim, pretende ser ao mesmo tempo simples nas formulações, porém rigoroso nas informações. Procurando cobrir em poucas páginas toda a História Geral, é necessariamente seletivo, tanto nos textos que introduzem cada capítulo quanto nos mapas e gráficos que apresenta. A seleção do material foi guiada por um critério básico: contemplar a globalidade histórica de cada civilização, de cada época.

Por isso, ao contrário do que se poderia esperar de um atlas histórico convencional, os mapas sobre fronteiras políticas constituem apenas uma parte dele. Procurou-se garantir espaço também aos aspectos sociais, econômicos, demográficos, culturais, religiosos, apresentados em fotos, tabelas e gráficos. Dentro de suas propostas e limitações esperamos que este **Atlas** se revele um instrumento de pesquisa bastante útil. É o que desejamos.

Os Autores.



editora scipione

Sumário

Antiguidade

As civilizações do antigo Oriente Médio	4, 5
A Grécia arcaica e clássica	6, 7
A civilização helenística	8, 9
A formação do mundo romano	10, 11
A fragmentação do mundo romano	12, 13
A cultura clássica	14, 15

Idade Média

A penetração dos germanos	16, 17
As civilizações bizantina e muçulmana	18, 19
O Império Carolíngio	20, 21
A Europa feudal: política e economia	22, 23
A Europa feudal: religião e cultura	24, 25
A sociedade medieval	26, 27
As crises do fim da Idade Média	28, 29

Idade Moderna

O Renascimento	30, 31
As reformas religiosas	32, 33
Os descobrimentos	34, 35
O mercantilismo	36, 37
A colonização ibérica	38, 39
A colonização anglo-saxônica	40, 41
As monarquias absolutistas	42, 43
A crise do século XVII	44, 45
A sociedade do Antigo Regime	46, 47
A cultura do Antigo Regime	48, 49

Idade Contemporânea

Os Estados Unidos no século XIX	50, 51
A América Latina no século XIX	52, 53
A Revolução Francesa e o período napoleônico	54, 55
A Europa da reação e da revolução	56, 57
As unificações	58, 59
A Revolução Industrial	60, 61
O imperialismo	62, 63
A Primeira Guerra Mundial	64, 65
As relações entre os Estados Unidos e a América Latina	66, 67
O período entre-guerras: política	68, 69
O período entre-guerras: economia e sociedade	70, 71
A Segunda Guerra Mundial	72, 73
A Guerra Fria	74, 75
Novas linhas de rumo	76, 77
Índice remissivo	78, 79
Bibliografia utilizada	80

2000 a.C.

ANTIGUIDADE

476

IDADE MÉDIA

As civilizações do antigo Oriente Médio

O homem apareceu na Terra há três milhões de anos, mas formou sociedades complexamente organizadas (com escrita, Estado, leis, cidades) há somente cinco ou seis mil anos [2]. Ou seja, sua vida “histórica” é muito mais curta e recente que a “pré-histórica”, sobre a qual temos informações fragmentárias, dispersas e polêmicas. Sabemos, entretanto, que por volta de 4000 a.C. o homem descobriu a agricultura, com ela se sedentarizou e assim começaram a se desenvolver as primeiras civilizações.

Conhecidas como civilizações hidráulicas ou de regadio constituíram-se em torno e em função de grandes rios [6]: a Mesopotâmia estava ligada aos rios Tigre e Eufrates [3], o Egito ao Nilo [1], a Índia ao Indo [6], a China ao Amarelo. Foi no Oriente Médio, com as civilizações da Mesopotâmia e do Egito, que teve início a História. Tempos depois desenvolveram-se ali outras sociedades, que, sem contar com o poder fertilizador de grandes rios, ganharam características diversas: pastoris (hebreus, filisteus, cananeus, hititas) [3] [5], mercantis (fenícios, lídios, cretenses) [4], militares (assírios, hititas, persas) [5]. Cada um desses povos teve, além de uma rica história interna, longas e muitas vezes conflituosas relações com os demais.

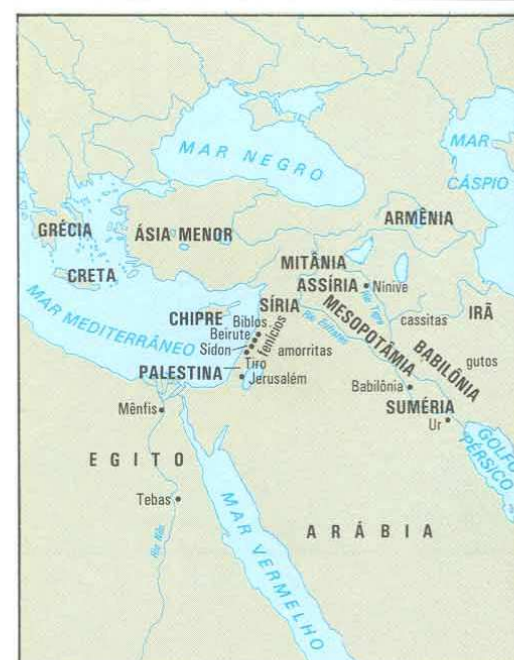
As duas principais civilizações foram a Mesopotâmia e o Egito. A Mesopotâmia, planície aberta à constante movimentação de diversos povos, conheceu quatro grandes períodos históricos: o sumério, o babilônico, o assírio e o caldeu [3]. Essa periodização clássica baseia-se na complexa história político-militar da região. Em todas as fases, há uma clara continuidade social (elite, homens livres pobres, escravos) e econômica (cerealicultura, pecuária, artesanato e comércio). Também do ponto de vista cultural (escrita cuneiforme, códigos jurídicos, astronomia) e religioso (politeísmo antropomórfico), os povos mesopotâmicos mostraram suas semelhanças.

O Egito [1], por sua vez, mais isolado por mares e desertos, só passou a ter contatos freqüentes com outros povos numa época relativamente tardia, por volta do século XVIII a.C. O fato de o faraó ser considerado um deus (enquanto os governantes mesopotâmicos eram apenas representantes de deuses) contribuiu por muito tempo para a estabilidade da região. Para preservar o corpo do faraó falecido e assim perpetuar a sociedade, construíram as pirâmides. Estruturalmente ligados ao Nilo, os egípcios concebiam o mundo como reflexo da luta entre o rio (deus Osíris) e o deserto (deus Seth). A vida econômica desse povo dependia do Nilo: agricultura em suas margens, transporte de pessoas e mercadorias em seu leito.

1 A vida econômica do Antigo Egito



3 O antigo Oriente Próximo

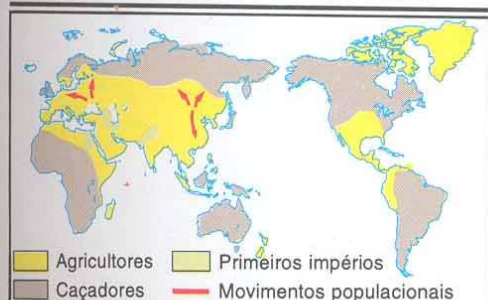
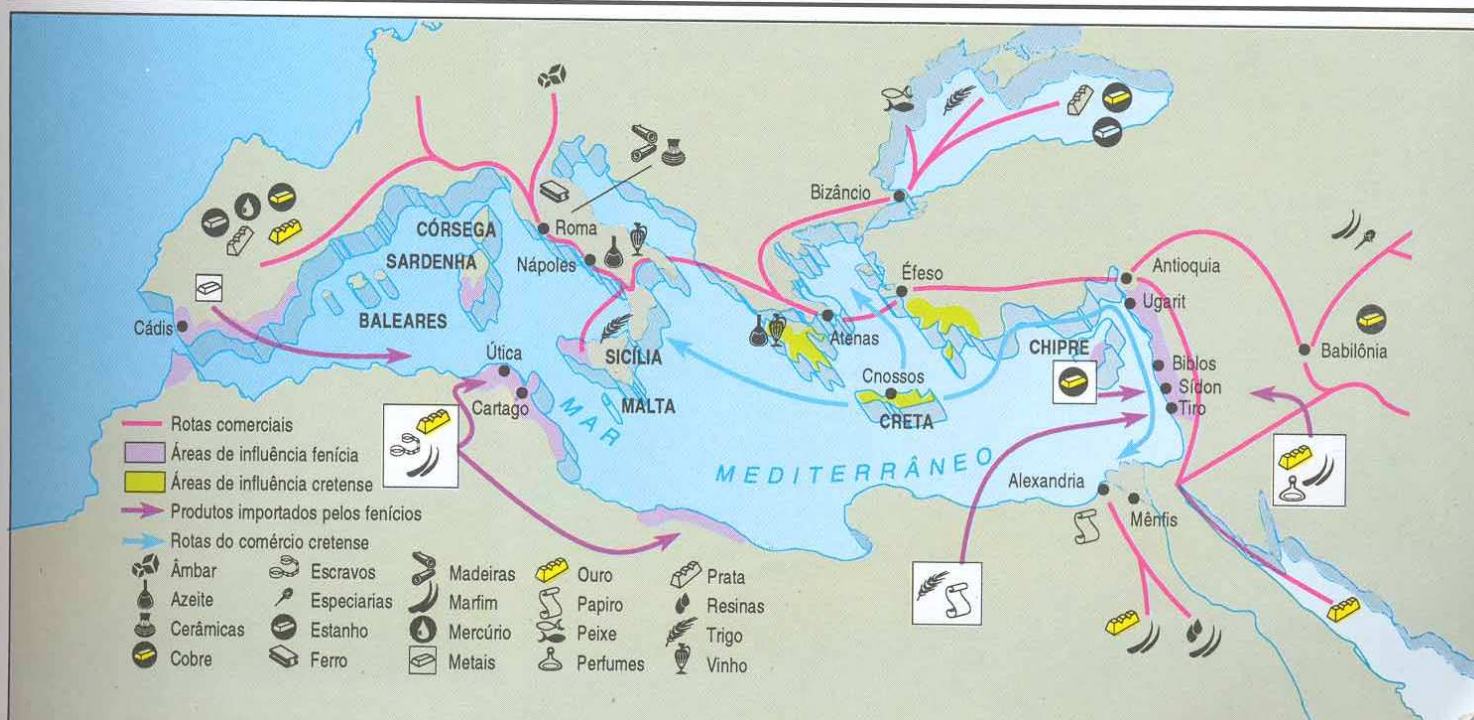


1453

IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

6 População em 3000 a.C.**2** O mundo ao redor de 3000 a.C.**5** Os impérios assírio e persa**4** Fenícios e cretenses

A Grécia arcaica e clássica

A península Balcânica, habitada pelos gregos, é pequena, tem poucas áreas férteis e muitas montanhas. Sendo bastante recortada pelo mar, possui inúmeros portos naturais. O grande número de ilhas próximas permite a navegação com segurança, quase sempre com terra à vista. Tal configuração geográfica contribuiu para a formação de algumas das características históricas básicas dos antigos gregos [1].

Compartimentados em pequenos cantões cercados pelas montanhas e pelo mar, cada grupo humano da Grécia Antiga estava relativamente isolado dos demais. Os gregos organizavam-se, assim, em pequenas unidades políticas, as cidades-Estados ou *poleis* [2]. Esse relevo acidentado, entretanto, dificultava as invasões estrangeiras, como ficou claro nas Guerras Médicas (499-449 a.C.), quando o poderoso Império Persa foi derrotado pelas pequenas *poleis*.

O litoral bastante recortado da Grécia apresentava uma escapatória ao solo pouco favorável à agricultura, com exceção da produção de azeitonas e uvas. Azeite e vinho eram exportados possibilitando aos gregos a importação de cereais, madeira e carne [3]. Em função dessas necessidades econômicas, desde o século XII a.C. os gregos fundaram inúmeras colônias por toda a bacia do mar Mediterrâneo, sobretudo nas costas da Ásia Menor [4]. E, fato extremamente importante, todas essas trocas comerciais eram acompanhadas por trocas culturais. Os gregos absorveram, selecionaram e adaptaram elementos de outras civilizações, proporcionando a elas sua própria cultura. As colônias gregas do sul da Itália, por exemplo, teriam mais tarde papel significativo na formação da civilização romana.

Na maior parte das cidades-Estados, a população reduzida e a participação de todo cidadão na defesa da cidade foram gerando um sentimento de certa igualdade que acabou por levar à democracia [5]. Por outro lado, a autonomia de cada *polis* criava forte sentimento regionalista. Antes de se considerar grego, o indivíduo se via como ateniense, espartano ou tebano. Assim, não surpreende que, embora unidos contra o estrangeiro, os gregos, com certa frequência, lutassem entre si. Aliás, foi o maior desses conflitos, a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), opondo a democrática Atenas à oligárquica Esparta e suas respectivas aliadas, que enfraqueceu definitivamente a Grécia Antiga.

O auge da antiga civilização grega foi o período clássico (séculos V-IV a.C.). A implantação da democracia [6] em várias cidades e a produção de notáveis obras artísticas, literárias e filosóficas caracterizaram internamente esse período. Externamente, os gregos puderam não só resistir à tentativa de invasão persa, mas também manter e até ampliar suas áreas coloniais.

2 Péricles e a democracia

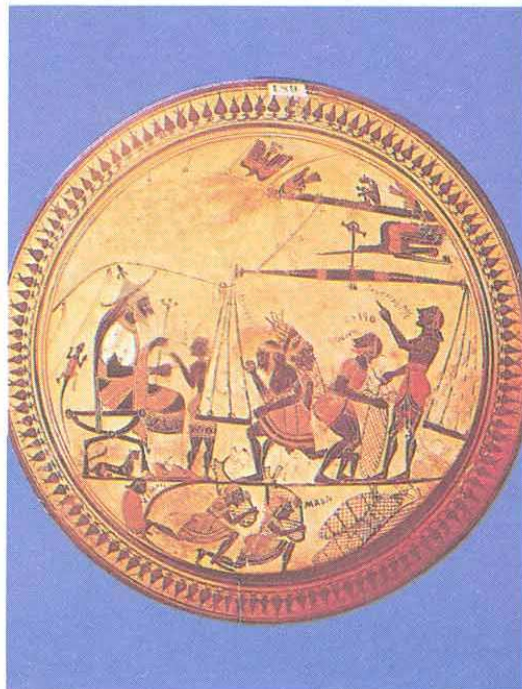
No inverno de 431-430 a.C., com a Guerra do Peloponeso iniciada, Péricles fez a sua oração fúnebre. Em lugar de louvar apenas os mortos, decidiu exaltar Atenas. Seguem-se dois emocionantes trechos dessa oração.

"Nossa constituição é chamada de democracia porque o poder está nas mãos não de uma minoria mas de todo o povo. Quando se trata de resolver questões privadas, todos são iguais perante a lei, quando se trata de colocar uma pessoa diante de outra em posições de responsabilidade pública, o que vale não é o fato de pertencer a determinada classe, mas a competência real que o homem possui".

"Aqui, cada indivíduo se interessa não só pelos seus assuntos particulares, mas também pelos assuntos do estado... não dizemos que um homem que não se interessa pela política é um homem que tem muito que fazer para si mesmo; dizemos que ele não tem absolutamente nada que fazer aqui... E há outro ponto em que nos distinguimos de outras pessoas: somos capazes ao mesmo tempo de assumir riscos e de calculá-los previamente. Outros são bravos por ignorância e, quando param para pensar, começam a ter medo. Mas o homem que pode em verdade ser considerado bravo é aquele que mais sabe avaliar tudo o que é doce na vida e tudo o que é terrível e sai, então, sem temor, para enfrentar o que vier."

BOWRA, C.M. e outros. *Grécia clássica*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. Biblioteca de História Universal Life, p. 100.

5 Comércio grego



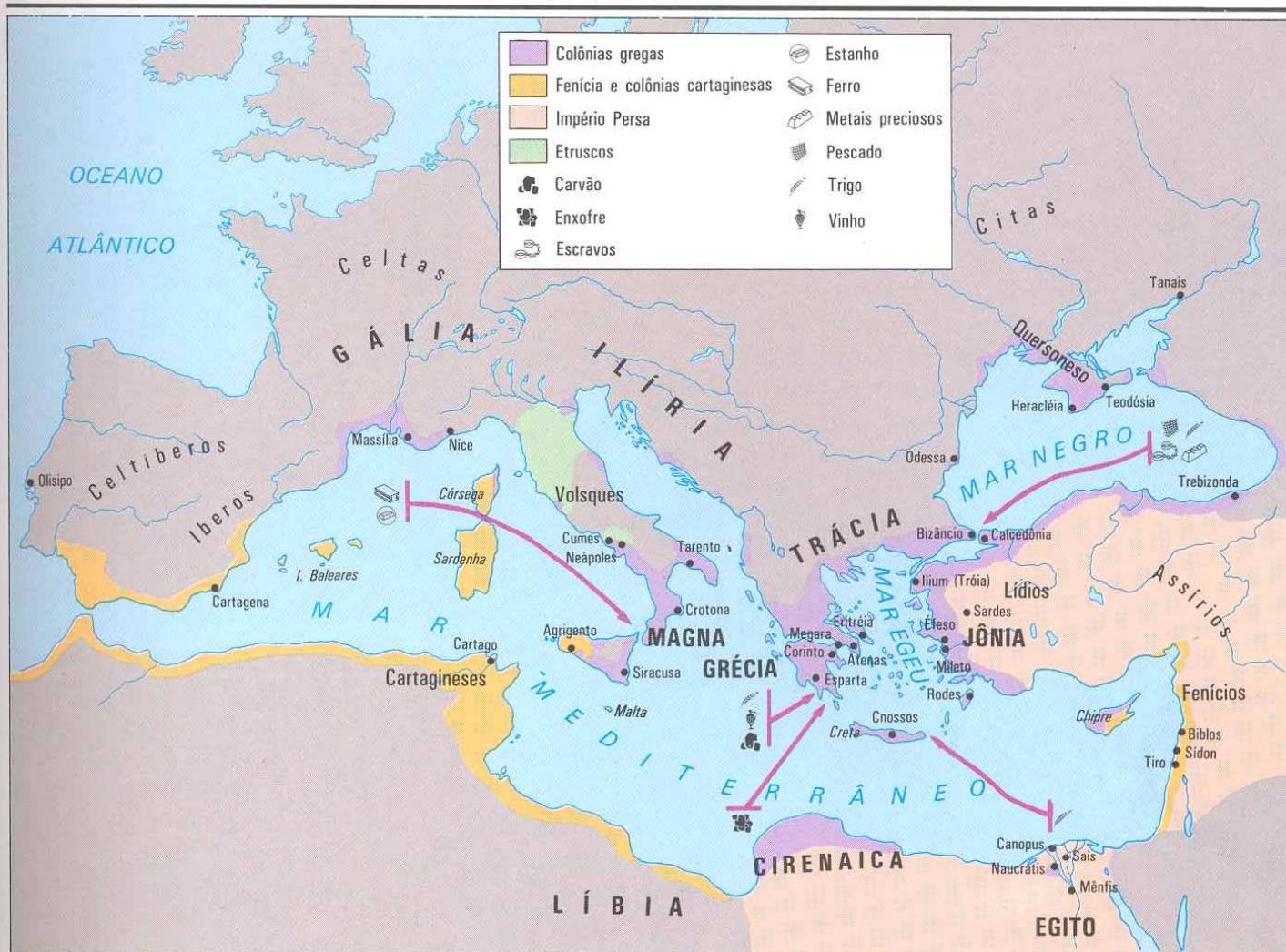
1453

IDADE MODERNA

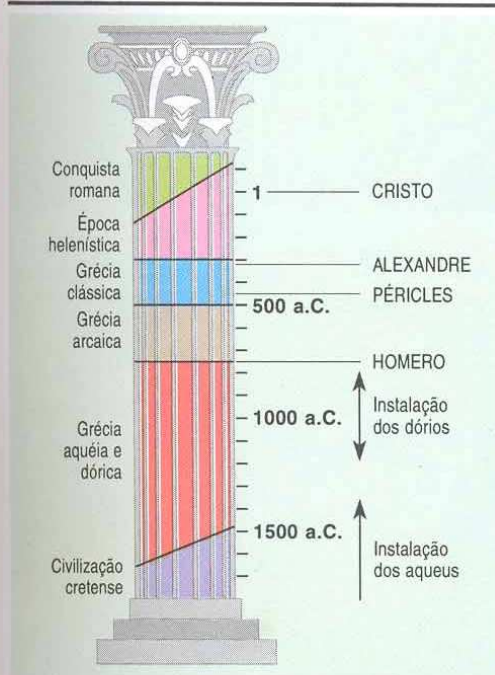
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

4 A colonização grega



1 Cronologia da Grécia Antiga



3 O mundo grego



A civilização helenística

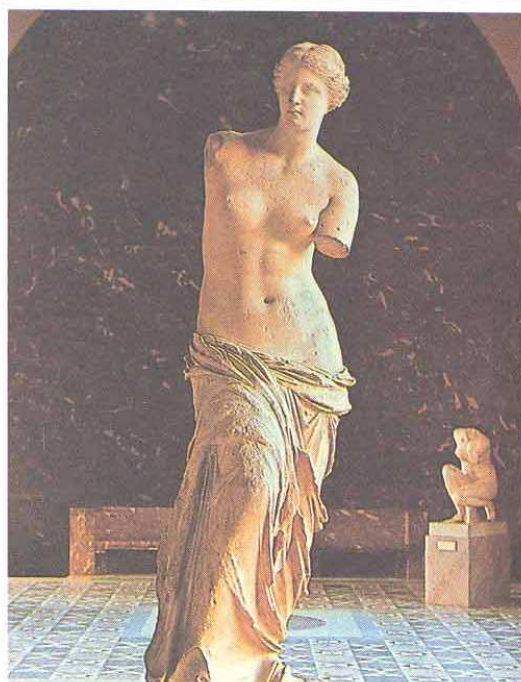
O próspero período clássico não levou ao surgimento de um espírito nacionalista e ao estabelecimento de uma unidade política entre as cidades-Estados gregas. Pelo contrário, a prosperidade geral de alguma forma acentuou as disputas internas e permitiu que, em 338 a.C., toda a Grécia fosse submetida por Filipe da Macedônia.

Seu filho e sucessor, Alexandre Magno [4], em poucos anos conquistou o vasto e poderoso Império Persa e parte da Índia, constituindo o maior império conhecido até então [1]. Mas esse vasto território não sobreviveu unido à morte prematura do conquistador: seus generais dividiram o império em três reinos, que, enfraquecidos por lutas internas, foram submetidos por Roma nos séculos II e I a.C. [3]. Portanto, a obra política de Alexandre foi efêmera, mas a fusão de elementos gregos e orientais propiciada por suas conquistas deu origem a um mundo novo, a civilização helenística [2].

No plano econômico, ela significou uma expansão das atividades mercantis e artesanais, facilitadas pela unidade política criada por Alexandre naqueles extensos territórios. Assim, desenvolveu-se uma economia internacional, com cada região se especializando em determinadas atividades e havendo intensa troca de mercadorias entre elas. Prenunciava-se a vida econômica do Império Romano. Se até o final do século III a.C. a Grécia beneficiou-se com as conquistas alexandrinas que abriram grandes mercados aos seus produtos e proporcionaram grandes pilhagens aos seus soldados, depois desse período ela passou a segundo plano. O eixo econômico deslocou-se para as regiões orientais, donas de recursos naturais e de populações bem maiores [2].

No plano cultural, a fusão entre o dinamismo dos gregos e o tradicionalismo dos povos orientais egípcios, mesopotâmicos e persas produziu resultados importantes. Nas artes predominaram a suntuosidade oriental, em obras como o Farol de Alexandria e o Colosso de Rodes, e o equilíbrio grego, em obras como a Vênus de Milo [5]. A filosofia grega, influenciada por certo fatalismo da visão de mundo dos orientais, levou a correntes de pensamento mais adequadas àquele momento: o estoicismo, que pregava a aceitação do destino, o ceticismo, que negava a possibilidade de se chegar à verdade, o cinismo, que defendia o desprezo às convenções sociais. Nas ciências, os conhecimentos teóricos dos gregos e o pragmatismo dos orientais permitiram o despontar de grandes nomes, como Euclides na Geometria, Arquimedes [6] na Física, Aristarco de Samos na Astronomia.

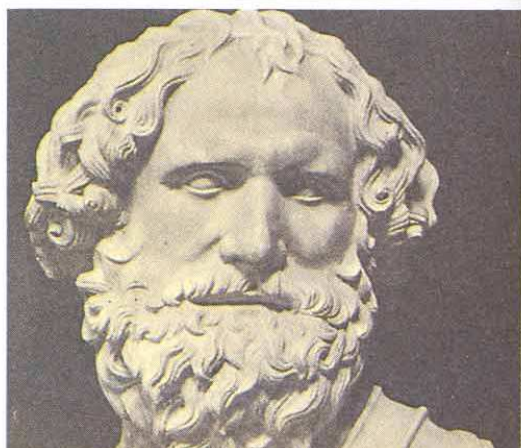
5 Vênus de Milo

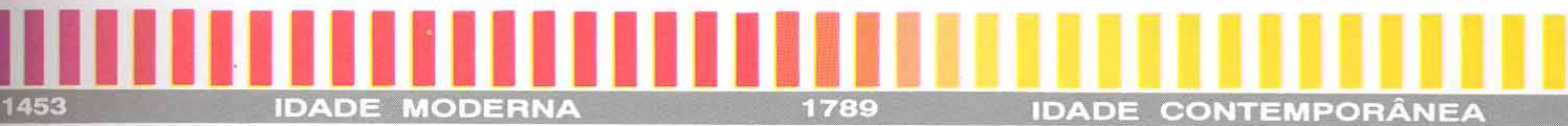


4 Alexandre Magno



6 Arquimedes





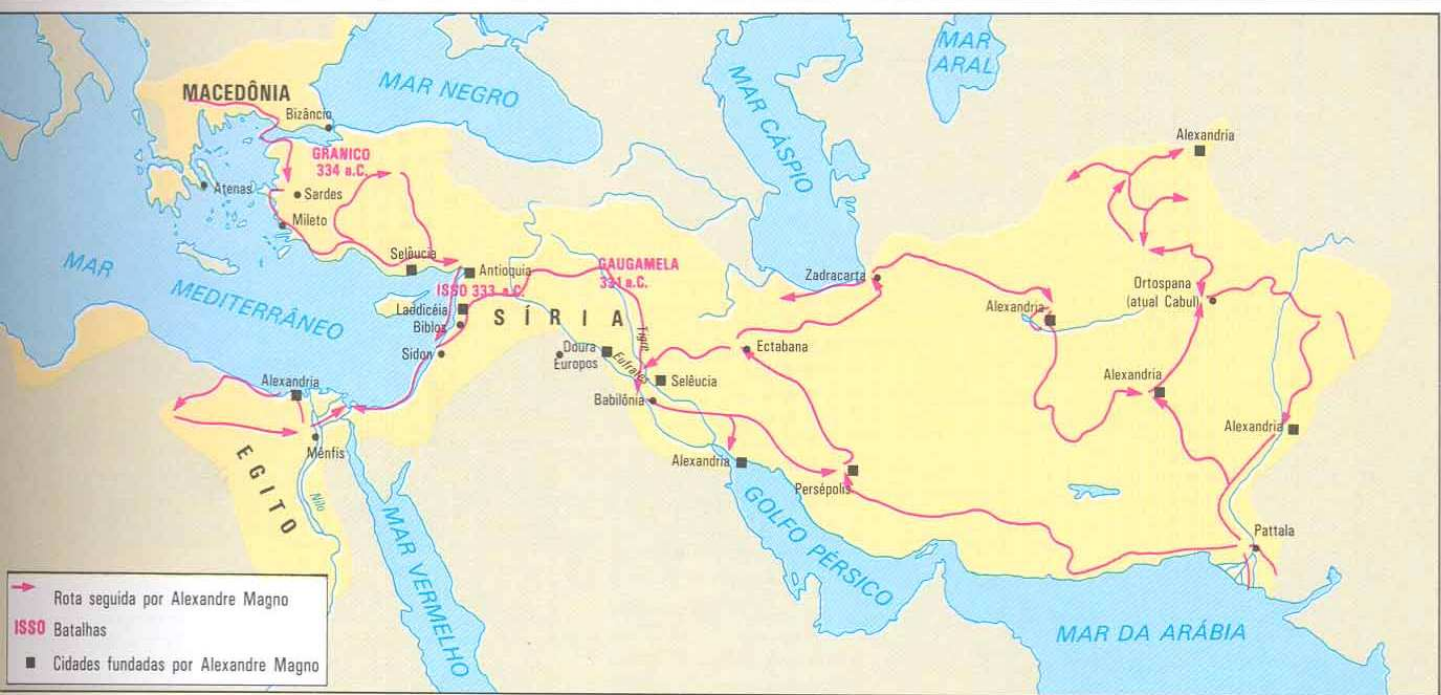
1453

IDADE MODERNA

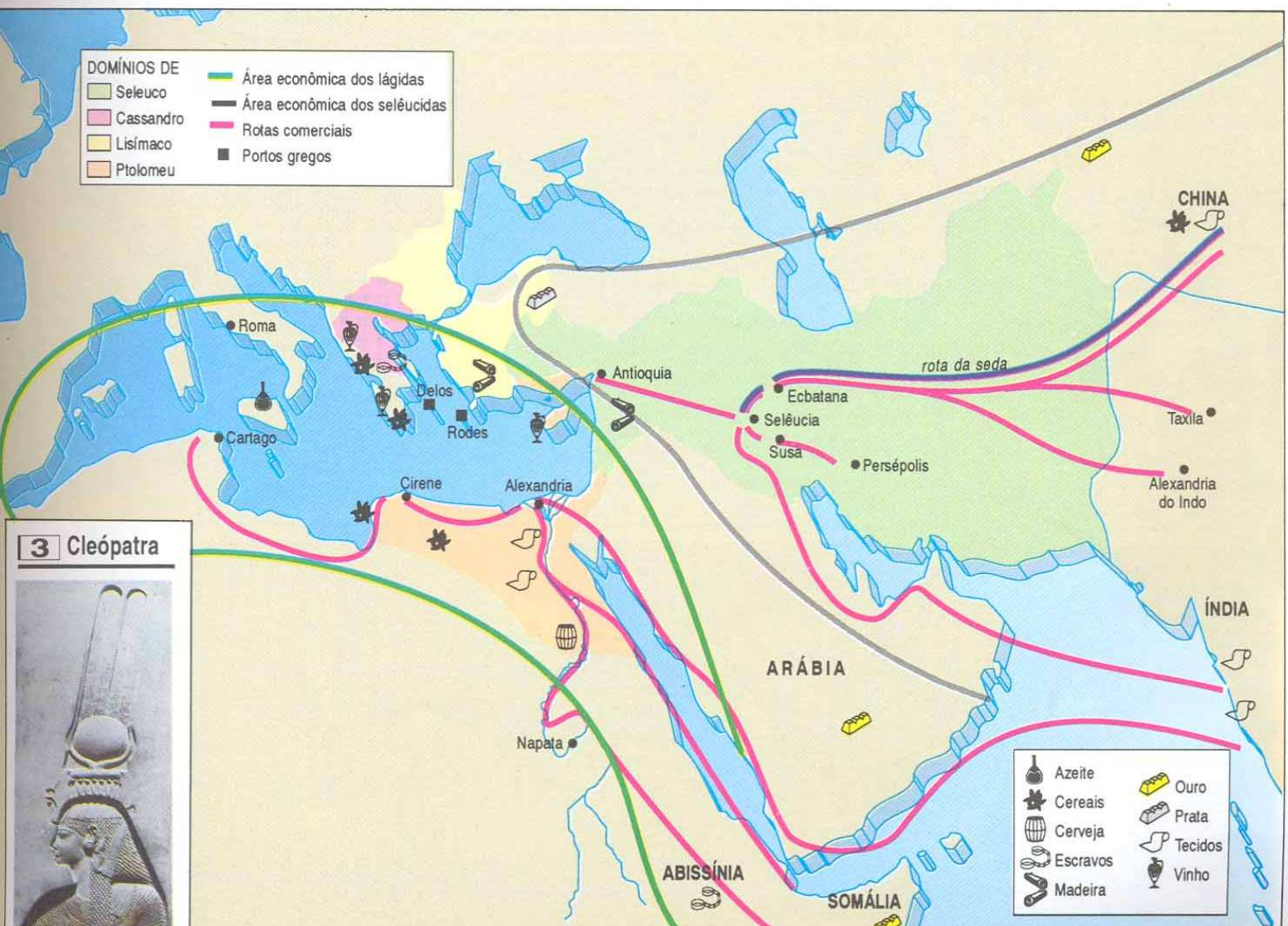
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

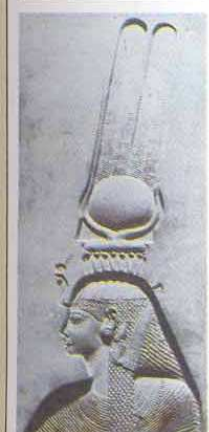
1 O império de Alexandre Magno



2 O mundo mediterrâneo e a civilização helenística



3 Cleópatra



A formação do mundo romano

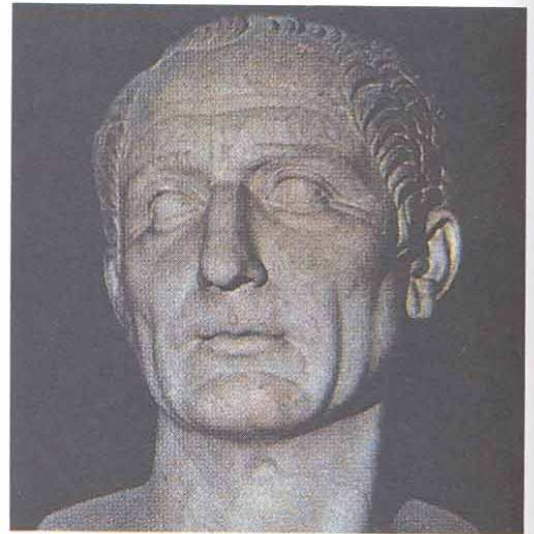
Fundada no século VIII a.C., na região central da Itália, a pequena cidade de Roma acabaria por controlar todos os territórios da bacia mediterrânea. No período inicial de sua história, essa cidade foi uma monarquia (753-509 a.C.) e pouco se expandiu sobre seus vizinhos peninsulares. Mas com o estabelecimento de uma república controlada pela oligarquia de grandes proprietários agrícolas, Roma passou a ter uma política expansionista. Como resultado disso em 275 a.C. toda a península Itálica estava submetida **1**.

Cada conquista colocava os romanos em contato com outras potências e tornava necessárias novas conquistas para preservar os territórios adquiridos anteriormente. Foi assim que, em cem anos, foram conquistados a Sicília, a península Ibérica, o norte da África **2**, a Grécia, a Ásia Menor **3**.

No entanto, esse rápido crescimento territorial provocou alguns problemas socioeconômicos decisivos para o futuro do mundo romano. Podemos dizer que o imperialismo aumentou as distâncias sociais em Roma. Com as guerras os pequenos e médios proprietários rurais morreram ou viram-se endividados, o que favoreceu a concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Milhares de indivíduos foram então obrigados a abandonar o campo e a migrar para as cidades. Ali, sem recursos econômicos, essa população marginalizada tornava-se fator de tensões sociais e de instabilidade política.

Diante disso, o Estado procurava proporcionar a ela alimento e diversão, "pão e circo" **4**, o que aumentava as despesas governamentais. Tornava-se necessário, então, dar continuidade às conquistas, que, por sua vez, introduziam cada vez mais escravos em Roma — no século II a.C. existiam dois milhões deles. Assim, era cada vez menos provável que um cidadão romano pobre achasse emprego. Essa difícil e complexa situação abria caminho para experiências autoritárias, a mais conhecida delas, a de Júlio César (48-44 a.C.) **5**.

5 Júlio César



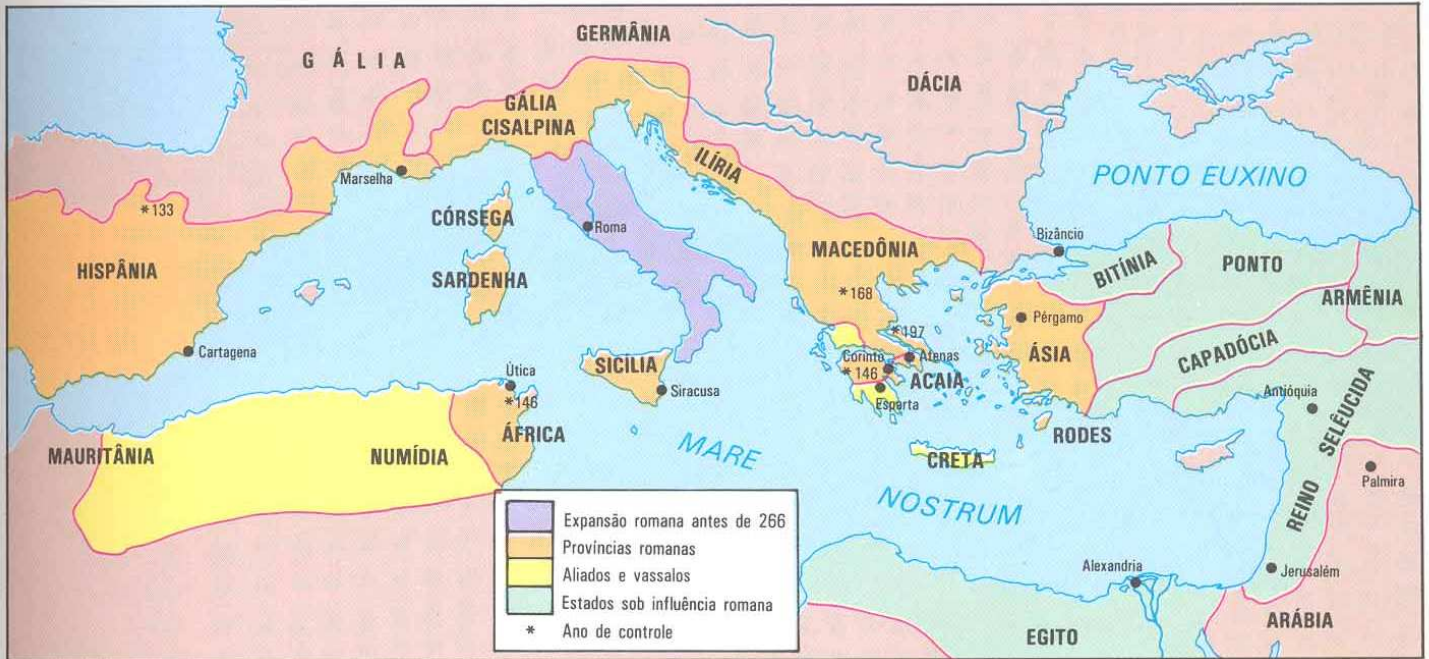
1 O início da expansão



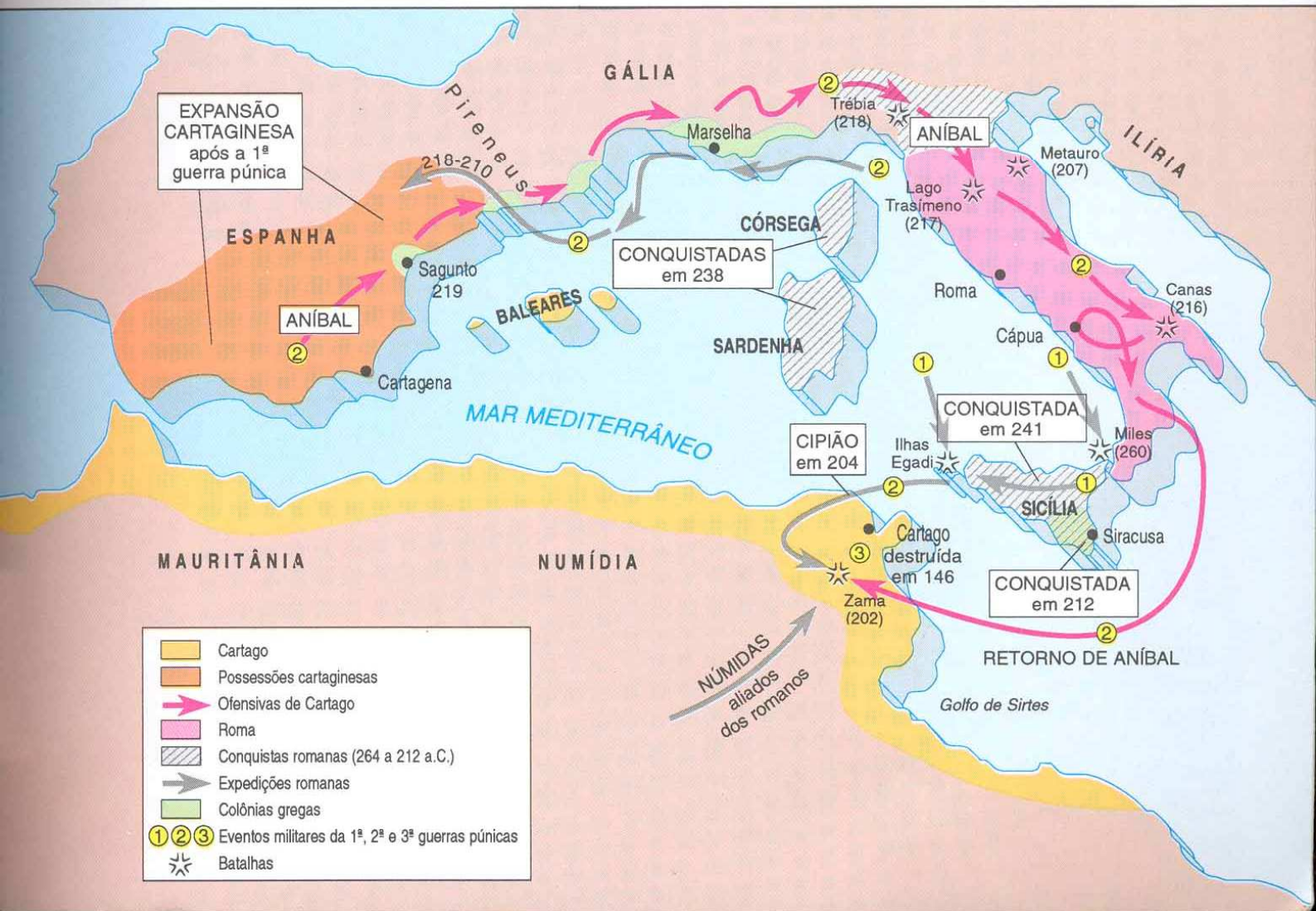
4 "Pão e circo"



3 Roma e o Mediterrâneo: o *mare nostrum*



2 Roma e o Mediterrâneo Ocidental: as Guerras Púnicas



A fragmentação do mundo romano

A crise social decorrente da rápida expansão romana levou a um período conturbado de tentativas de reformas (irmãos Graco) e de ditaduras militares (Mário, Sila, César, Otávio), que abalou profundamente a República. Dessa forma, quando Otávio [4], após derrotar seus rivais e conquistar o Egito, reuniu todo poder em suas mãos, na prática inaugurou o período imperial (27 a.C.). Todavia continuou a se ressentir dos problemas estruturais dos últimos tempos republicanos. A forte desigualdade sócio-político-econômica, o escravismo, o gigantismo do Estado, a crise espiritual continuaram presentes.

A passagem do poder oligárquico (o Senado republicano) ao pessoal (o imperador) não resolveu a questão política. Se Otávio Augusto e mais tarde alguns sucessores (Trajano, Adriano, Antônio) revelaram-se eficientes estadistas e administradores [2], não conseguiram formular uma regra clara e indiscutível de acesso ao trono. Em função disso, muitos militares e aventureiros puderam tomar o poder, numa sucessão de governos efêmeros que aumentaram as dificuldades de Roma. No curto período de 235-284, por exemplo, Roma conheceu vinte e seis imperadores. É natural então que muitas províncias tenham buscado sua autonomia, mostrando a impossibilidade de se manter o vasto império unido [1]. Tentativas de reformas político-administrativas, como a de Diocleciano no final do século III, não tiveram sucesso duradouro.

Nesse contexto é que se deve entender a política de aproximação entre o imperador Constantino e o cristianismo [3]. Essa religião, pouco importante no início, era uma seita judaica, surgida em uma distante e secundária província do império. Sua mensagem de igualitarismo, pacifismo e sobretudo de esperança dizia muito às populações mais pobres e marginalizadas do império. As dificuldades desta vida eram suportáveis com a expectativa do Céu. Por isso, a nova religião ganhara terreno em função da crise romana. Apesar de tornar-se proibido por negar o caráter divino do imperador romano, o cristianismo [5] continuou a fazer adeptos. Percebendo isso, Constantino [6], em 313, revogou a proibição ao culto cristão e Teodósio, em 380, transformou-o na religião oficial do Estado, proibindo, em 392, os cultos pagãos.

Significativamente, nessa última data, reconhecendo o alcance da crise, Teodósio dividiu o império em duas partes autônomas, com duas capitais e dois imperadores [3]. Quebrava-se a velha unidade mediterrânea. Paralelamente, a pressão dos povos germânicos desde o século III gerava enorme insegurança e acentuava as tendências separatistas de cada região. Caminhava-se claramente para a fragmentação da Europa, que se estenderia por vários séculos.

4 Otávio Augusto



5 Símbolos do Cristianismo



1 A população do Império e vizinhos



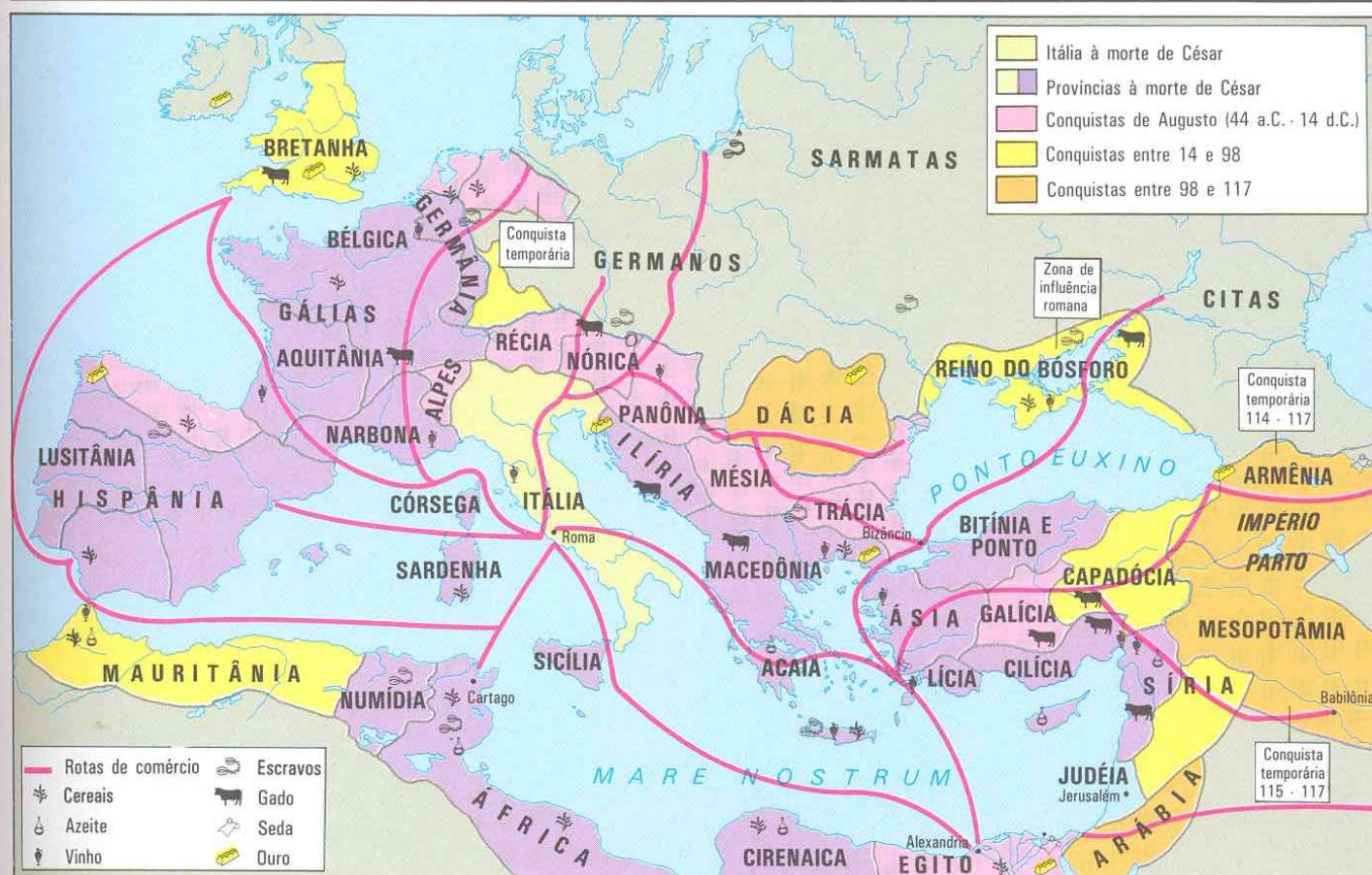
1453

IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

2 Roma: economia e máxima expansão territorial



3 A expansão do Cristianismo e a divisão do Império

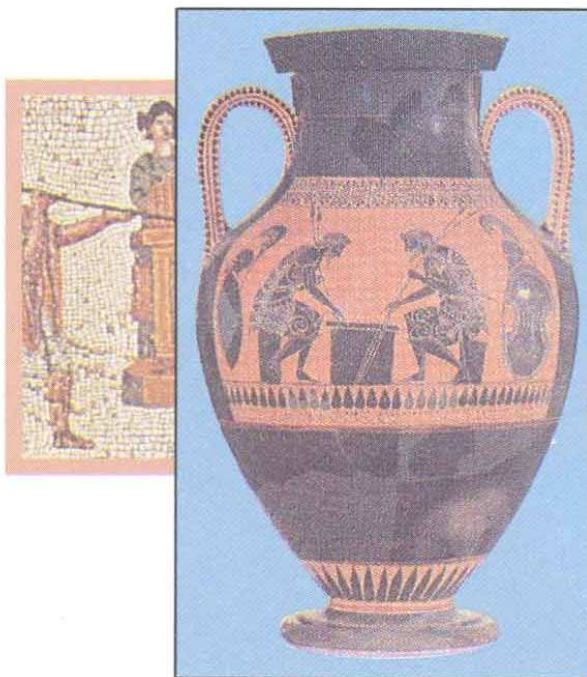


A cultura clássica

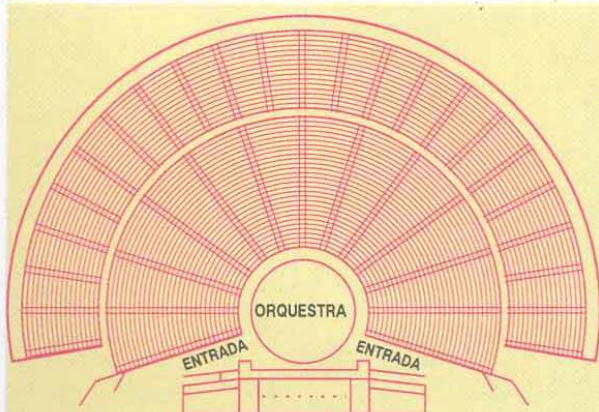
Como um poeta romano já havia percebido, “a Grécia cativa cativou Roma”. Ou seja, os rudes romanos, agricultores e guerreiros até então, ao invadirem e conquistarem a Grécia (II a.C.), ficaram fascinados pela cultura. Na verdade, os romanos já tinham contato com ela havia muito tempo, devido à presença de colônias gregas no sul italiano. Mas, sem dúvida, a admiração foi reforçada com a chegada dos romanos à terra helênica. Povo menos especulativo e mais pragmático, menos inovador e mais tradicionalista, menos criativo e mais disciplinado, os romanos adotaram e adaptaram vários elementos da cultura helênica.

2 A arte da pintura grega

Entre os gregos a pintura era sobretudo praticada nas ânforas de argila que acondicionavam o azeite e o vinho muito consumidos internamente e bastante exportados. O exemplar à direita, de princípios do século VI a.C., mostra os heróis míticos Ajax e Aquiles jogando. Os romanos, por sua vez, apreciavam a arte aparentada do mosaico, que com pequenas pedras de cores e formatos diversos compunham as mais variadas imagens, como neste exemplar do século II.

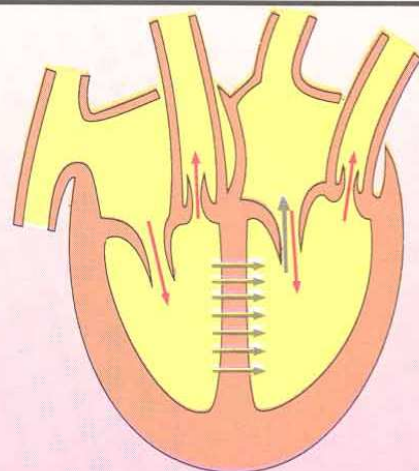


3 O teatro de Epidauro



O teatro de Epidauro, na Grécia, podia receber até 14 000 espectadores. Construído ao ar livre, ele tinha acústica perfeita. No círculo da orquestra ficava o altar do deus Dioniso, já que o teatro nasceu como parte dos rituais dedicados àquela divindade.

4 O fluxo sanguíneo segundo Galeno



O sistema de Galeno entendia que a respiração tinha como função resfriar o sangue e o coração pela veia pulmonar. O coração seria o centro irradiador do calor e os pulmões, os foles de resfriamento. Tal concepção mesclava a idéia do ar como pneuma (espírito), donde surgiu a expressão popular “sopro de vida”.



5 Asterix na Grécia



1453

IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

1 O bezerro do sacrifício e o bom pastor

A escultura ao lado mostra um grego levando um bezerro ao santuário para o sacrifício ritual aos deuses, segundo antiga e difundida prática pagã. Entre os romanos isso também acontecia, porém com a cristianização ocorreu importante mudança de significado do ato. A estátua da direita mostra o motivo romano cristão do bom pastor (símbolo do próprio Cristo) que recuperou a ovelha desgarrada (o fiel que se perdera e retorna à segurança junto à Divindade).

**6 Termas de Caracala, Roma**

A penetração dos germanos

Os greco-romanos chamavam de bárbaros os povos estranhos a sua cultura e a seu mundo. Dentre eles, os mais próximos eram os germanos, divididos em duas grandes famílias: a gótica (visigodos, ostrogodos, hérulos) e a teutônica (francos, anglos, vândalos, lombardos) [1]. Localizados nas fronteiras setentrionais do mundo romano, os germanos mantinham com ele contatos esporádicos. No século IV, com a crise do império, muitas tribos germânicas foram incorporadas ao exército para policiar as fronteiras romanas. No momento de recuo demográfico da população romana [2] e de sua crescente cristianização, diminuiu a procura pela carreira militar, o que propiciou a germanização do exército imperial.

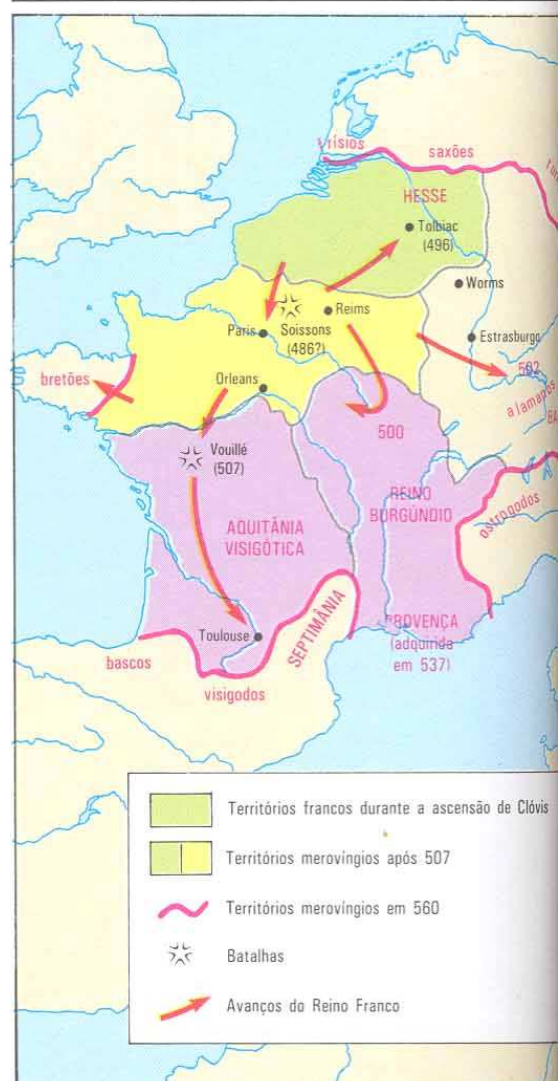
A posterior ocupação dos territórios romanos pelos germanos foi, assim, apenas o resultado de uma evolução que os tornara a força viva do império. Portanto, por cerca de dois séculos houve uma penetração pacífica e apenas na primeira metade do século V aconteceram as verdadeiras invasões germânicas. Estas, na realidade, foram precipitadas pela pressão de um povo oriental, os hunos [3], que levaram os germanos em fuga a entrarem maciçamente em território romano [2].

Colocavam-se, desta forma, frente a frente duas civilizações que ao longo dos séculos seguintes iriam se fundindo para formar a Europa, a romana e a germânica [3] [6]. Socialmente, os germanos baseavam-se na família patriarcal e monogâmica e, politicamente, na tribo. Seu chefe era um rei eleito pela Assembléia dos Guerreiros, com a qual dividia as principais decisões. Economicamente, os germanos eram agricultores e pastores, com um artesanato pouco desenvolvido (com exceção da metalurgia) e trocas comerciais esporádicas.

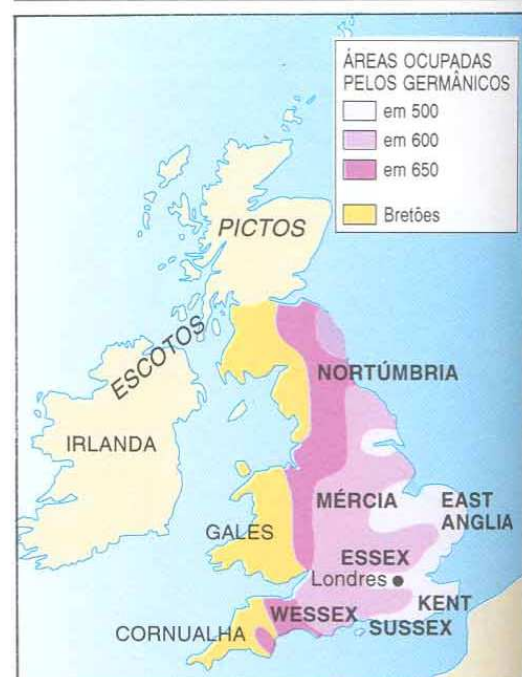
A literatura e o direito eram transmitidos de forma oral de geração a geração; as artes principais eram a ourivesaria e os trabalhos com outros metais. Os povos germanos eram politeístas, com deuses representativos de fenômenos naturais e sociais. Os principais deuses eram Thor, divindade da guerra, e Freya, da fecundidade.

Apesar de representarem apenas 5% da população total do Império Romano, em poucos anos os germanos ocuparam pontos nevralgicos do Império. A cidade de Roma foi conquistada em 476 [1] e o último imperador deposto. Quebrava-se a unidade de política anterior. Surgiam vários reinos germânicos, ponto de partida dos futuros países europeus [3] [4] [5] [6]. Começava a Idade Média.

4 O reino merovíngio (480-560)



3 Inglaterra anglo-saxônica (500-650)



1453

IDADE MODERNA

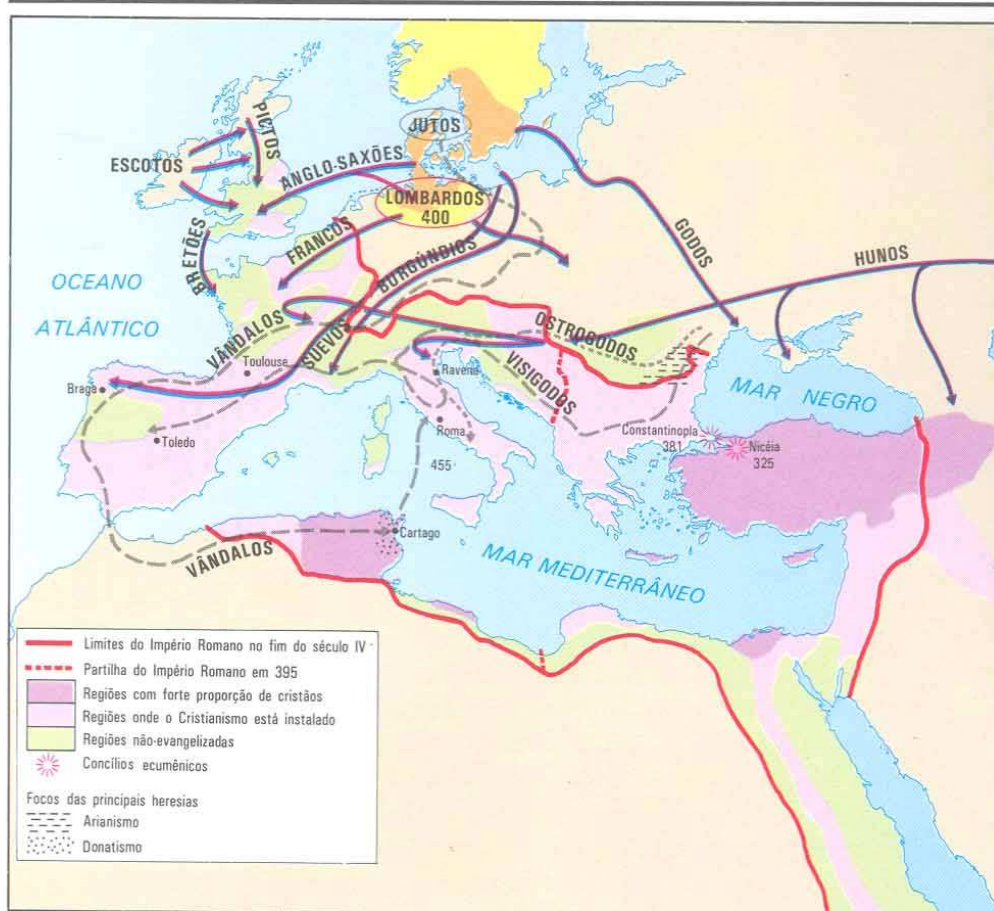
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

6 Itália bizantina e lombarda (568-603)**7 A regressão demográfica**

Evolução demográfica da Cristandade ocidental
(em milhões de habitantes)

Países (segundo fronteiras atuais)	200	400	600	800
Itália	7,0	5,0	3,5	4,0
Alemanha	3,5	3,5	3,0	3,25
Holanda	0,2	0,2	0,2	0,2
Bélgica e Luxemburgo	0,4	0,3	0,3	0,3
Suíça	0,3	0,3	0,3	0,3
França	6,5	5,0	4,5	5,0
Inglaterra e Gales	0,7	0,8	0,6	0,8
Espanha	5,0	4,5	3,5	3,75
Portugal	0,5	0,5	0,4	0,4
Totais	24,1	20,1	16,3	18,0

5 O reino visigótico (567-711)**1 As migrações bárbaras****2 Os reinos germânicos em fins do século V**

As civilizações bizantina e muçulmana

Enquanto os germanos partilhavam entre si o Ocidente, no Oriente a outra metade do Império Romano sobrevivia e teria importante papel ao longo da Idade Média [4]. Tendo como capital Constantinopla [1], antiga cidade grega de Bizâncio, o Império Romano do Oriente ficou conhecido como Império Bizantino.

Tratava-se de um Estado multirracial, que aceitava como cidadão todo aquele que falasse grego e seguisse o cristianismo ortodoxo [4]. A monarquia era teocrática, sendo o imperador considerado um vice-Deus. Por isso, a Igreja ortodoxa (ao contrário do que ocorreria com a católica no Ocidente) era dependente do Estado. A religiosidade popular era muito exaltada, e não poucas vezes ocorreram revoltas e crises profundas por razões religiosas. A cultura, embora sintetizasse as contribuições de várias províncias, tinha um inegável caráter grego. A economia era de base agrária, mas com um importante setor artesanal e comercial [4].

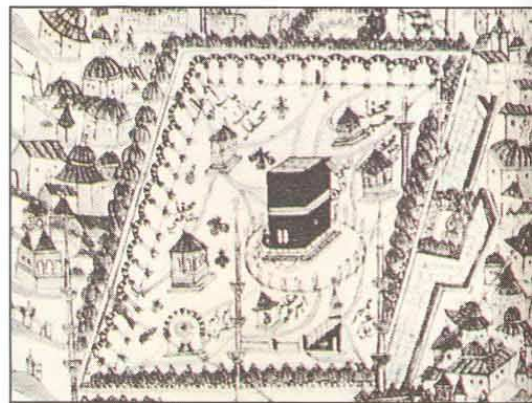
Os mesmos elementos que possibilitaram a vitalidade do Império Bizantino acabariam, contudo, por enfraquecê-lo. O poder do imperador despertava inveja, rivalidade e atentados. O forte sentimento religioso levava a desentendimentos e separatismos. A riqueza do comércio e da capital atraíam concorrentes e invasores. Depois de uma história longa e conturbada, o Império caiu, em 1453, nas mãos dos turcos, povo seguidor de uma religião nascida na Arábia oito séculos antes e que se difundira por extensas áreas.

Depois de um começo difícil, em 630 Maomé conseguiu unir os árabes em torno de sua proposta religiosa, o Islã. Seus seguidores, conhecidos por muçulmanos ("os que fizeram a paz com Deus"), acreditam na existência de um único Deus, Alá. Em nome dele devem rezar cinco vezes ao dia voltados para a cidade santa de Meca e peregrinar pelo menos uma vez na vida até ela [2]. Estavam obrigados ao jejum diurno durante o mês sagrado de Ramadã, e deveriam também dar esmolas aos pobres e ao Estado. Aqueles que morressem em nome dessa religião ganhariam o Paraíso.

Unidos por essa crença, necessitados de terras mais férteis, em poucos anos os árabes conquistaram um imenso império e converteram inúmeras populações ao Islã [5]. Nesse vasto mundo muçulmano os problemas políticos não foram raros, mas foi a vitalidade econômica e cultural que mais se sobressaiu, assim como ocorreu com o vizinho e inimigo Império Bizantino. Foram na verdade essas duas civilizações que preservaram e ampliaram muito da cultura antiga, transmitindo-a à Europa [6].

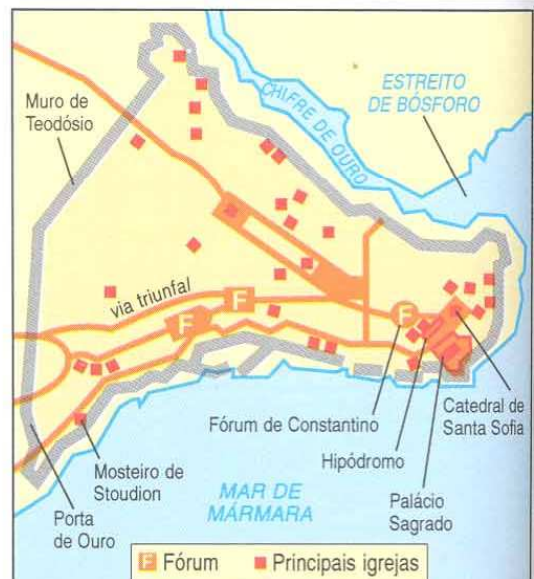
Se até o século XI as civilizações orientais, bizantina e muçulmana foram, em todos os sentidos, superiores à do Ocidente romano-germânico, depois desse período a situação se inverteu, em parte graças à rica herança cultural que elas legaram aos ocidentais [3].

2 A Caaba, em Meca



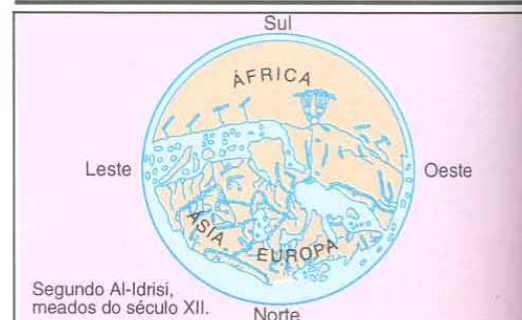
Nesta miniatura iraniana, vemos o centro de Meca, onde está um pequeno templo cúbico — a Caaba. Antes de Maomé, a Caaba (o cubo) era um lugar de culto e de peregrinação. Ainda hoje, durante o período anual de peregrinação a Meca, a Caaba permanece recoberta com um pano preto sobre os quais se escrevem versos do *Corão*.

1 Planta de Constantinopla

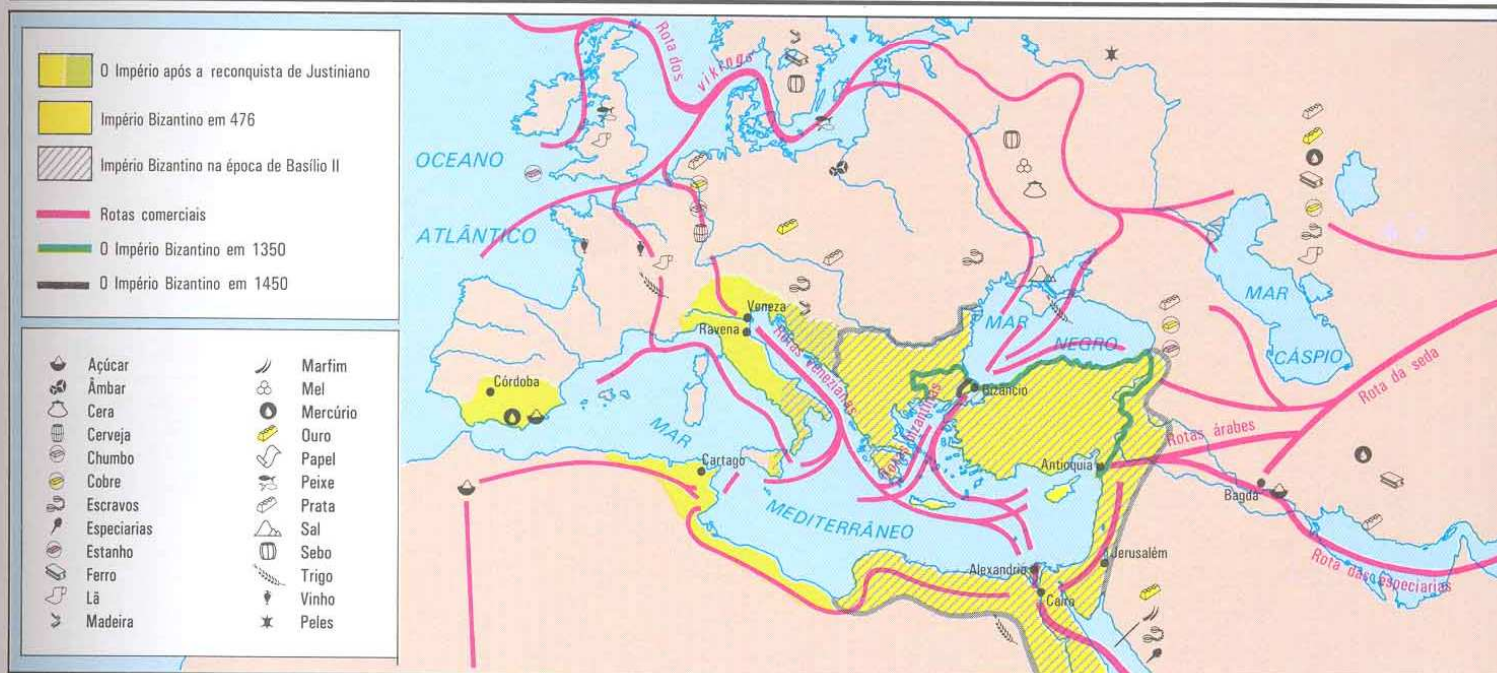


Constantinopla, além de ser um grande porto, é também capital religiosa, sendo muito povoada.

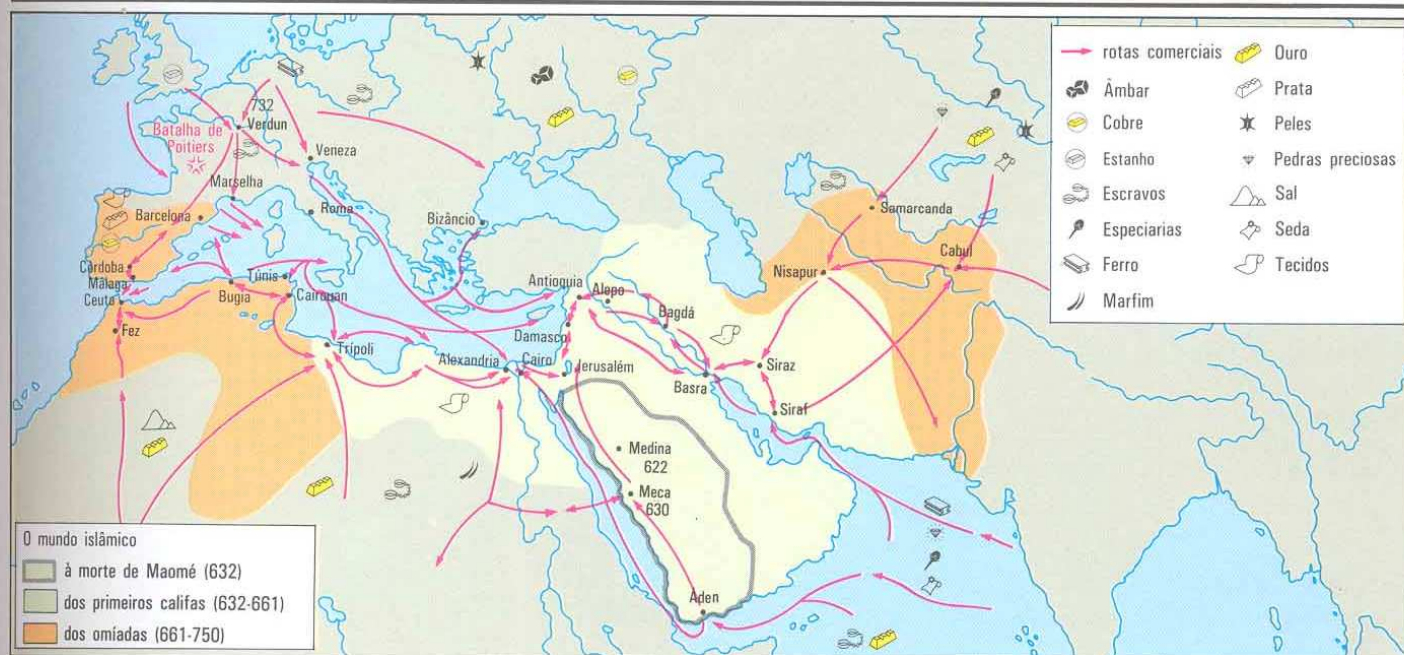
3 Esquema do mundo



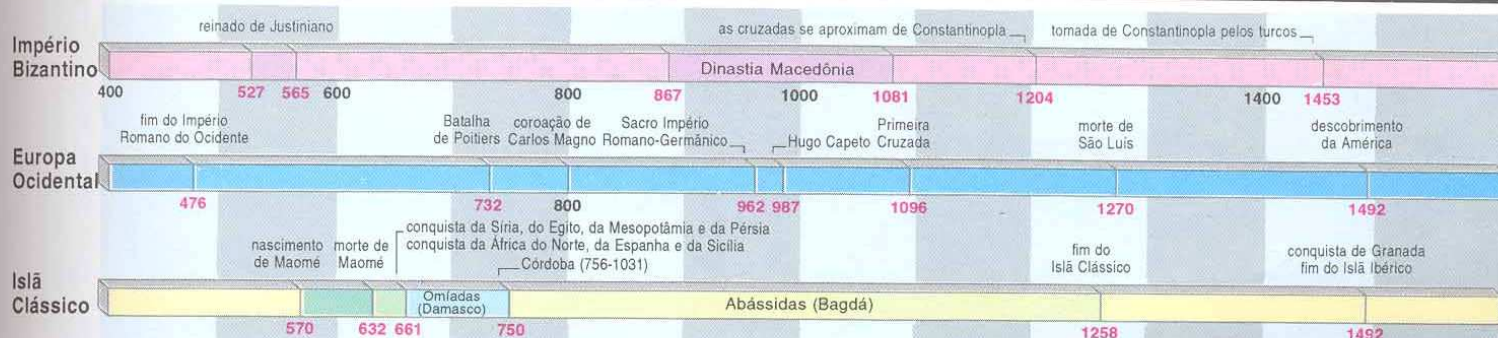
4 Etapas e comércio do Império Bizantino



5 A expansão muçulmana (séculos VII e VIII) e as rotas comerciais (séculos VIII ao XI)



6 O Império Bizantino e o Islã Clássico



O Império Carolíngio

A penetração dos germanos alterara definitivamente o mapa político da Europa, porém por muitos séculos o sonho de uma nova unidade política permaneceu vivo. A primeira expressão concreta desse sonho coletivo foi o Império Carolíngio, constituído no ano de 800 [3]. Suas raízes, no entanto, eram bem anteriores. A primeira delas é de 496, quando o rei Clóvis, da tribo germânica dos francos, converteu-se ao cristianismo, permitindo uma primeira aproximação com a Igreja [1]. A segunda deu-se em 732, quando o chefe franco Carlos Martel derrotou os muçulmanos que tentavam invadir a Gália e passou a ser visto como uma espécie de defensor de todo o Ocidente cristão. A terceira ocorreu em 751, quando seu filho, Pepino, o Breve, foi coroado com apoio papal, inaugurando a dinastia carolíngia. Em retribuição, entregou ao papa (754) os territórios italianos arrancados aos lombardos [3].

Estava assim preparado o caminho para que o filho de Pepino, Carlos Magno, passasse a ser visto como senhor da Europa. De fato, ele venceu definitivamente os lombardos, submeteu os ávaros e saxões, forçando sua cristianização. Carlos Magno criou para seus vastos territórios um sistema administrativo que, apesar de muito personalista e rudimentar, estava bem adequado às condições do momento [5]. Assim, conseguia-se certa estabilidade depois de três séculos de vida conturbada para os ocidentais [2]. Preocupado em ter clérigos e funcionários reais mais capazes, Carlos promoveu um movimento cultural conhecido por Renascimento carolíngio [7]. Esse período foi mais de preservação de elementos da cultura clássica do que de criações originais. Contudo, mais uma vez, era o que no momento se podia fazer.

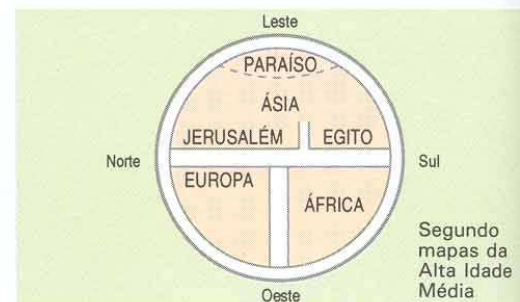
Assim, verdadeiro patrono da Europa, não foi surpresa a coroação de Carlos Magno pelo papa em Roma, no natal de 800. Teoricamente, renascia o velho Império Romano. Na prática, tratava-se de algo bem diferente tanto que pouco sobreviveu a Carlos Magno. Seus netos assinaram em 843 o Tratado de Verdun, dividindo o império e desenhando a base do futuro mapa político europeu [4]. Paralelamente, uma nova onda de invasões assolava a Europa Ocidental [6].

O fracasso do Império Carolíngio e as invasões dos *vikings*, muçulmanos e húngaros mostraram ao Ocidente que sua organização político-econômica deveria ser reformulada. A resposta espontânea a essa necessidade foi o surgimento da sociedade feudal por volta do ano 1000.

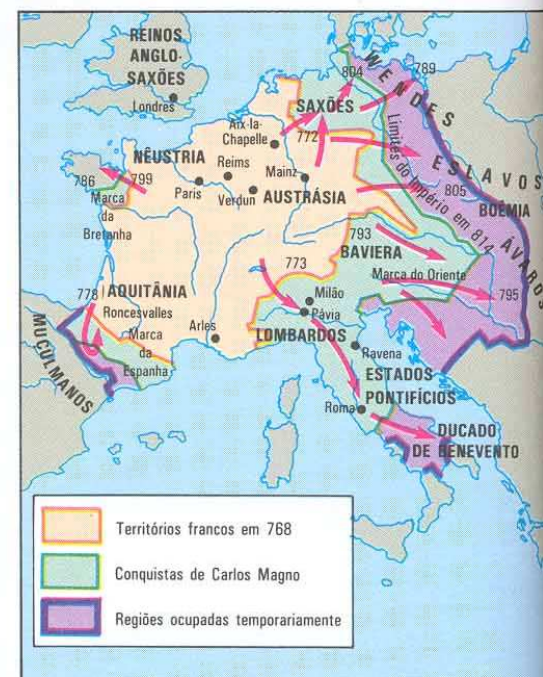
séc. VIII

séc. X

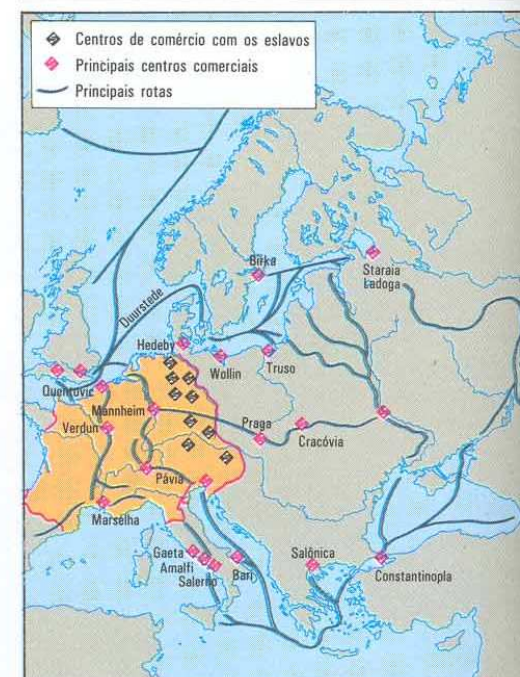
7 Esquema do mundo



3 A formação do Império Carolíngio



5 O comércio do Império Carolíngio



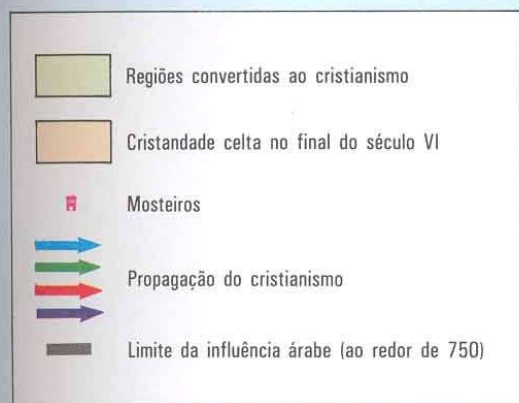
1453

IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

1 A conversão dos bárbaros ao Cristianismo (séculos VI a VIII)



2 A recuperação demográfica

Países (segundo fronteiras atuais)	600	800	1000
Itália	3,5	4,0	5,0
Alemanha	3,0	3,25	3,5
Holanda	0,2	0,2	0,3
Bélgica e Luxemburgo	0,3	0,3	0,4
Suíça	0,3	0,3	0,3
França	4,5	5,0	6,5
Inglaterra e Gales	0,6	0,8	1,5
Espanha	3,5	3,75	4,0
Portugal	0,4	0,4	0,6
Totais	16,3	18,0	22,1

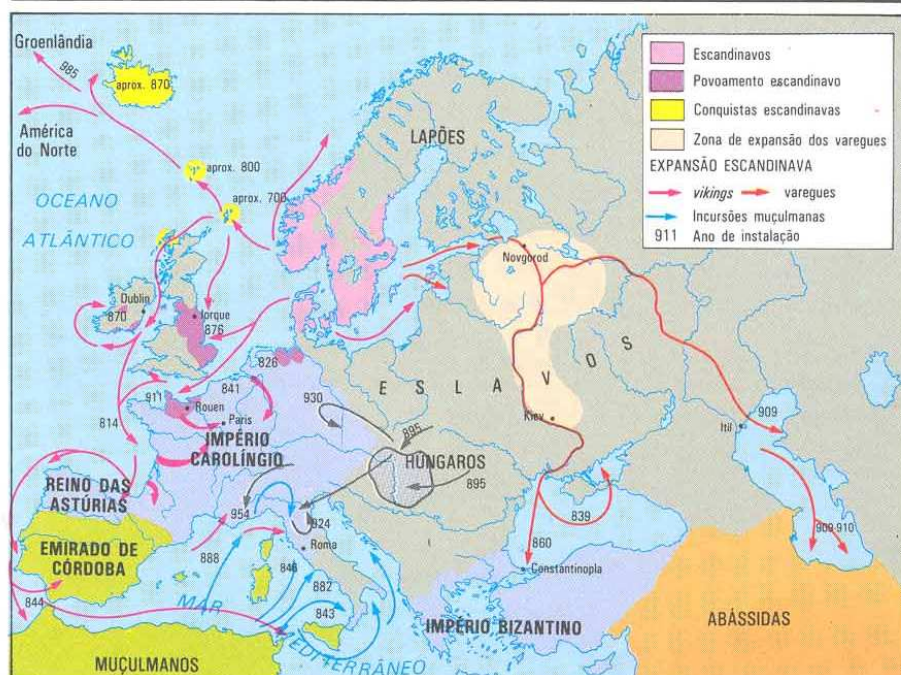
Atlas - História Geral / Pág.21 - Fig.2



4 A partilha de Verdun (843)



6 As novas invasões (séculos IX e X)



A Europa feudal: política e economia

A sociedade feudal reunia uma série de instituições e práticas anteriores ao período, mas que só a partir do século XI passaram a formar um conjunto coerente e predominante na Europa ocidental [2].

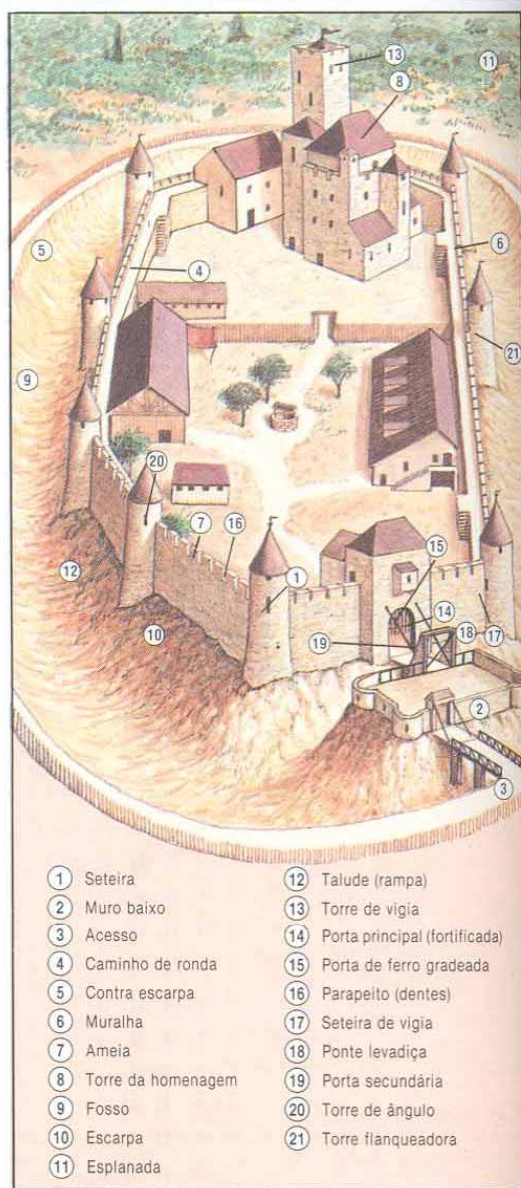
Politicamente, era caracterizada pela fragmentação do poder público: cada grande detentor de terras exercia um papel quase monárquico em seus domínios [1] [3]. Os reis, sucessores dos monarcas germânicos, continuavam a existir, mas tinham poderes efetivos somente sobre extensões limitadas dos reinos [2]. No aspecto econômico, estreitamente ligado ao político, predominava a agricultura; assim, tinha poder econômico e político quem tinha a posse de vastos territórios.

Quanto mais terra alguém possuísse, mais parcelas dessa terra (feudos) poderia ceder em troca de serviço militar (vassalos) [8]. Cada uma dessas parcelas era habitada e cultivada por camponeses dependentes (servos) [7] que entregavam parte significativa de sua produção ao nobre local [4].

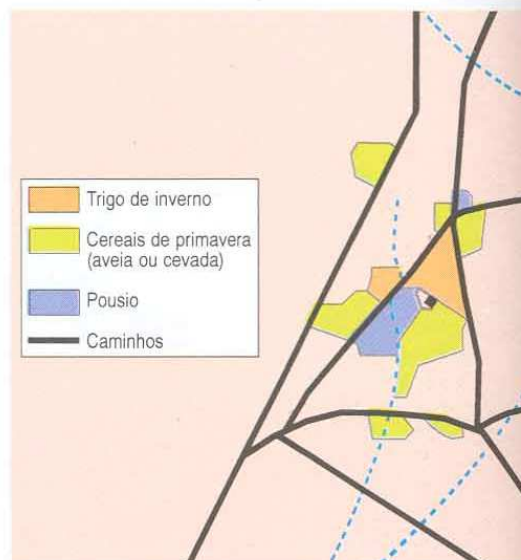
Essa organização social conseguiu impedir as invasões estrangeiras e alcançar certa estabilidade interna. As inovações na técnica agrícola [5], o aumento da produção [6] e o crescimento populacional [10] — não se sabe qual fenômeno desencadeou o outro — passaram a fazer pressão sobre os europeus. Por quase dois séculos, buscaram obter novas terras para o cultivo, para abrigar o excedente demográfico e para ampliar o comércio. Junte-se a isso o forte desejo dos cristãos ocidentais de continuar peregrinando a Jerusalém — o que os turcos os impediam de fazer desde 1078 — e teremos as condições que provocaram as Cruzadas [9].

Por dois séculos (1096-1270) esses movimentos religiosos-militares tentaram conquistar para a cristandade latina o Oriente Médio muçulmano. Paralelamente, com o mesmo espírito, ocorreram a Reconquista Cristã da península Ibérica e a Marcha para o Leste dos alemães sobre a Europa Oriental eslava [9]. Em suma, a Europa feudal conhecia um momento de expansão territorial e econômica que teria profundas repercussões.

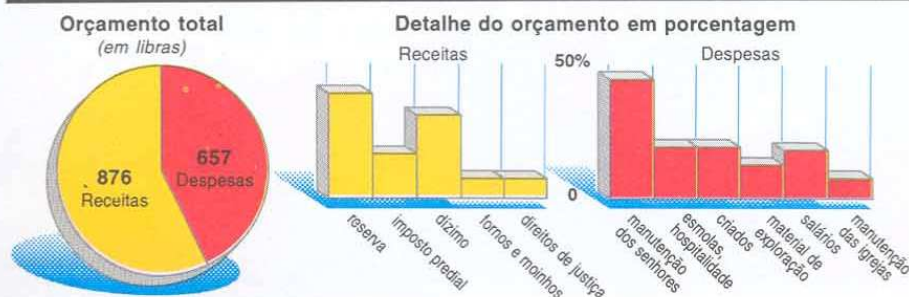
1 Um castelo medieval

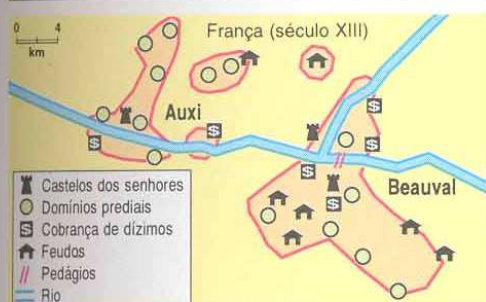
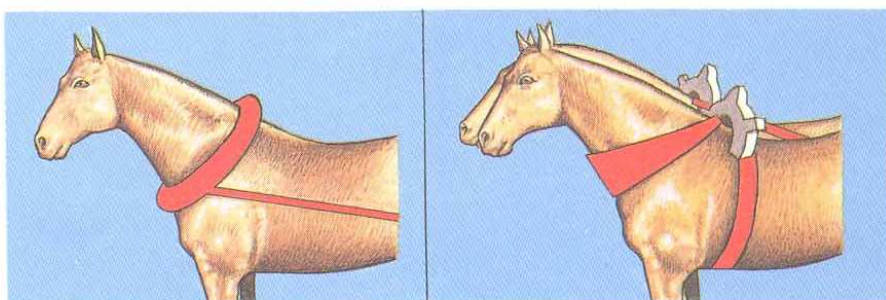


6 Exemplo de rotação trienal

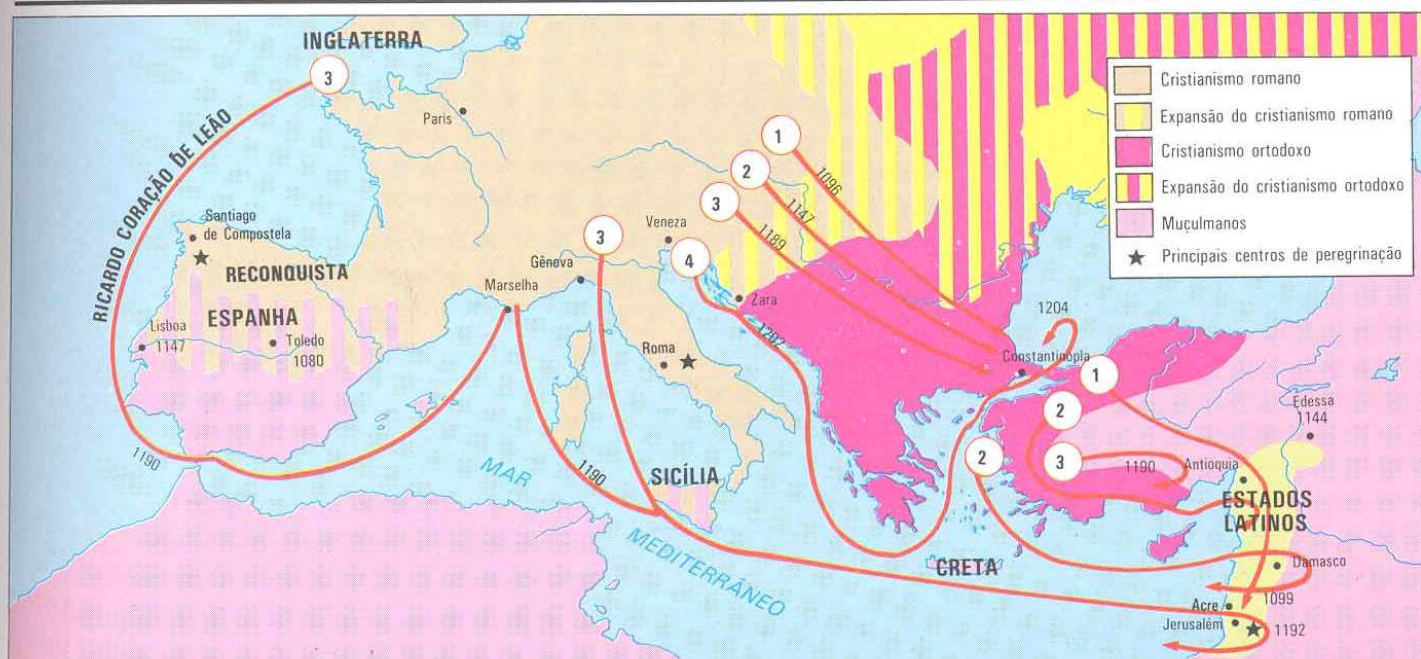


4 O orçamento de um senhorio



3 Dois senhorios diferentes**2** A França no século XI**5** A mudança na atrelagem**10** O crescimento demográfico

Países (segundo fronteiras atuais)	Anos			
	1000	1100	1200	1300
Itália	5,0	5,75	7,25	10,0
Alemanha	3,5	4,0	6,0	9,0
Holanda	0,3	0,4	0,6	0,8
Bélgica e Luxemburgo	0,4	0,6	0,9	1,25
Suíça	0,3	0,4	0,5	0,8
França	6,5	7,75	10,5	16,0
Inglaterra e Gales	1,5	1,75	2,5	3,75
Espanha	4,0	4,5	5,5	7,5
Portugal	0,6	0,7	0,9	1,25
Totais	22,1	25,85	34,65	50,35

7 Trabalhos camponeses**8** A homenagem**9** A Cristandade e as quatro primeiras cruzadas

A Europa feudal: religião e cultura

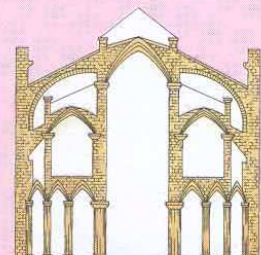
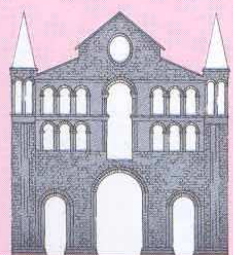
O crescimento demográfico-econômico-territorial que a Europa conheceu desde meados do século XI influenciou a visão de mundo dos homens da época. No que diz respeito à religião, ocorreram dois importantes fenômenos. O primeiro no plano institucional, com a Igreja, definindo de forma clara e indiscutível sua organização interna (párocos, bispos, arcebispos, cardeais, papa), seus dogmas e suas crenças essenciais (Trindade, Encarnação, Virgindade de Maria, sacramentos, etc.). A Reforma Gregoriana (1073-1216), ao procurar purificar a Igreja [4] [5], libertando-a das interferências da nobreza feudal, passou a dividir a sociedade em dois grandes grupos opostos, clérigos e leigos [2].

O segundo fenômeno no plano religioso foi de certa forma uma reação a essa crescente institucionalização da Igreja. Muitos grupos que desejavam uma Igreja mais aberta, menos corporativa e nobiliárquica, formulavam interpretações do cristianismo que se opunham àquelas defendidas pelo clero. Eram as heresias [6].

Outros grupos, embora também críticos da Igreja excessivamente rica e poderosa, procuravam propor novas condutas sem se afastar da obediência ao Papado. O caso mais conhecido e mais importante foi o das Ordens Mendicantes (Franciscanos e Dominicanos) [3].

Essa trajetória religiosa da Europa feudal teve repercussões na concepção e produção cultural. De um lado, a cultura erudita dos clérigos desenvolveu, sobretudo no século XIII, uma importante teologia-filosofia conhecida por Escolástica [7]. De outro, a cultura popular dos leigos produziu uma rica literatura em línguas locais (vernáculos) — canções de gesta, ciclo arturiano [8]. No entrecruzamento das duas culturas, a arte românica [1] (séculos XI-XII) e a arte gótica [1] (séculos XII-XIV) aproveitavam elementos teológicos e folclóricos, transmitindo valores que atingiam praticamente toda a população.

1 Arquitetura românica e gótica



À esquerda, esquema da arquitetura românica (notar as paredes largas e os arcos redondos) e, à direita, da gótica (notar as paredes delgadas onde se colocavam vitrais, os arcos ogivais e os poderosos contrafortes externos).

3 As ordens mendicantes



Um dominicano e um franciscano; desenho marginal de um tratado inglês sobre a pobreza e o abuso que dela faziam os frades (um demônio cavalga o franciscano).

7 As universidades medievais

FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

- Antes de 1200
- De 1200 a 1300
- De 1300 a 1350

Faculdade de destaque na universidade



2 Querela das Investiduras

Henrique IV elege um anti-papa (ao seu lado) e expulsa o Papa Gregório VII. A Querela das Investiduras, longo conflito entre os poderes temporal e espiritual, na realidade, questionava o lugar da monarquia na sociedade cristã.



1453

IDADE MODERNA

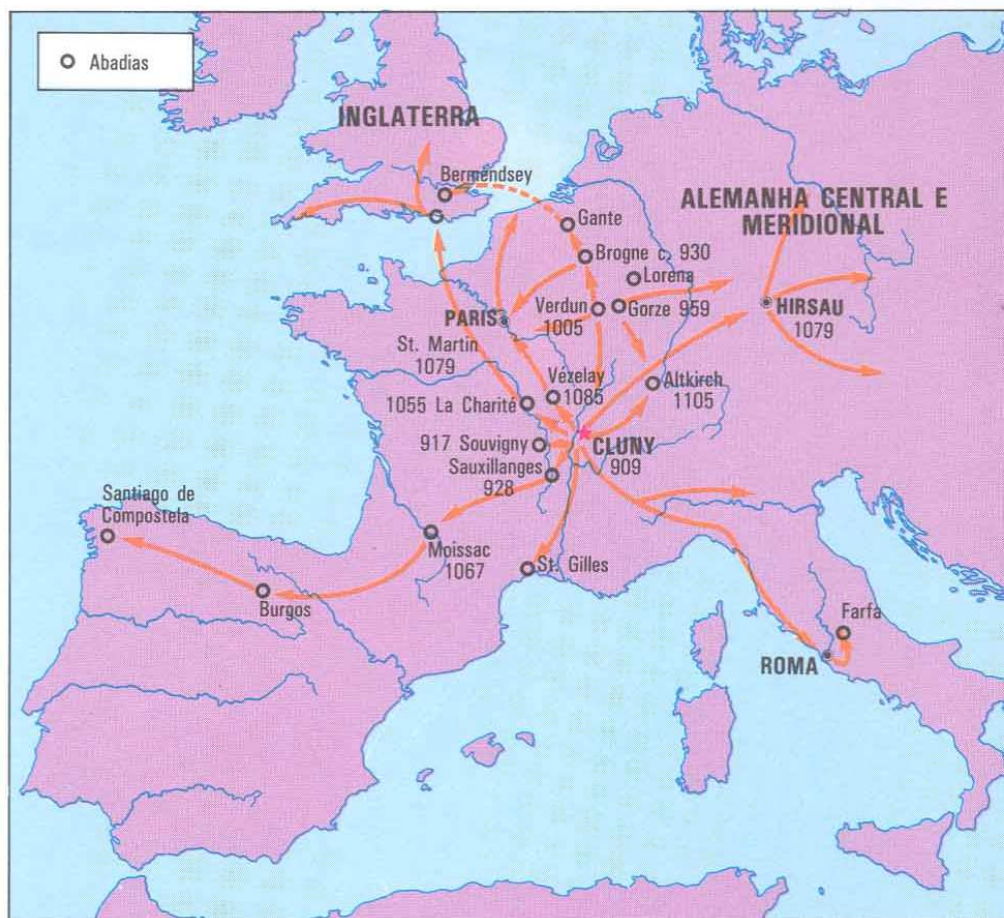
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

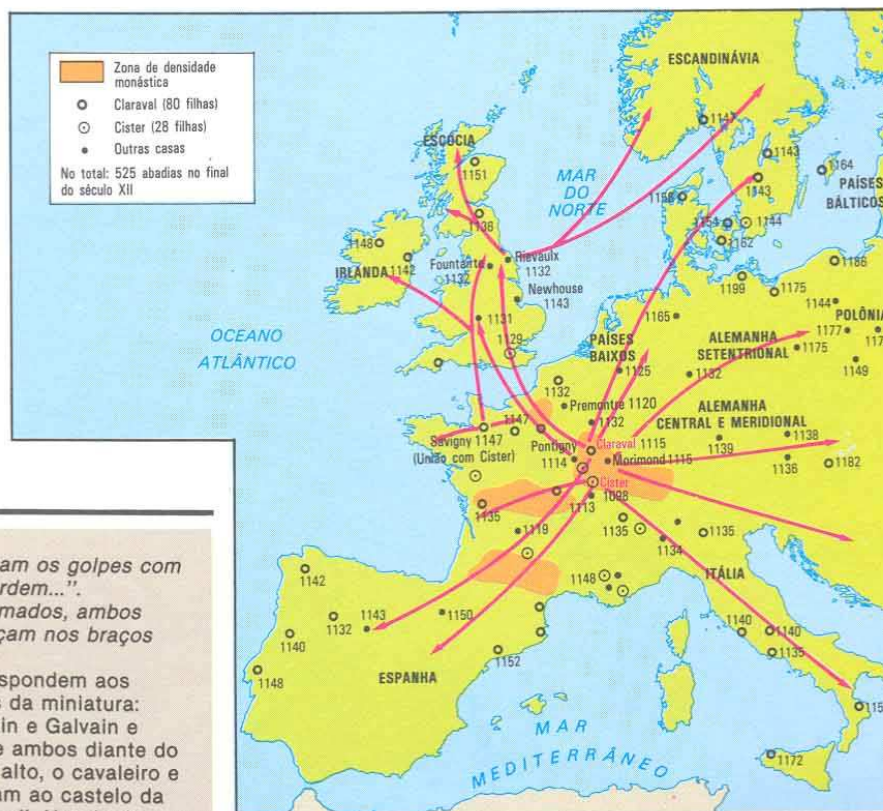
6 Heresias medievais (séculos XI e XII)



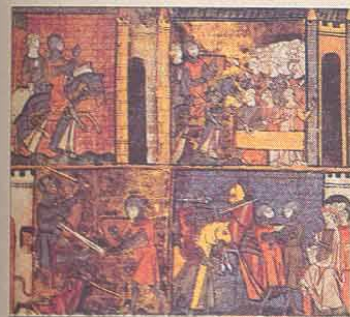
4 O desenvolvimento do monasticismo (séculos X e XI)



5 A expansão de Cister (século XII)



8 Ilustração de novela de cavalaria



"Terríveis resultam os golpes com que ferem e aturdem...".
 "Uma vez desarmados, ambos vassallos se lançam nos braços um do outro."

Os versos correspondem aos últimos quadros da miniatura: combate de Yvain e Galvain e reconciliação de ambos diante do rei Artur (...). No alto, o cavaleiro e a donzela chegam ao castelo da Péssima Aventura". Novela de Chrétien de Troyes (1135(?) - 1190(?)).

A sociedade medieval

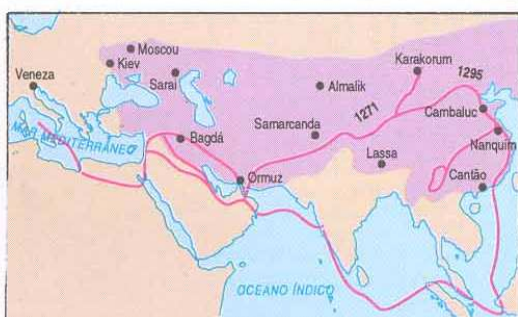
Até o século XI, a sociedade medieval estava de certa forma polarizada: havia uma pequena elite, que detinha quase todos os poderes políticos e econômicos, e uma grande massa de despossuídos. No plano cultural, entretanto, a elite laica estava mais próxima dos camponeses do que da elite clerical, a única letrada e herdeira da tradição greco-romana.

Mas, a partir do ano 1000, começou a haver diversas alterações nesse quadro. Com o crescimento populacional e agrícola [6], o comércio foi revigorado [5] [7] e a vida urbana desenvolveu-se: entre 1100 e 1300, surgiram 140 novas cidades no Ocidente [4], além de terem crescido muitas das já existentes [3]. Aparecia assim uma nova sociedade ao lado da antiga. No campo a estrutura feudal classificava os indivíduos em três ordens: dos clérigos, dos guerreiros e dos trabalhadores [1]. A palavra ordem indicava uma origem divina para a condição social de cada um. Nas cidades, ainda que teoricamente prevalecesse o mesmo esquema, a prática social era outra.

Ali os camponeses sem terra própria e sem liberdade pessoal (servos) esperavam encontrar um futuro melhor. O habitante das cidades ou burgos era conhecido como burguês, o que implicava uma situação jurídica específica, com obrigações bem definidas e direito de participar da vida política e administrativa da cidade [2]. A maioria trabalhava em oficinas ou lojas de verdadeiros burgueses, detentores de poder político e econômico na cidade. Os assalariados constituíam a maior parte da população urbana e, descontentes com a situação, se revoltaram várias vezes, sobretudo no contexto de crise dos últimos dois séculos medievais.

Enquanto os burgueses enriqueciam, a nobreza feudal sentia crescentes dificuldades. Em alguns locais os dois segmentos sociais se opunham fortemente, mas em outros ocorria uma aproximação. Para o nobre, uma aliança matrimonial com burgueses significava a possibilidade de manter um alto padrão de vida, uma das características nobiliárquicas. Para o burguês, esse casamento representava a superação de suas origens camponesas e humildes. Dessa forma, certos ramos da nobreza aos poucos se aburguesavam e certas parcelas da burguesia aos poucos se enobreciam. Caminhava-se para uma nova sociedade.

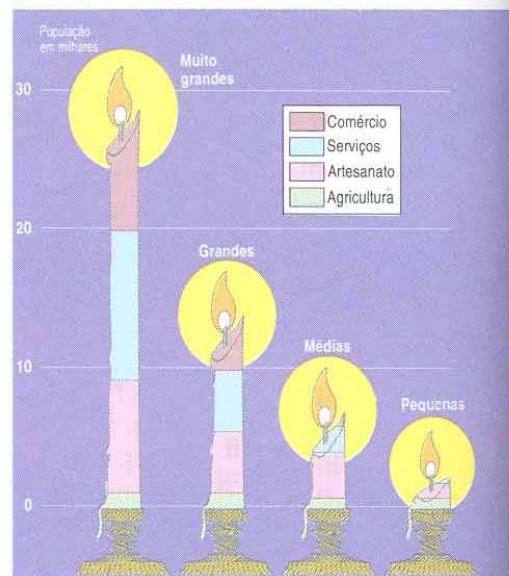
5 As viagens de Marco Pólo



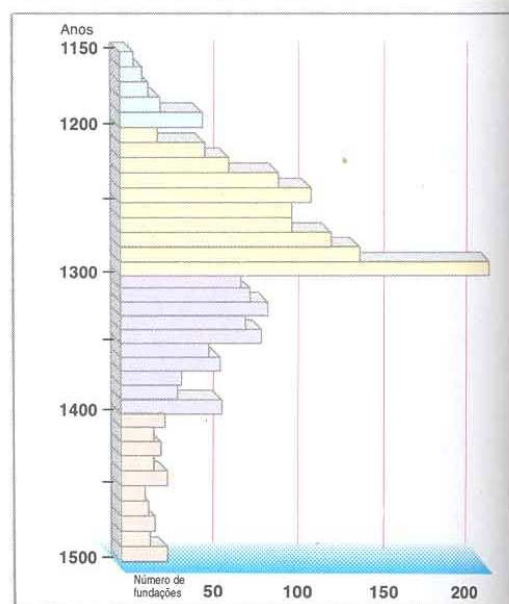
Tímpano da Abadia de Bourges



2 Tamanho e função da cidade medieval



4 Novas cidades na Europa Central



1 Clérigos, guerreiros e trabalhadores

Tímpano da Catedral de Lucques



1453

IDADE MODERNA

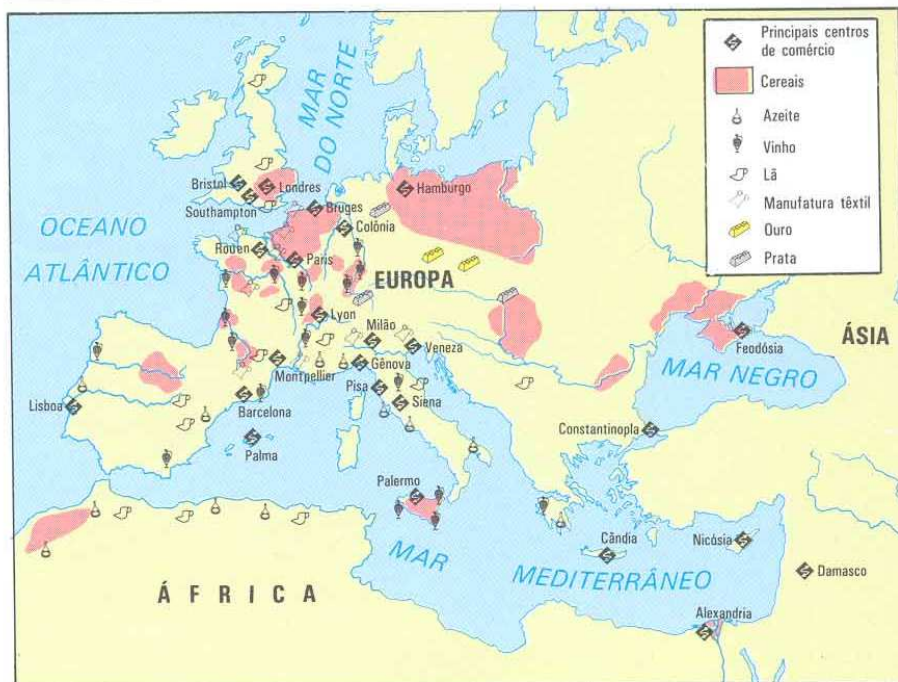
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

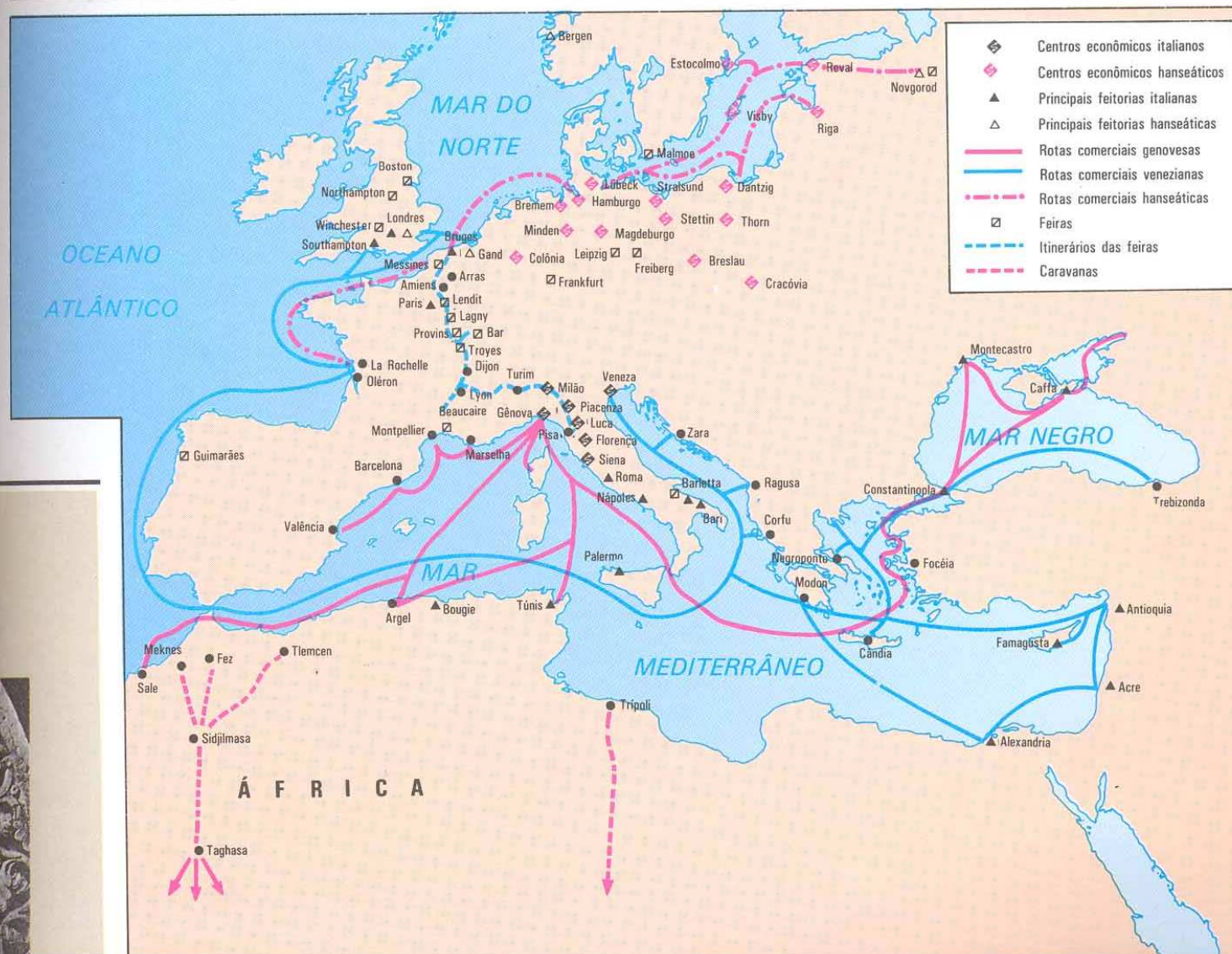
3 O crescimento de uma cidade



6 Produções ocidentais no século XIII



7 O comércio no Ocidente no século XIII



As crises do fim da Idade Média

A Europa dos séculos XI-XIII vivera uma fase de expansão. Ao atingir seus limites, essa expansão provocou uma crise generalizada, que se estendeu por todo o século XIV e primeira metade do século XV. Expressando a lenta e conturbada passagem para a sociedade moderna, essa depressão teve várias manifestações, todas estreitamente relacionadas entre si [4].

A crise agrária, fundamental em sociedades baseadas nessa atividade, começou em 1315-1317, ligada a fatores climáticos, ao esgotamento das terras cultiváveis, ao excesso populacional [1]. A produção insuficiente [2] elevou o preço dos alimentos, provocando várias tensões sociais [4]. A subnutrição facilitou o aumento da mortalidade e o surgimento de epidemias, sobretudo em locais superpovoados, como as cidades do norte europeu. A alta dos preços agrícolas refletiu-se em outros setores da economia. Tudo isso era ainda agravado pela crise monetário-financeira de 1335-1345, decorrente do início da Guerra dos Cem Anos [7].

Nesse contexto já difícil, eclodiu a crise demográfica de 1348-1350 com a peste negra [3]. Introduzida na Europa por genoveses provenientes do Oriente, em pouco tempo ela matava um terço da população, cerca de 20 milhões de pessoas [1]. Foi, portanto, proporcionalmente, a maior catástrofe demográfica da História.

Mais ainda, duas instituições que poderiam tentar superar as dificuldades também estavam em crise. As monarquias sentiam o efeito da retração econômica e, para fazer face a ela, aumentavam os impostos e desvalorizavam a moeda, conseguindo dessa forma apenas aprofundar as dificuldades. A Guerra dos Cem Anos [7], que opunha a França à Inglaterra, cada uma delas contando ainda com o apoio de outros países, deixou as monarquias envolvidas com sérios problemas internos e externos. A Igreja, por seu lado, conhecia uma situação inédita e perigosa: de 1309 a 1377 a sede do Papado foi a cidade de Avignon, e não Roma, como indicava a tradição. A tentativa de superar essa questão redundou num problema pior: de 1378 a 1417 existiram dois (e às vezes mesmo três) papas simultaneamente [6].

Tudo isso provocou uma forte crise espiritual. O atormentado homem do século XIV interpretava os problemas de então como um castigo de Deus. Logo, passava a questionar a Igreja, que não conseguia estabelecer a paz entre os homens e Deus. Nas artes tornaram-se comuns os chamados temas macabros, representações de cenas de morte, doenças, fome, guerra. Essa visão pessimista e fatalista do mundo, de certa forma, prolongava a crise do período [5].

Tais crises refletiam uma readaptação. Passada a época virulenta, o Ocidente europeu voltou a crescer. Mais que isso: sua moldura se tornou inadequada para a nova tela que se desenhava. O Mediterrâneo se tornava insuficiente para suas ambições: a Europa descobre o Atlântico e busca nele novos horizontes. "Navegar é preciso..."

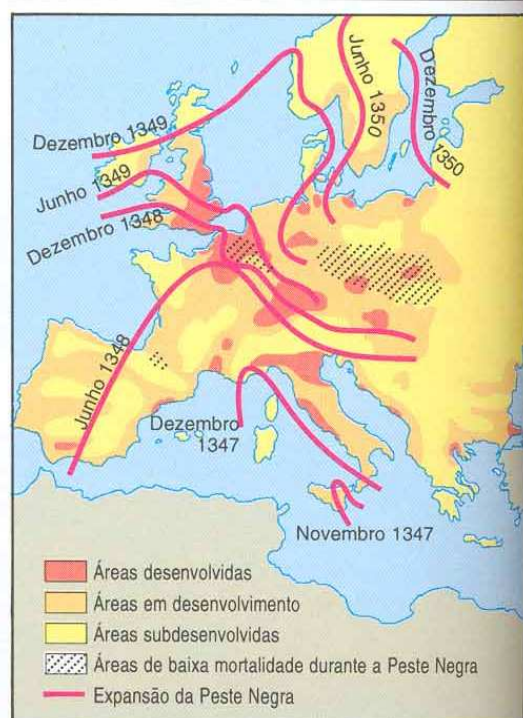
1 Retração e retomada demográfica

Países (segundo fronteiras atuais)	1300	Anos 1400	1500
Itália	10,0	7,0	10,0
Alemanha	9,0	6,5	9,0
Holanda	0,8	0,6	0,9
Bélgica e Luxemburgo	1,25	0,8	1,25
Suíça	0,8	0,6	0,8
França	16,0	11,0	15,0
Inglaterra e Gales	3,75	2,5	3,75
Espanha	7,5	5,5	6,5
Portugal	1,25	0,9	1,25
Totais	50,35	35,4	48,45

6 O cisma do Ocidente (1378-1417)



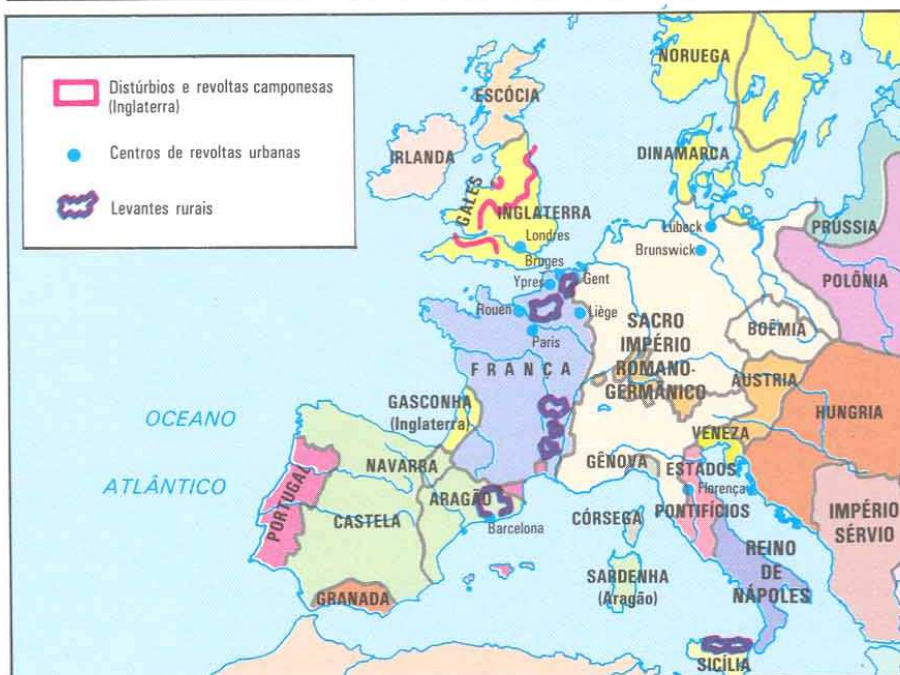
3 Desenvolvimento europeu e a Peste



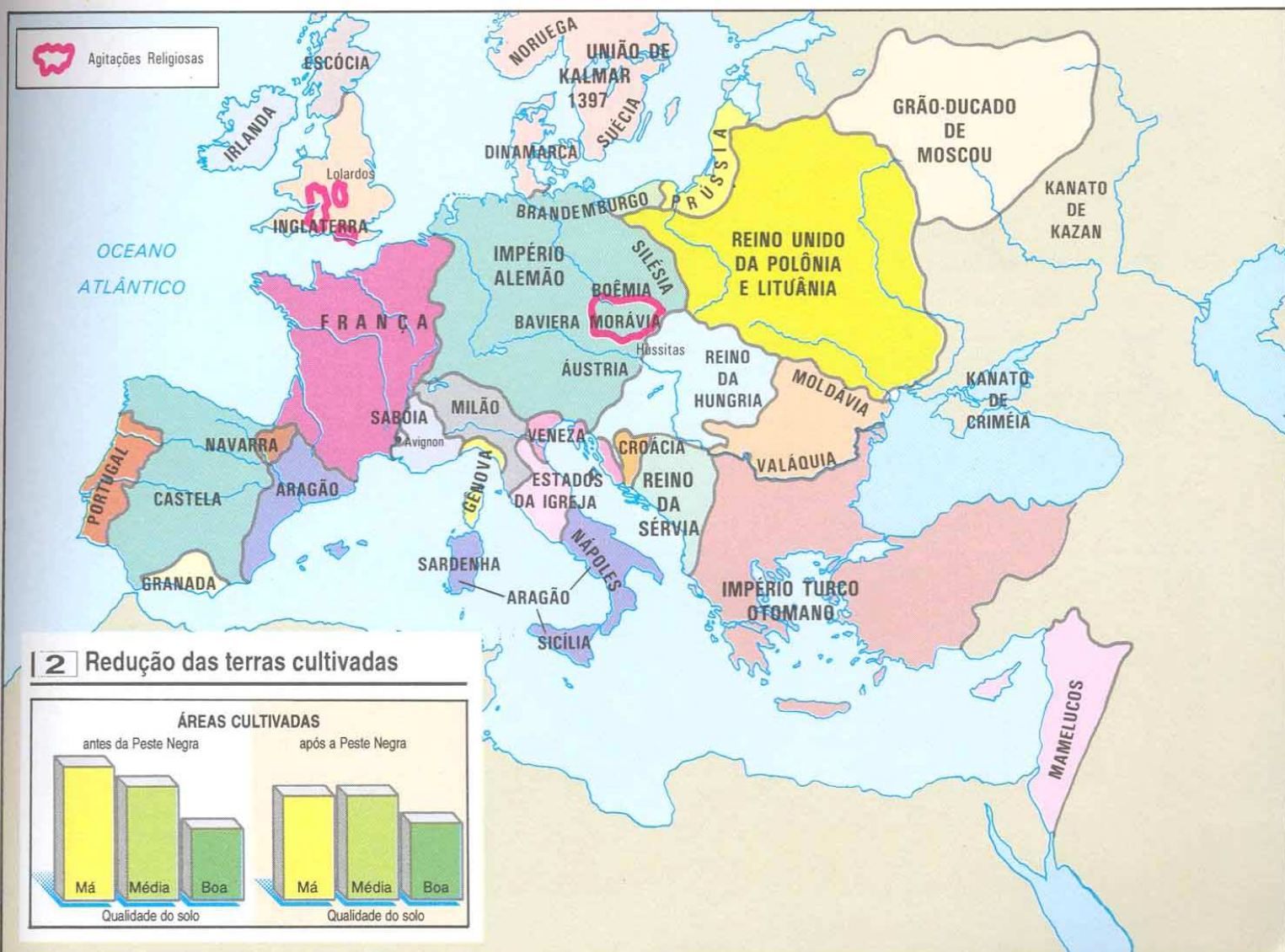
7 A França na Guerra dos Cem Anos



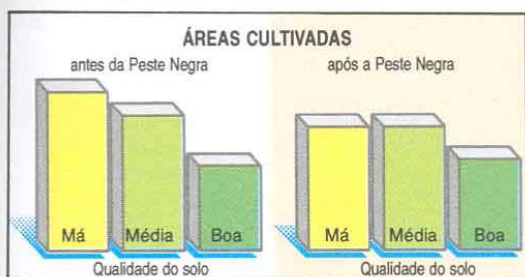
4 Sublevações rurais e urbanas na Europa (século XIV)



5 A Europa em meados do século XV



2 Redução das terras cultivadas



O Renascimento

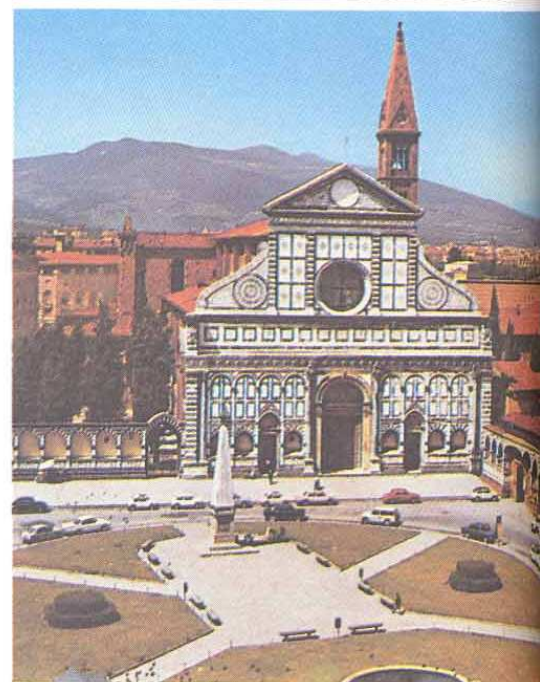
Orgulhoso de seu momento histórico — a superação das crises do final da Idade Média —, o homem do século XVI denominou sua época de Renascimento. Pretendia assim dar idéia de que o período imediatamente anterior teria sido pouco importante — uma idade “média” colocada entre duas fases áureas da humanidade. Para os renascentistas, os séculos XV e XVI assistiam ao ressurgimento da brilhante cultura greco-romana [4]. Tal pretensão é considerada hoje exagerada, pois a Idade Média não desconhecera a cultura antiga, aliás preservada em parte graças aos medievais. Assim, não houve uma quebra de continuidade entre um período e outro. Por isso, atualmente se prefere datar o Renascimento entre 1300 e 1600.

Porém, se o homem renascentista não tinha características absolutamente novas, sem dúvida havia nele alguns elementos que o distinguiam de seus antecessores medievais: era profundamente individualista, racionalista, eclético, hedonista, enfim, humanista [2]. O homem se autovalorizava, vendo sua existência como uma forma não apenas de louvar o Criador, mas também de louvar a si mesmo como criador [5].

Esse perfil, contudo, não se aplicava a toda a população europeia da época. A cultura renascentista, na verdade, foi um fenômeno de elite, um movimento urbano, tendo se manifestado desigualmente entre as várias regiões [3]. O centro-norte italiano, a parte mais urbanizada e rica da Europa de então, foi o pólo dinâmico desse movimento cultural [1]. Nas zonas rurais que cobriam a maior parte da Europa, predominava uma cultura tradicional popular e oral.

Nesse momento de intensificação das trocas comerciais e dos contatos possibilitados pelas peregrinações, pela diplomacia e pelas guerras, cultura erudita e cultura popular naturalmente se interpenetravam. É o que se percebe claramente, por exemplo, nas obras do italiano Boccaccio, do francês Rabelais, do alemão Dürer e do espanhol Cervantes.

[5] Igreja de Santa Maria Novella, Florença



[3] Principais monumentos arquitetônicos



[4] A Escola de Atenas, de Rafael Sanzio



Universidade
 Centro de Humanismo
 Difusão da imprensa

1 A Itália no início do Renascimento

This map illustrates the political divisions of Italy during the early Renaissance. The major states and regions shown include:

- SABÓIA** (Savoy)
- MILÃO** (Milan)
- MONFERRATO**
- GENOVA** (Genoa)
- LUCA**
- FLORENÇA** (Florence)
- SIENA**
- ESTADOS PONTIFÍCIOS** (Papal States)
- ROMA**
- NÁPOLES (Aragão)** (Naples, Aragon)
- Sicília (Aragão)** (Sicily, Aragon)
- Sardenha (Aragão)** (Sardinia, Aragon)
- Córsega** (Corsica)
- PIOMBINO**
- ASTI**
- MÔNACO** (Monsiegnor)
- MALASPINA**
- VENEZA** (Venice)
- MÓDENA**
- FERRARA**
- Bolonha**
- Rimini**
- Templo de Malatesta**
- Montepulciano**
- São Brás**
- Roma**
- Belvedere**
- São Pedro in Montorio**
- Basílica de São Pedro**
- Palácio Farnese**
- Nápoles**
- Arco de Afonso**
- Florença**
- Palácio Pitti**
- Capela Yazzi**
- Mântua**
- Santa André**
- Santa Maria das Graças**
- Pavia**
- Cartuxa**
- Veneza**
- Palácio Vendramini**
- São Zaccarias**
- Paris**
- Louvre**
- Tuilherias**
- Chambord**
- Castelo**

1 A Itália no início do Renascimento

As reformas religiosas

As modificações ocorridas no campo religioso no século XVI foram produto das mesmas tendências individualistas, burguesas e tradicionalistas que geraram o Renascimento. Esses elementos, no entanto, foram processados de formas diversas nos movimentos reformistas.

O individualismo renascentista, por exemplo, prendia-se à liberdade intelectual, enquanto o protestante dizia respeito a uma religião livre dos conceitos impostos pela Igreja Católica. Já o fortalecimento da burguesia, cuja visão de mundo e cujos recursos econômicos contribuíram para o que chamamos de Renascimento, também esteve ligado, em algumas regiões, às origens da Reforma Protestante [2]. De fato, muitos burgueses consideravam as restrições às atividades mercantis uma postura antiquada da Igreja e por isso se afastavam dela [1].

Finalmente, o tradicionalismo integrou tanto o movimento renascentista quanto o reformista pois ambos baseavam-se em autoridades do passado: os autores clássicos no caso do Renascimento, a Bíblia no caso da Reforma Protestante [2] [3], a Bíblia e os teólogos medievais no caso da Reforma Católica.

Apesar desses pontos em comum, o espírito reformista era oposto ao renascentista. Enquanto este colocava o homem como centro de tudo, aquele atribuía a Deus o papel fundamental. O Renascimento era um fenômeno essencialmente otimista, que chamava a atenção para as qualidades criativas do homem. As reformas religiosas, tanto as protestantes quanto a católica, enfatizavam o lado pecador do homem, insistindo para que ele se entregasse totalmente a Deus. Não foi por acaso que essas reformas surgiram em um contexto de angústia coletiva, com a Europa abalada pela Guerra dos Cem Anos, pela peste negra, pelo Cisma Papal, pela ameaça turca. Como tais dificuldades eram interpretadas como castigos divinos, pensava-se automaticamente em alterações purificadoras ("reformas") na vida religiosa. As mudanças feitas à revelia da Igreja foram as Reformas Protestantes (Lutero [4], Calvino [5]); as realizadas dentro da Igreja (Concílio de Trento, Companhia de Jesus) constituíram a Reforma Católica [3].

1 Conflitos religiosos na França (séc. XV)



2 Principais centros de difusão das R

4 Lutero



PRINCIPAIS CENTROS DE DIFUSÃO DA REFORMA

- Luteranismo
- Calvinismo
- Anglicanismo
- Zwinglianismo
- Outros centros

1534 Adesão oficial dos Estados ao protestantismo

Principais universidades protestantes

PORTUGAL



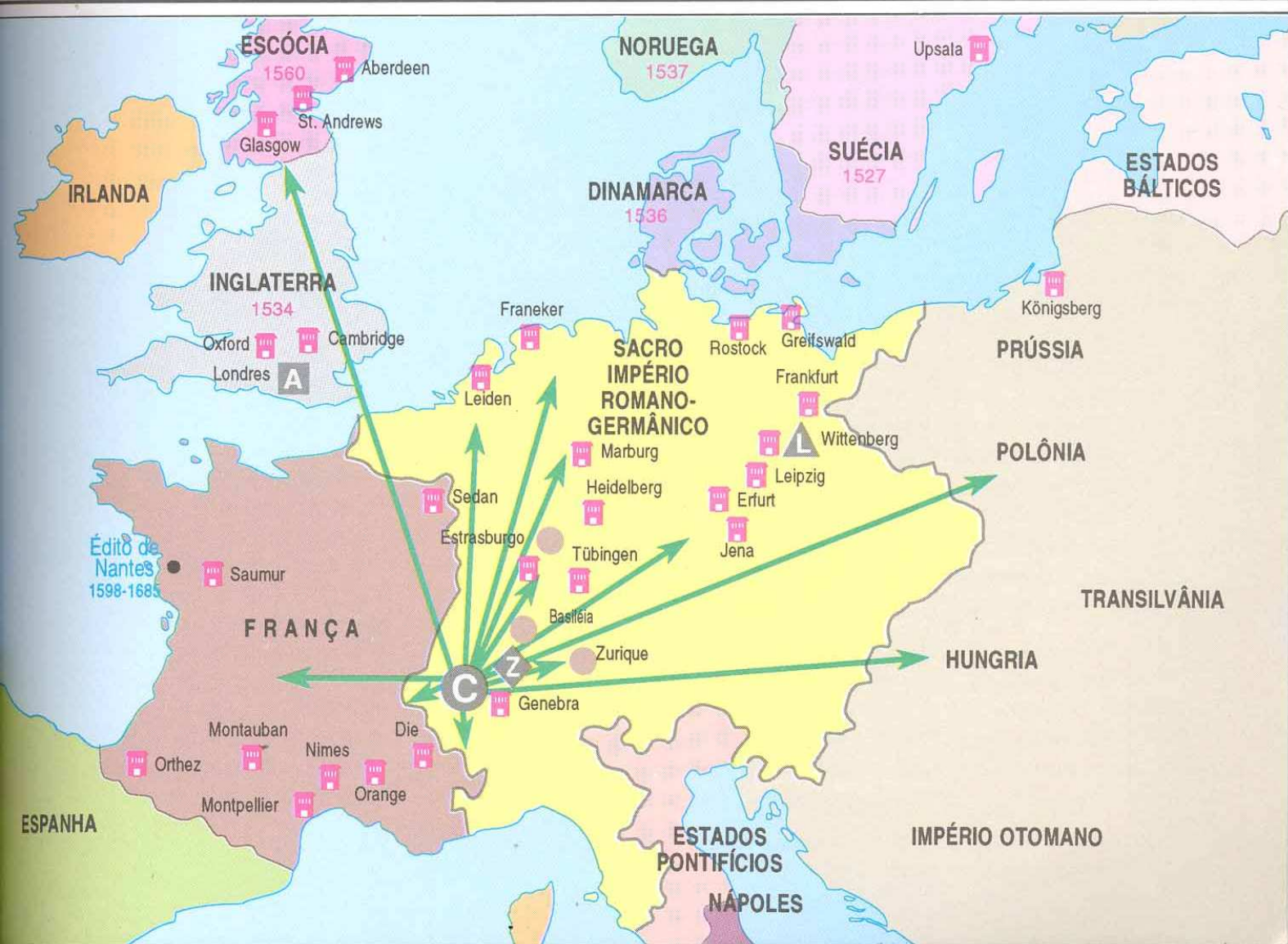
1453

IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

3 A difusão das Reformas: a Europa no século XVI



Os descobrimentos

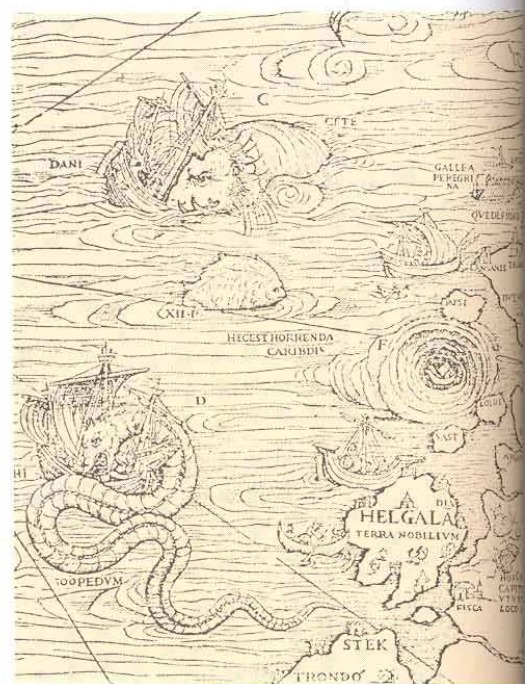
Desde a Antiguidade, o homem já cruzava os mares em busca de novas terras e mais riquezas. Os fenícios haviam atravessado o estreito de Gibraltar, entrado no oceano Atlântico e alcançado as ilhas Britânicas. Os *vikings* chegaram até a América do Norte, onde fundaram uma pequena e efêmera colônia. Ainda que não esteja comprovado, é possível que os chineses também tenham chegado até a América. Contudo, tais episódios foram relativamente isolados e não tiveram maiores repercussões. Como tentativa de resposta aos problemas colocados aos europeus pela crise do século XIV, é que se entrou efetivamente no período chamado de Grandes Descobrimentos [3] [4].

De fato, no século XV os portugueses alcançavam o arquipélago da Madeira, as ilhas de Cabo Verde e o litoral atlântico da África, podendo assim contornar esse continente para chegar à Índia [3]. Paralelamente, Colombo atingia a América, integrando-a de forma definitiva à civilização europeia [3]. No século XVI os europeus chegavam à China e ao Japão e atravessavam o istmo do Panamá, descobrindo o oceano Pacífico. Isso tornava possível a circunavegação do globo, realizada por Fernão de Magalhães em 1519-1522 e por Francis Drake em 1580. No início do século XVII descobria-se a Austrália [4]. Rompiam-se assim os limites geográficos conhecidos e o mundo se ampliava para os europeus.

Naturalmente, um processo como esse, que se estendeu pelo menos por dois séculos, respondia a uma série de fatores. Dentre os econômicos estava, sobretudo, a forte necessidade de trigo, ouro e, ainda que de forma menos premente, especiarias. Como fator político pesava a crescente centralização monárquica, que levava os reis a verem com bons olhos a descoberta e ocupação de ricos territórios estrangeiros por parte de seus súditos [2]. Outro importante elemento motivador foi o espírito cruzadístico ainda existente em Portugal e Espanha, que identificava a expansão territorial à expansão do cristianismo. Por fim, também significativo era o componente psicológico, o espírito de aventura que arrastava os homens de então em busca de locais paradisíacos, utópicos, como o reino de Preste João, o País da Cocanha e o Eldorado.

Enfim, os descobrimentos mesclavam aspectos modernos e medievais [1]. Não se pode ver no fenômeno apenas uma manifestação burguesa e capitalista. Cristóvão Colombo, por exemplo, era, em certo sentido, um homem mais da Idade Média do que do Renascimento. Ele queria chegar ao Oriente para localizar o Paraíso Terreno; em alto-mar ele viu sereias. Sua mentalidade não diferia em essência da dos séculos anteriores.

1 Criaturas lendárias



3 Os Grandes Descobrimentos

- Expedições inglesas
- ★ Raleigh, J. Davis
 - Cabot (1497)
 - Drake (1577-1580)
- francesas
- Cartier (1534 e 1541)
- holandesas
- Barents (1594 e 1596)
- rusas
- Yermak (1581-84)

Partilha do mundo entre Portugal e Espanha (1493)



Tratado de Tordesilhas (1494)

OCEANO
PACÍFICO

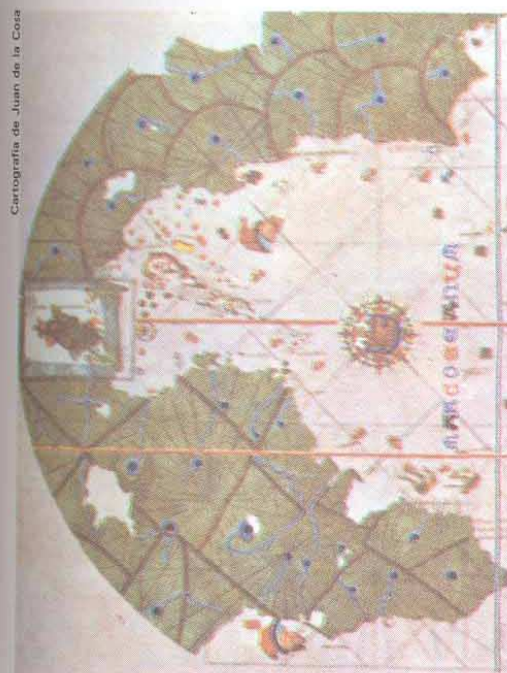
1453

IDADE MODERNA

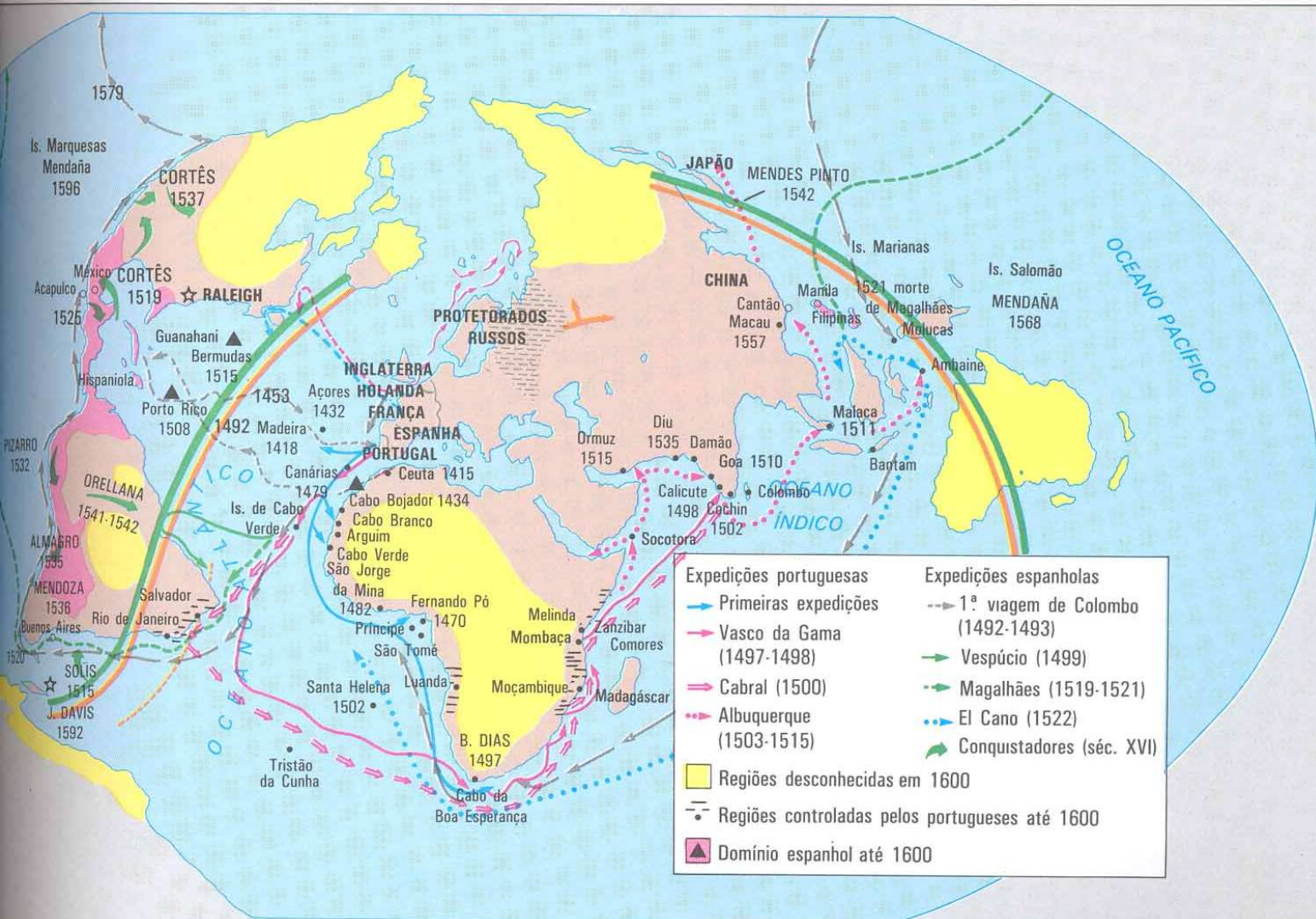
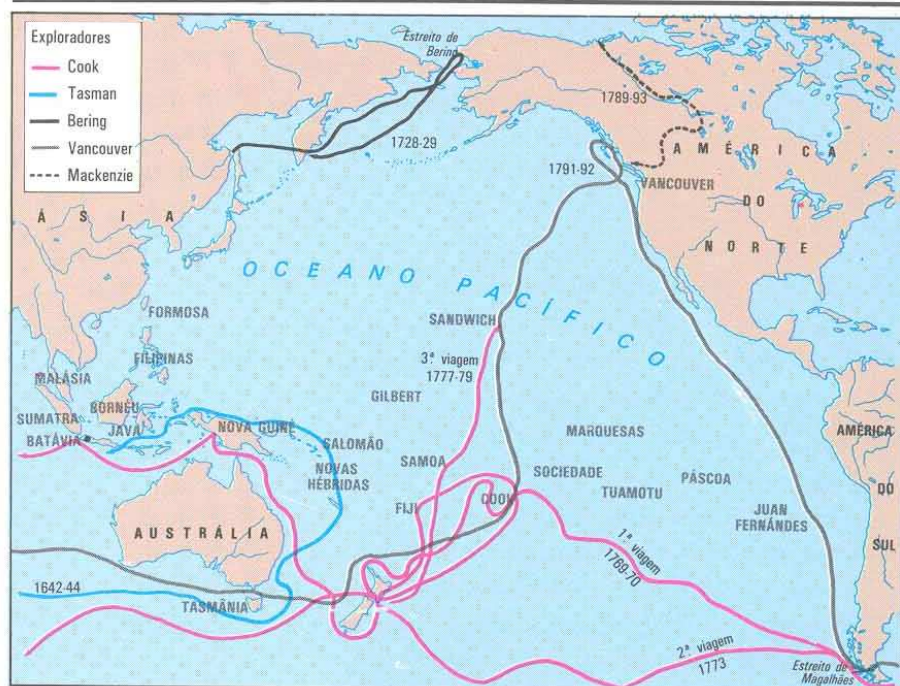
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

2 Primeiro mapa da América



4 As viagens nos séculos XVII e XVIII



O mercantilismo

A crise do século XIV desorganizou de tal forma a economia européia que abriu caminho à intervenção do Estado na tentativa de superar as dificuldades. A política econômica que aos poucos foi se formulando ficou conhecida como mercantilismo. Teve seu auge no século XVII, não por acaso momento de grande força do Estado absolutista [4]. De fato, para completar o processo de centralização iniciado séculos antes, o rei precisava controlar todos os aspectos da vida nacional, inclusive o econômico. Daí o recurso à prática de intervenção estatal na economia: sem Estado absolutista não há mercantilismo, sem mercantilismo não há Estado absolutista.

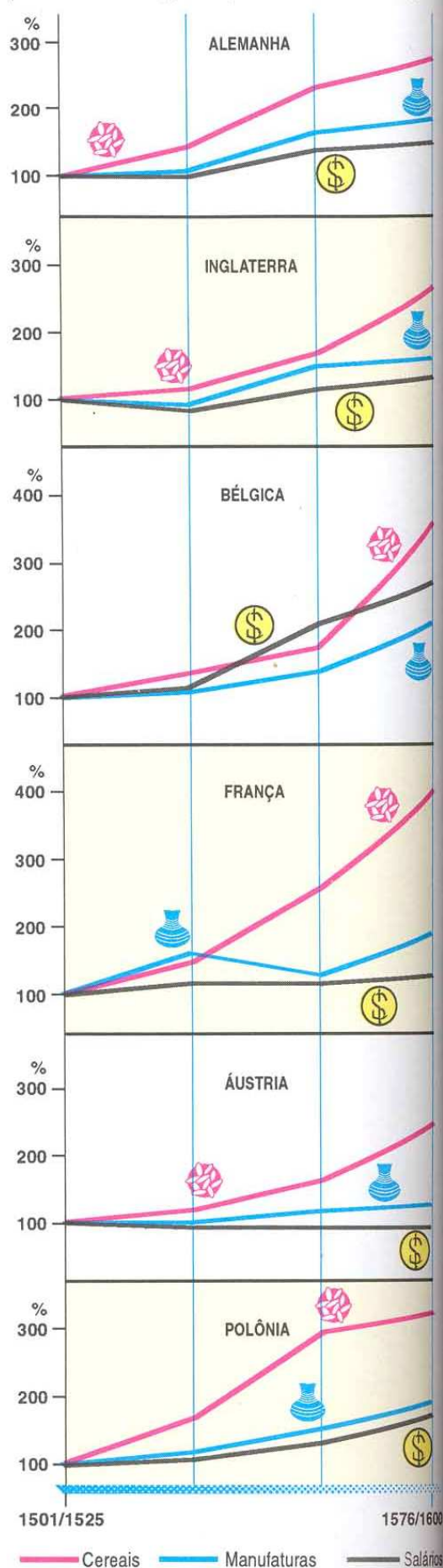
Essa política tinha cinco características essenciais das quais a primeira, base das demais, era o metalismo [1]. Dentro dessa concepção, a forma básica de riqueza eram os metais preciosos [2]: quanto maior fosse a quantidade de metais existente num país, mais rico e poderoso ele seria considerado. Mas como obter sempre mais metais se a produção das minas européias estava praticamente esgotada? Tirando ouro de outros países; daí o segundo elemento: balança comercial favorável. Exportando muito (e recebendo em metais) e importando pouco (portanto, pagando pouco metal), o país conseguiria um saldo que aumentaria seu estoque metálico [1] [2].

Não se tratava, porém, de apenas exportar, mas exportar mercadorias caras que atrairiam maior quantidade de ouro. Daí — terceira característica — a política industrialista, o incentivo do Estado à produção de bens industriais. Para importar pouco, recorria-se à quarta característica, o protecionismo. Ou seja, a imposição de altas taxas alfandegárias para a entrada no país de produtos manufaturados estrangeiros. As matérias-primas, entretanto, eram quase isentas, para que pudessem ser industrializadas e depois exportadas.

Todo esse jogo de forte defesa dos interesses nacionais tornava as relações internacionais muito tensas, como provam as muitas guerras do período. Mais ainda, criava um impasse econômico, pois, no limite, todos pretendiam vender e ninguém comprar [4]. A saída para essa situação, e na verdade o elemento-chave do mercantilismo, foi o colonialismo [3] — última característica da política mercantilista. Regiões dependentes (colônias) eram forçadas a vender barato seus produtos às regiões dominadoras (metrópoles) e a comprar destas seus produtos industrializados. Assim, a riqueza da América colonizada foi encaminhada para a Europa, ajudando a promover o progresso geral dessa região.

1 Preços e salários na Europa Central

(média a cada 25 anos; peso em prata das somas monetárias)

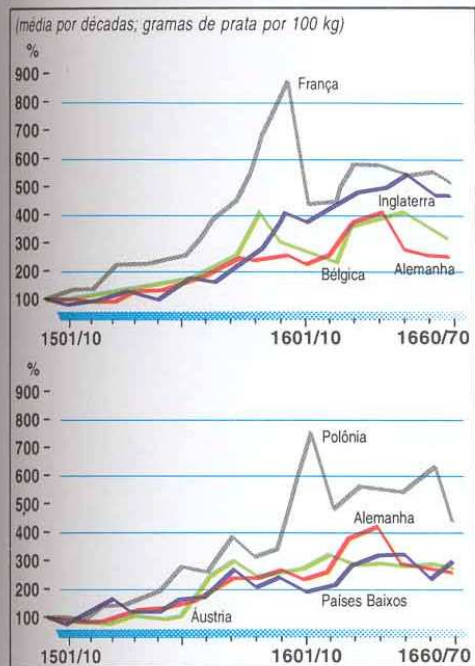
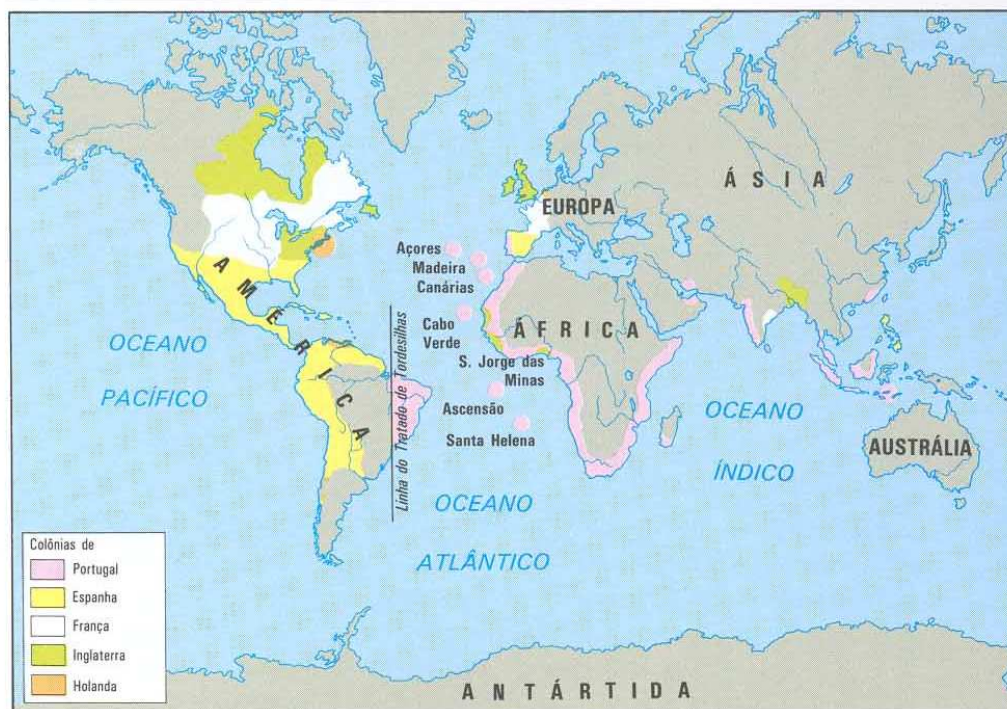
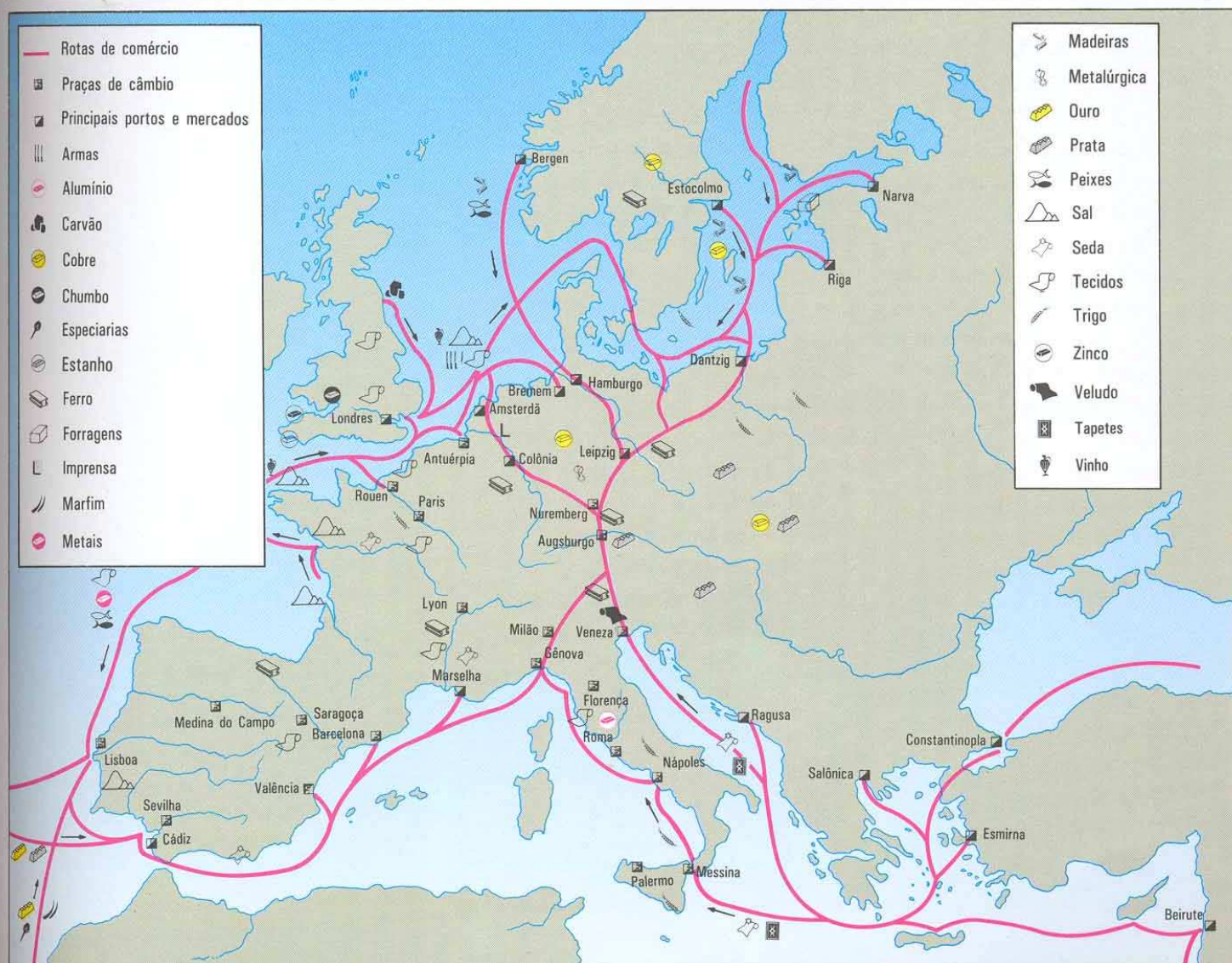


1453

IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

2 Cereais na Europa Central (1500-1670)**3 A colonização europeia****4 O comércio europeu no século XVI**

A colonização ibérica

Ao ocuparem as áreas tropicais e subtropicais da América [1], Portugal e Espanha visavam obter metais preciosos e gêneros agrícolas que alcançavam altos preços no mercado europeu [2]. Assim, nessas regiões formaram-se colônias de exploração, ou seja, voltadas para as metrópoles [3]. Elas não existiam por si mesmas, mas em função dos interesses externos e possuíam quatro características básicas.

Em primeiro lugar o domínio metropolitano, isto é, o centro de decisão sobre a vida das colônias estava na metrópole, que definia o sistema político-administrativo [3] [4], as relações econômicas, as questões religiosas e culturais. Em segundo lugar, o “exclusivo comercial”: somente os mercadores da metrópole podiam comprar os produtos coloniais para revendê-los na Europa e somente eles podiam trazer mercadorias européias para o mercado colonial. Em terceiro lugar, a grande propriedade agrícola, que produzia em larga escala determinado bem para o mercado europeu (por exemplo, nos séculos XVI-XVII o açúcar no nordeste brasileiro). Por fim, o escravismo africano, utilizado não por causa de uma pretensa superioridade do trabalho negro sobre o indígena, mas para gerar outro comércio monopolizado pela metrópole.

Em suma, as colônias de exploração deveriam atender aos pressupostos mercantilistas. Assim, os espanhóis, por terem encontrado de imediato metais preciosos em suas colônias, não precisaram se preocupar com o sistema produtivo para a exportação. Bastava confiscar as riquezas acumuladas pelos astecas no México e pelos incas no Peru e forçar os indígenas a extrair ainda mais metais das minas. Foi apenas quando a quantidade de ouro e de prata começou a diminuir que a Espanha recorreu à agricultura de exportação.

No caso da colônia portuguesa de exploração, o Brasil, a cronologia foi oposta. Não tendo ali encontrado metais preciosos, os portugueses implantaram atividade de extração (pau-brasil), de agroindústria (açúcar) e de pecuária [3] [5]. Finalmente, no século XVIII, quando a mineração espanhola já estava em decadência, descobriu-se o ouro brasileiro [6]. Em função dele, o afluxo de portugueses para a colônia cresceu dez vezes e o território brasileiro alargou-se em dois milhões de quilômetros quadrados.

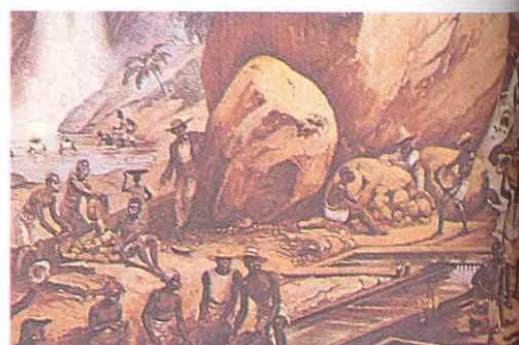
4 O Brasil no século XVI



1 Civilizações pré-colombianas



6 A mineração do ouro no Brasil

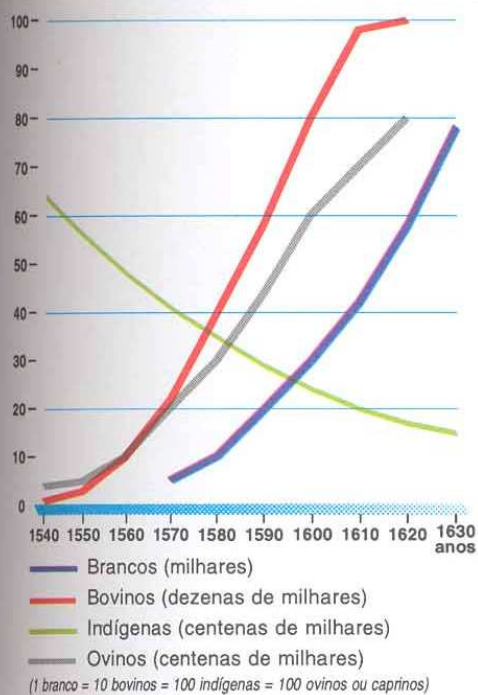


IDADE MODERNA

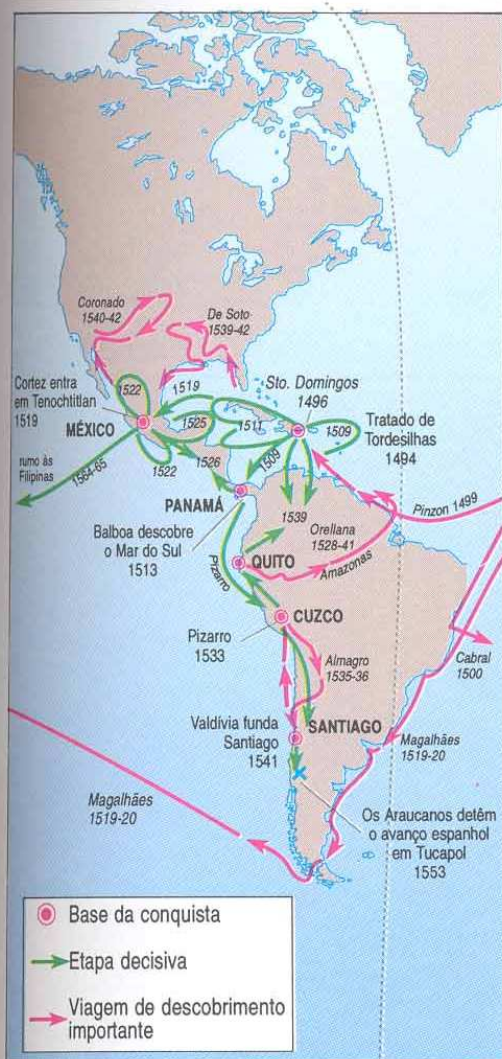
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

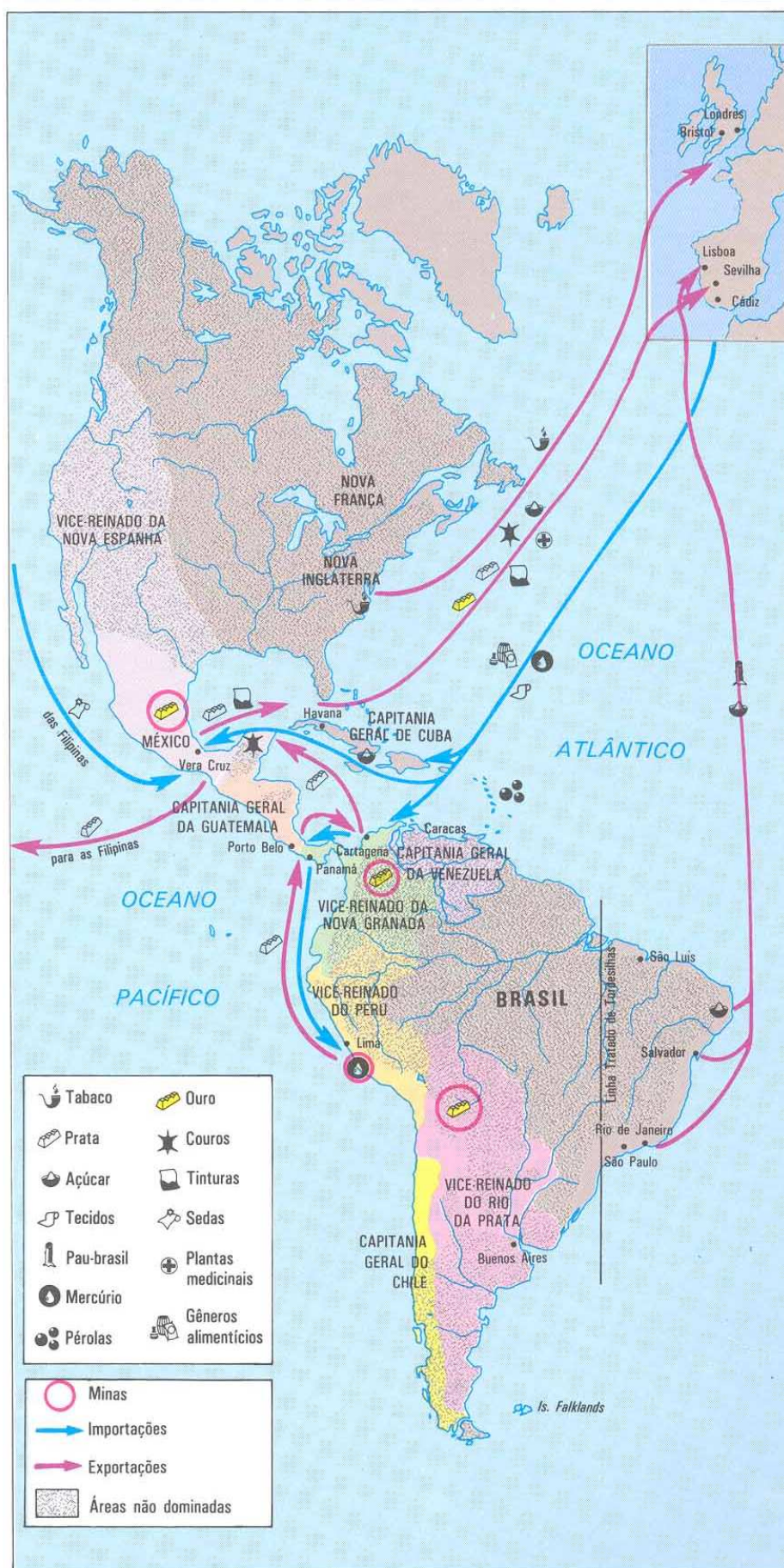
5 O gado expulsa o homem



2 A conquista da América



3 Organização econômica da América em 1620



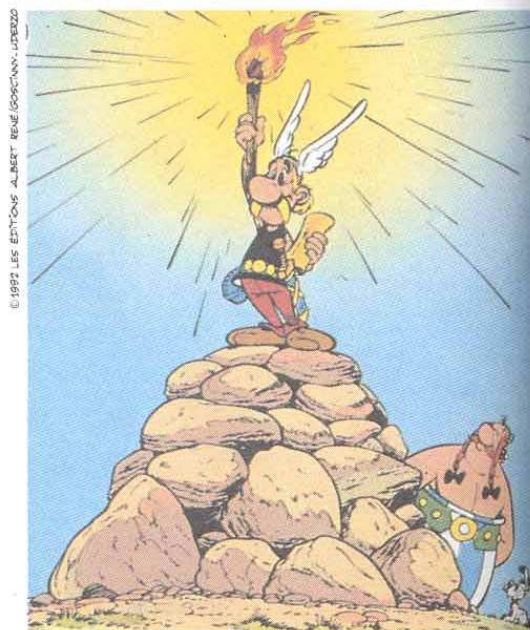
A colonização anglo-saxônica

Tendo os espanhóis e portugueses ocupado as áreas mais interessantes do Novo Mundo, restou aos ingleses apenas porções da América do Norte. Em 1620, grupos de calvinistas ingleses, que fugiam do absolutismo monárquico e da decorrente falta de liberdade religiosa, ali se instalaram [1] [4]. Como essa colonização não era de caráter oficial e não tinha motivação essencialmente mercantil, mas de segurança e liberdade, escapava ao controle metropolitano.

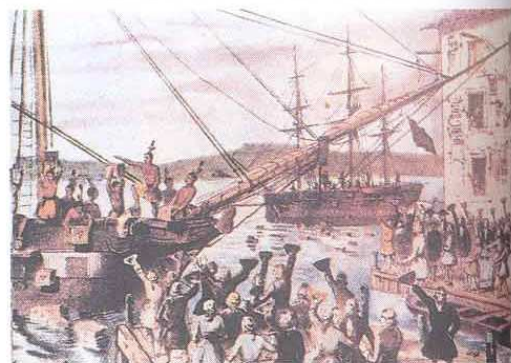
Além disso, localizadas na zona temperada da América, essas áreas não produziam os bens tropicais (açúcar, fumo, especiarias) desejados pelos europeus [2]. Em função disso, tais regiões tornaram-se colônias de povoamento voltadas, portanto, para si mesmas e não para a satisfação dos interesses da metrópole. Aliás, elas próprias passaram a exercer na prática a função de metrópole em relação às colônias inglesas que se desenvolveram mais ao sul, em zona tropical [5].

Essa situação permitiu a acumulação de riquezas nas colônias do nordeste da América do Norte e não na Inglaterra. A partir do início do século XVIII, entretanto, a Inglaterra fez valer sua condição de metrópole de todos os colonos americanos de origem inglesa [3]. Como estavam habituadas a um século de autonomia e de crescente prosperidade, essas regiões se revoltaram [6], e em 1776 declarava-se a independência dos Estados Unidos da América.

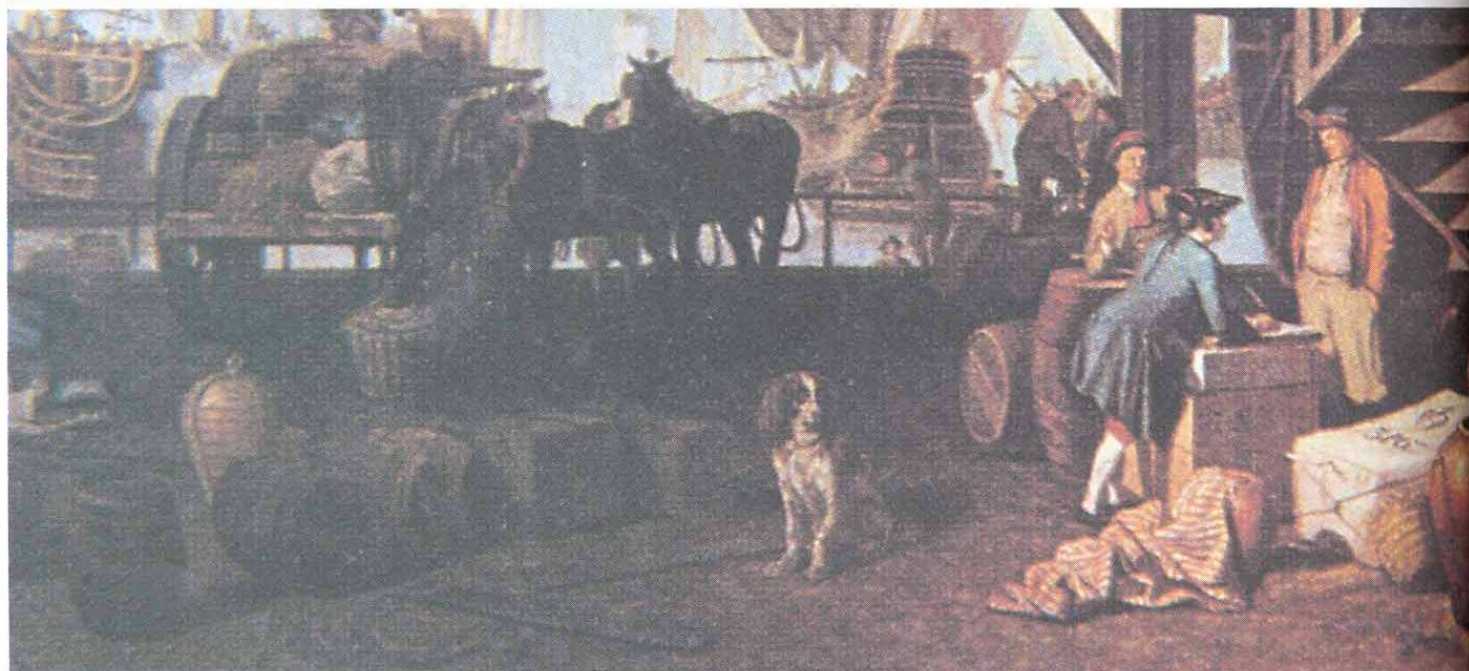
4 A tocha da liberdade



6 Festa do Chá (Tea Party)



5 O comércio das treze colônias



1453

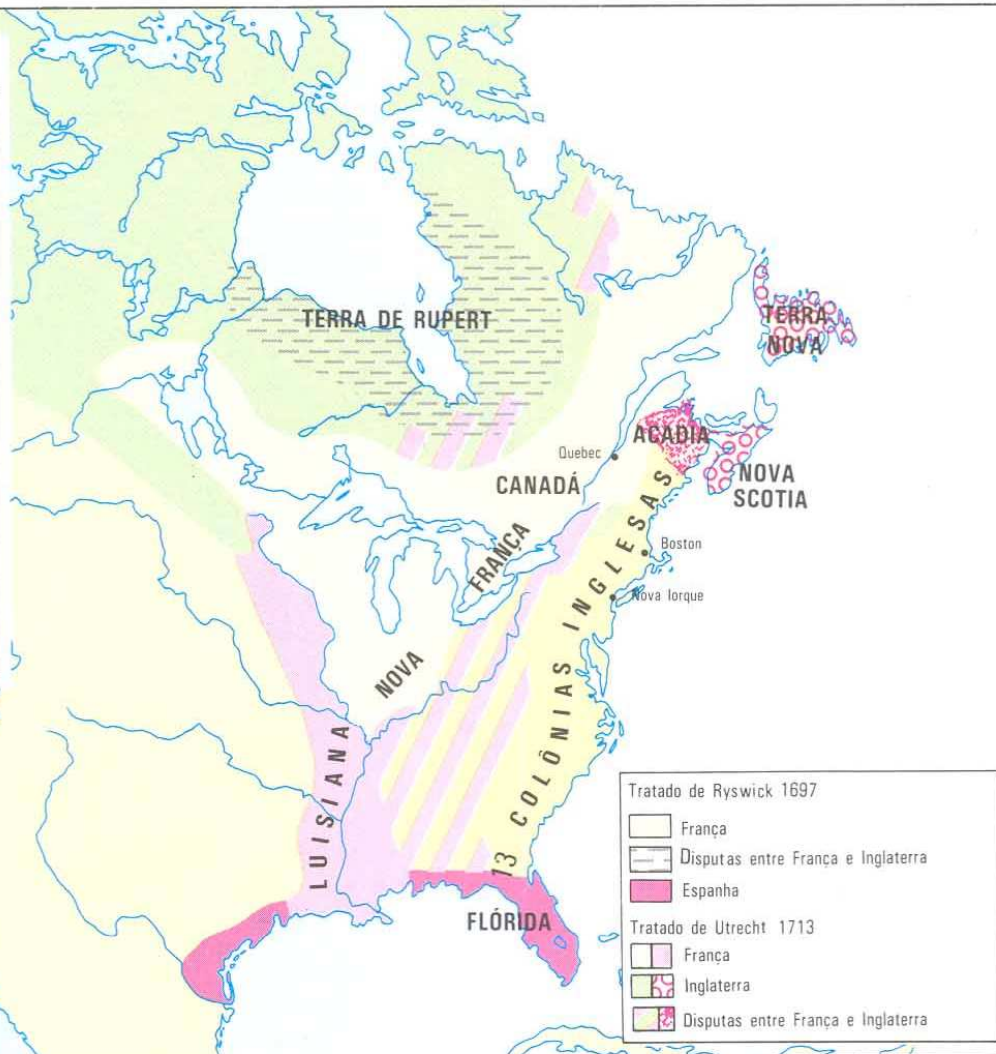
IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

3 As questões coloniais (início do século XVIII)

1 As treze colônias



2 O comércio da América Anglo-saxônica



As monarquias absolutistas

A centralização política nas mãos do monarca, que se iniciara na Idade Média, completou-se e atingiu seu grau máximo na Idade Moderna, estreitamente relacionada ao despontar do capitalismo, do Renascimento e das reformas religiosas [1].

O absolutismo deveu muito aos novos e múltiplos recursos que o capitalismo colocou à sua disposição. O monarca absolutista, por sua vez, incentivava o desenvolvimento capitalista através da prática mercantilista [3]. O Renascimento recuperara para os monarcas vários exemplos de concentração de poderes da Roma antiga, enquanto as monarquias estimularam a cultura renascentista, protegendo e financiando artistas e literatos. Ao enfraquecerem a Igreja Católica em algumas áreas, as Reformas Protestantes transferiram vastos poderes para os reis, fossem eles ainda católicos (caso da França) [1], fossem protestantes que se tornaram chefes de uma nova Igreja (caso da Inglaterra).

A centralização completou-se quando o monarca ganhou jurisdição sobre todo o país, quando a tributação deixou de ser senhorial e tornou-se estatal, quando passou a existir uma força armada verdadeiramente nacional. No momento em que o poder central fortalecido excluiu do governo outros grupos, concentrando todos os poderes da nação [2], a monarquia passou a ser absoluta. O rei tornou-se então administrador supremo, chefe do exército e representante de Deus. Era o legislador, o juiz e o executor. Segundo a famosa expressão atribuída a Luís XIV (1643-1715), era o próprio Estado [4].

Dessa forma, esperava-se encontrar a paz, a ordem e a segurança que tinham faltado nos conturbados tempos finais da Idade Média. Jean Bodin, um dos teóricos do absolutismo, afirmava: o rei podia tudo, pois “a mais dura tirania” é melhor que a anarquia.

Contudo, a relativa estabilidade de cada reino absolutista tinha como contraponto a instabilidade das relações internacionais da época [2]. Cada monarquia absolutista buscava a supremacia européia, que garantiria a unidade do país em torno de seu rei para enfrentar as potências estrangeiras. Cada nação só poderia enriquecer em prejuízo das demais, tirando-lhes territórios, colônias, populações, matérias-primas e técnicas [3]. As tensões eram constantes, pois, temerosas do fortalecimento desmedido de uma determinada nação, as demais se uniam temporariamente contra ela. Cada uma procurava garantir sua própria segurança e esperava o momento de impor-se a todas as outras. As aliadas de hoje eram as inimigas de amanhã e vice-versa. As lutas pela hegemonia continental envolviam toda a Europa numa intrincada rede de alianças, tratados e questões dinásticas [2].

1 A unidade francesa (1440-1589)



3 O mundo em meados do século XVII



A crise do século XVII

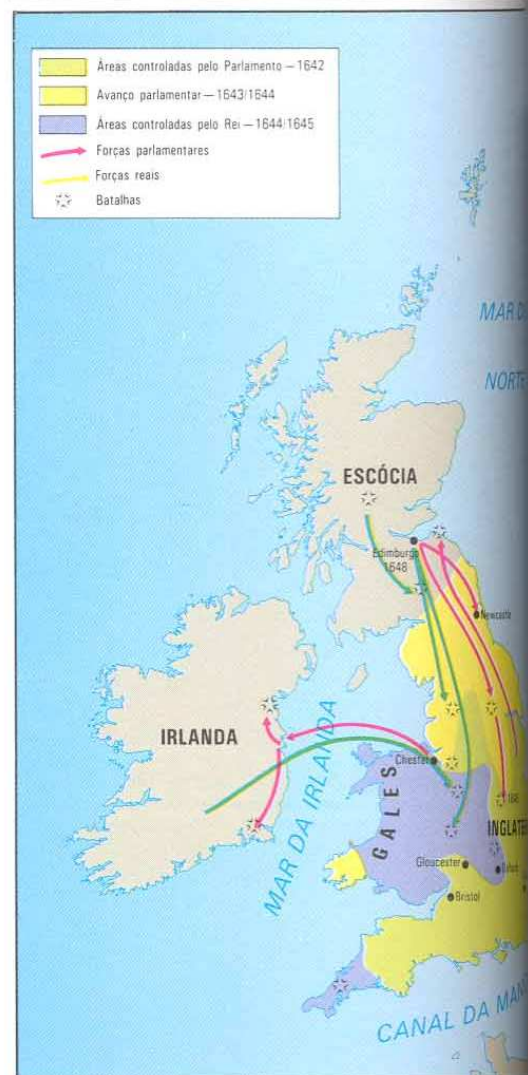
O século XVI aparentemente conseguira completar vários processos históricos iniciados na Idade Média (Renascimento, protestantismo, centralização política, capitalismo). À primeira vista, poder-se-ia então pensar que o século XVII seria de estabilidade. Em função de desdobramentos de certos aspectos daqueles fenômenos, ocorreu, porém, o inverso.

No plano cultural, a ampliação do conhecimento sobre a Terra, graças às viagens ultramarinas, além da revalorização da ciência grega, permitiu que caísse a velha idéia de que a Terra era o centro do Universo. Ao tornar-se consciente de que habitava um pequeno planeta em torno de uma estrela de tamanho apenas médio (heliocentrismo), o homem perdeu a autoconfiança. A arte e a literatura da época, o Barroco [4], expressaram a introspecção e a emotividade que predominavam.

No plano político, o poder monárquico fortaleceu-se surgindo o Estado moderno absolutista. A grande concentração de poderes nas mãos dos reis, entretanto, provocou revoltas, como a de Cromwell, na Inglaterra (1642-1649) [1] [2], e as Frondas, na França [3], (1648-1652). As diferenças religiosas, não aceitas por Estados autoritários, causaram a fuga dos calvinistas ingleses para a América e a submissão dos calvinistas franceses à custa de violência. Além disso, estimulando o espírito nacionalista e pretendendo estender seus territórios para fortalecer o reino, cada monarca arrastava seu país a longas guerras. A mais importante envolveu quase toda a Europa e se estendeu de 1618 a 1648: a Guerra dos Trinta Anos [5].

No plano econômico, a crise estava ligada à retração da produção metálica da América espanhola e às dificuldades demográficas devido ao reaparecimento cíclico da peste. A tendência era de alta nos salários e baixa nos preços, desestabilizando a economia. As dificuldades comerciais levavam os países a buscar mercados, muitas vezes provocando guerras, como as lutas anglo-holandesas [2] de 1652-1654, 1665-1667 e 1672-1678. As guerras, por sua vez, ocasionavam maior retração demográfica. Na Alemanha, por exemplo, houve uma diminuição de cerca de 40% da população em função da Guerra dos Trinta Anos [5]. O recuo do consumo desestimulava os investimentos e provocava desemprego. Tudo isso aumentava o sentimento de insegurança e reforçava o absolutismo.

1 A Guerra Civil (1642-1645)



3 A expansão francesa (1648-1713)



séc. XVII

IDADE MODERNA

1789

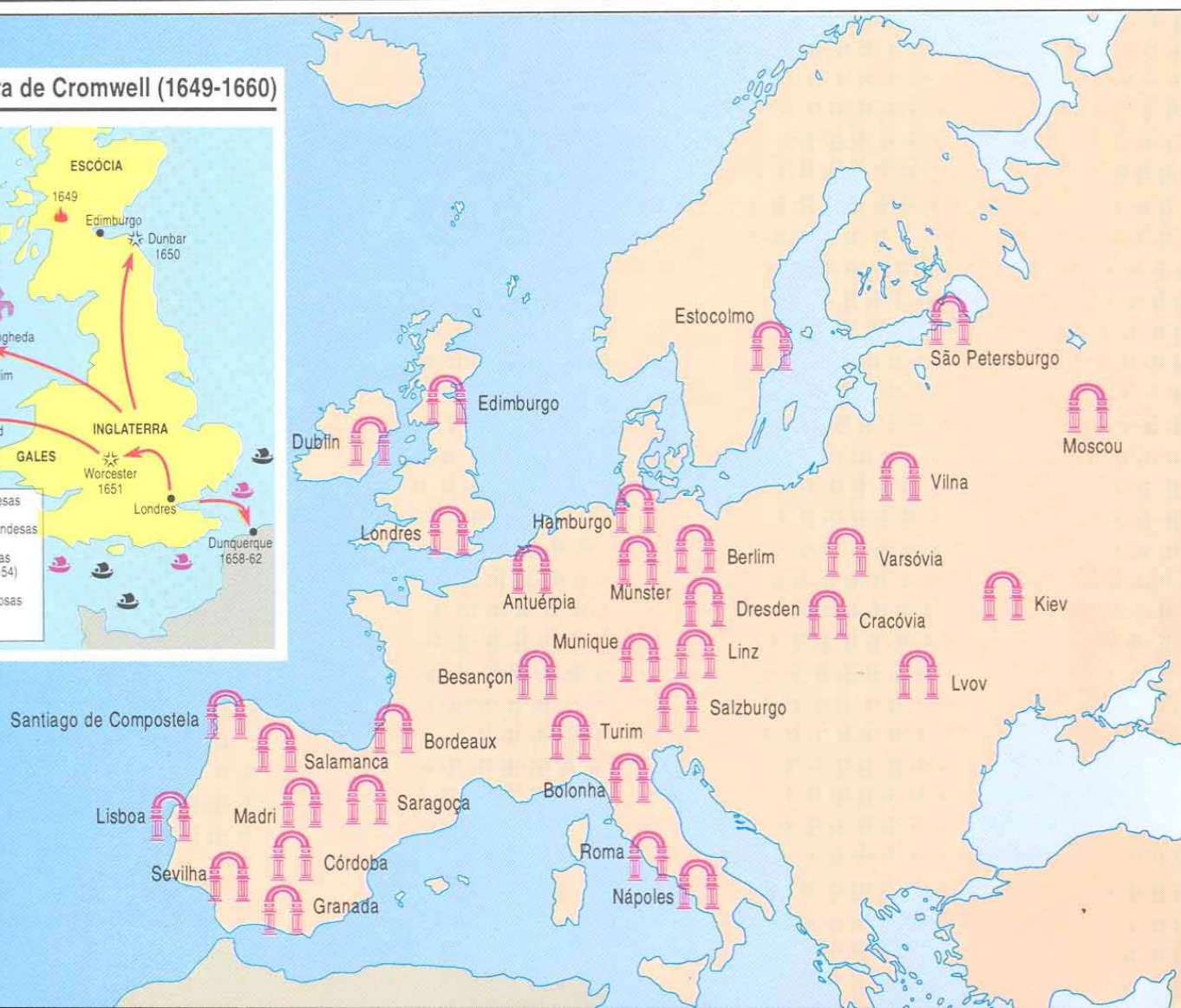
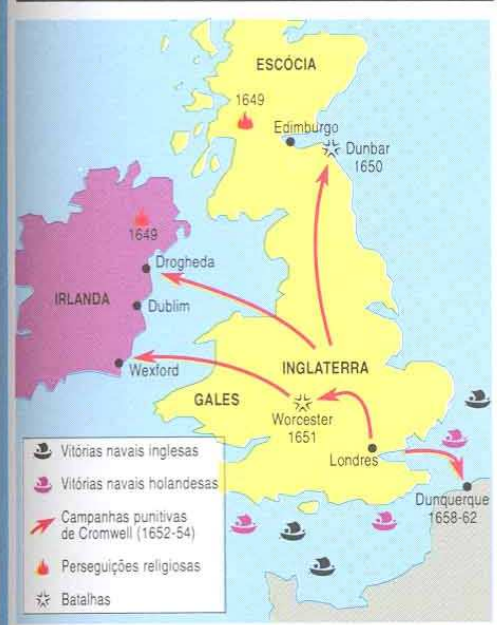
IDADE CONTEMPORÂNEA

5 A Europa após a Guerra dos 30 Anos (1618-1648)



4 Centros de irradiação do Barroco

2 A ditadura de Cromwell (1649-1660)



A sociedade do Antigo Regime

A designação de Antigo Regime foi utilizada inicialmente para as formas de vida e governo da França anteriores à revolução de 1789. Na atualidade, de forma menos rigorosa, aplica-se essa expressão a outros países europeus com características próximas às da França daquele momento histórico. *Grosso modo*, seus elementos eram o absolutismo, a sociedade estamental, as práticas mercantilistas e o colonialismo.

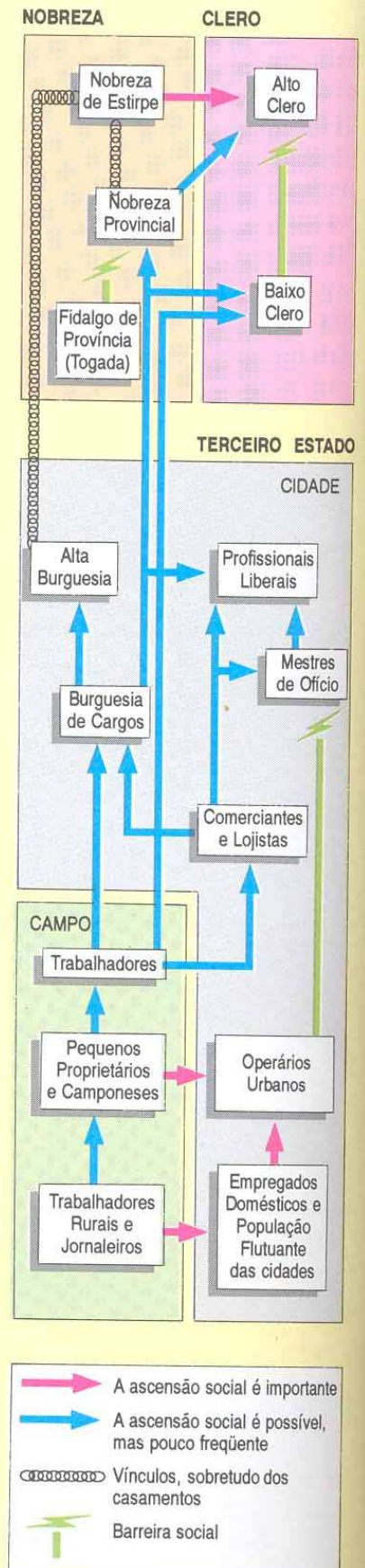
Apesar das incertezas com relação aos números, estima-se que a população européia tenha saltado dos 100 milhões, em 1650, para 187 milhões, em 1750 [2]. O meio rural e as atividades agrícolas absorviam aproximadamente 85% da população. Com exceção dos Países Baixos, a urbanização não excedia aos 20% da população total das regiões européias [3]. Cidades como Londres, Paris, Viena e Berlim apresentavam uma população média que variava de 120 mil a 500 mil habitantes. A posse da terra e o prestígio daí decorrente ainda marcavam o compasso da sociedade do Antigo Regime.

No século XVIII, apesar de todos os progressos econômicos, a sociedade permanecia vinculada à divisão estamental do final da Idade Média [1]. Nela, cada estado ou estamento refletia uma função: o clero orava, a nobreza guerreava e o restante da população (Terceiro Estado) se encarregava de manter os dois primeiros. Todavia, essa estratificação por funções já havia perdido a maior parte de suas justificativas. Também já não existia uma uniformidade econômica, social ou política dentro dos estamentos [1] [4].

Ao lado de um clero poderoso, composto por cardeais, bispos e outras altas funções eclesiásticas, havia um clero humilde, de poucos recursos econômicos e formação intelectual pobre. Era a estes últimos que cabia o contato com a maior parte da população. A nobreza, de forma geral se tripartia. Um de seus segmentos era poderoso, desempenhando cargos burocráticos junto à monarquia e recebendo pensões. Outro se encontrava marginalizado dessas funções junto ao Estado, tendo de viver às suas expensas. Um terceiro segmento nobiliárquico era constituído por burgueses que compravam títulos [1].

Congregando a maioria da população, o Terceiro Estado apresentava uma composição extremamente complexa. Era encabeçada pela burguesia, que, a partir de diversas atividades econômicas [3], se encontrava fracionada em distintas condições jurídicas e políticas. Nas cidades, em função do desenvolvimento industrial, crescia um proletariado geralmente vitimado pela saturação da oferta de mão-de-obra e pelos baixos salários. Nos campos, aflorava a servidão legal (não apenas econômica) na Europa oriental, enquanto a ocidental assistia ao fim de seus últimos resquícios [1].

1 A sociedade francesa



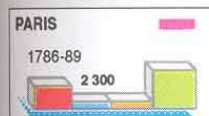
2 Europa: alimentação e densidade demográfica

FONTES ALIMENTARES

- Carnes, peixe
- Laticínios, azeite
- Bebidas
- Cereais

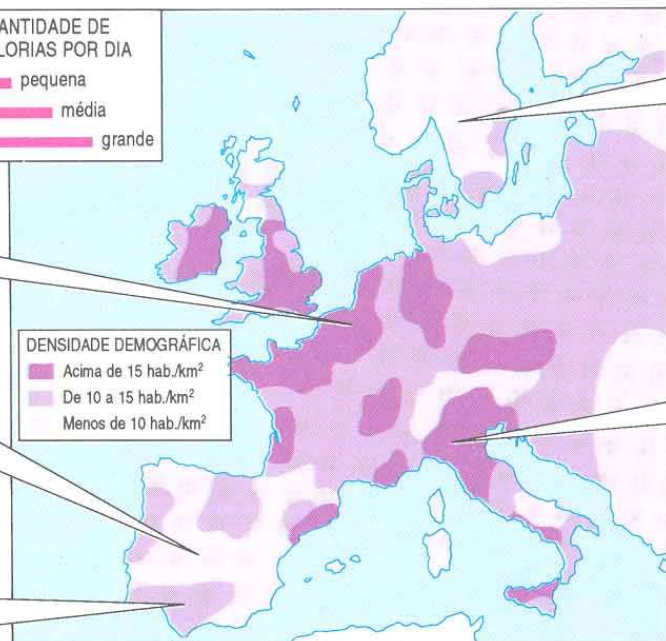
QUANTIDADE DE CALORIAS POR DIA

- pequena
- média
- grande



DENSIDADE DEMOGRÁFICA

- Acima de 15 hab./km²
- De 10 a 15 hab./km²
- Menos de 10 hab./km²



SUÉCIA

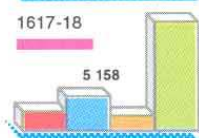
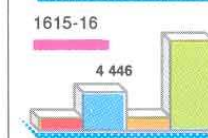
Serviço agrícola



Duque



PÁVIA



3 Atividades de comércio e indústria na Europa (século XVIII)



4 Estamentos sociais



Centros financeiros
Indústrias metalúrgicas
Indústrias têxteis
Lã
Linho
Algodão
Seda

A cultura do Antigo Regime

Na primeira metade do século XVIII, apesar de a sociedade do Antigo Regime permanecer organizada em estamentos, não havia no plano cultural uma uniformidade que correspondesse àquela estratificação aparentemente rígida. O ponto central da questão estava na difícil definição do que deveria mudar e do que deveria ser mantido. O grande conflito cultural dentro de todos os grupos sociais, e entre estes, era portanto entre tradição e transformação [1].

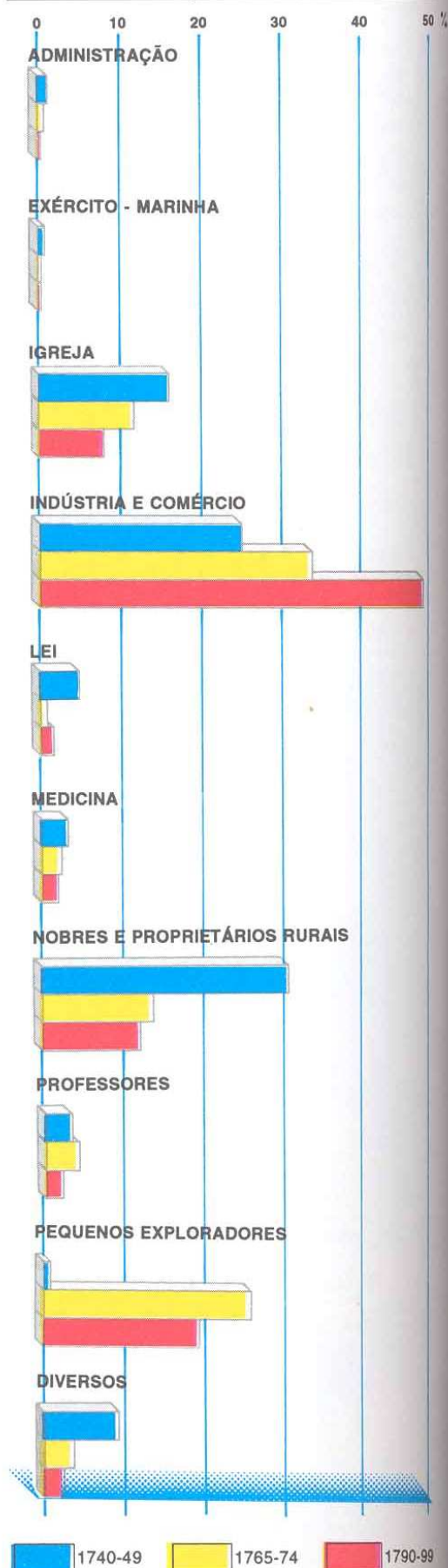
A cultura clerical sentia o problema nos desacordos entre o clero que freqüentara os seminários (criados pela Reforma Católica do século XVI) e o clero que não recebera aquela formação. Teoricamente constituindo um só estamento, com uma mesma cultura [2], o clero na prática apresentava realidades bem distintas. E isso se refletia nas outras camadas sociais através da educação transmitida pelo clero. Uma escola mantida pela Igreja em uma grande cidade era bastante diferente daquela dirigida pelos párocos rurais.

Entre os nobres, a situação era semelhante. A alta nobreza, apesar de favorecida pelo Estado, permanecia arraigada culturalmente a seu passado de poder, não vendo com bons olhos as mudanças culturais que acompanhavam a centralização política. Os nobres das províncias, menos favorecidos em todos os aspectos, oscilavam entre seus velhos ideais (e nisso se identificavam com os nobres ligados à corte) e as propostas inovadoras vindas da burguesia urbana [2].

No Terceiro Estado, as populações rurais, sempre mais conservadoras, viviam basicamente como nos séculos feudais. As populações urbanas apresentavam grande diversidade, mas de forma geral maior dinamismo [3]. Os pequenos artesãos e comerciantes, recém-vindos do campo, mantinham ainda muito do folclore e dos hábitos de suas regiões de origem. Aqueles que habitavam há mais tempo as cidades já haviam absorvido dados culturais de diferentes procedências.

As propostas de transformações partiam, pois, das cidades. Em meio às suas diversas atividades, ganhava destaque uma certa parcela da burguesia. Cheia de combatividade intelectual, ela tinha os olhos fixos mais no futuro do que no passado. Ela expressava artística e literariamente as reivindicações de um segmento social que cobrava maior participação nas decisões da sociedade. Ela valorizava os instrumentos racionais como meio de atuação social do homem. Assim, o desenvolvimento intelectual laico, citadino, burguês e racional, que despontara com o Renascimento, ganhava mais consistência e criava condições para que o século XVIII fosse o Século das Luzes [4].

1 Atividades, carreiras e profissões

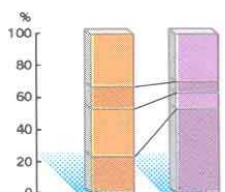


1740-49 1765-74 1790-99

2 O que se escreve na França

TEOLOGIA

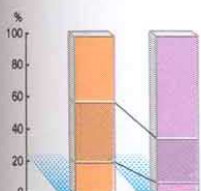
Sagrada Escritura
Liturgia-Devoção
Patrística
Concílio
Teologia
Apologética
Controvérsia



Mémoires de Trévoux

DIREITO

Jurisprudência
e prática
Direito civil
e natural
Direito canônico
e eclesiástico

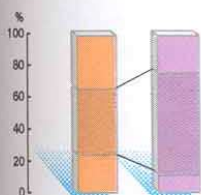


Journal des Savants

Mémoires de Trévoux

HISTÓRIA

Viagens
Geografia
História profana
História
eclesiástica

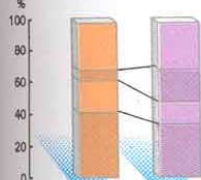


Journal des Savants

Mémoires de Trévoux

CIÊNCIAS

Física
Matemática
Ciências Naturais
Medicina
Cirurgia
Farmácia

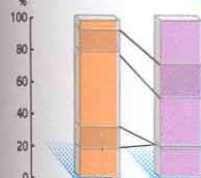


Journal des Savants

Mémoires de Trévoux

BELAS-LETRAS

Diversos
Oradores
Poesia
Gramática
e filologia
Dicionários



Journal des Savants

Mémoires de Trévoux

1715-1719

1750-1754

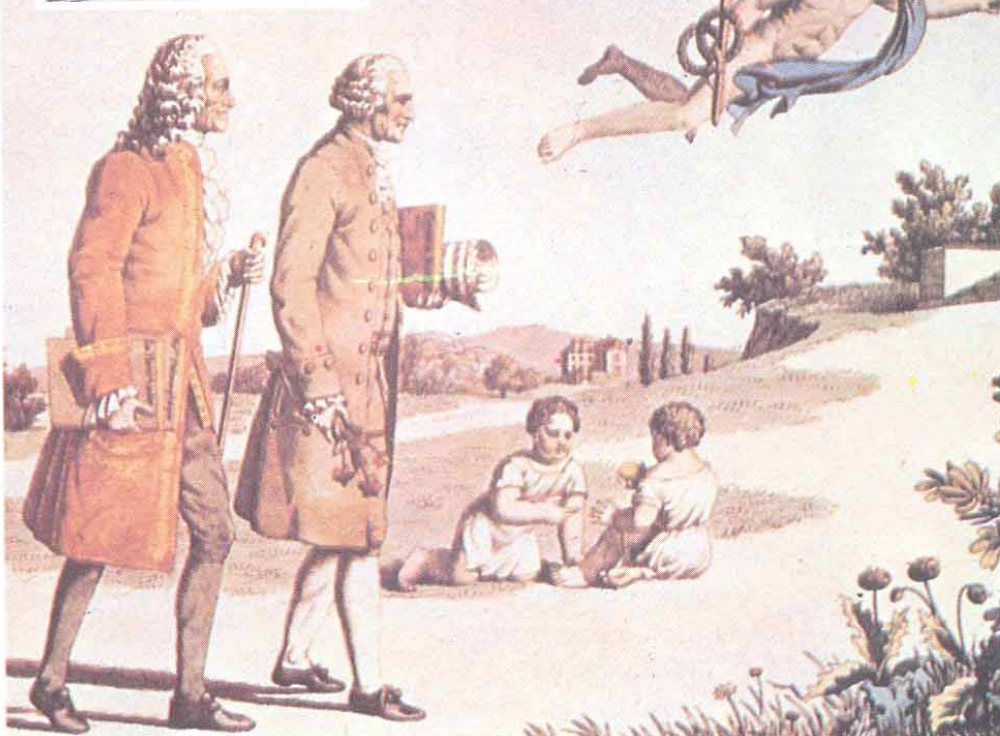
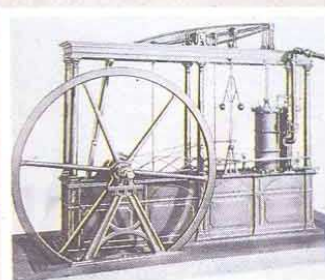
(*) Mémoires de Trévoux, jornal jesuíta.

(**) Journal des Savants (Jornal dos Sábios), jornal acadêmico, cientificista.

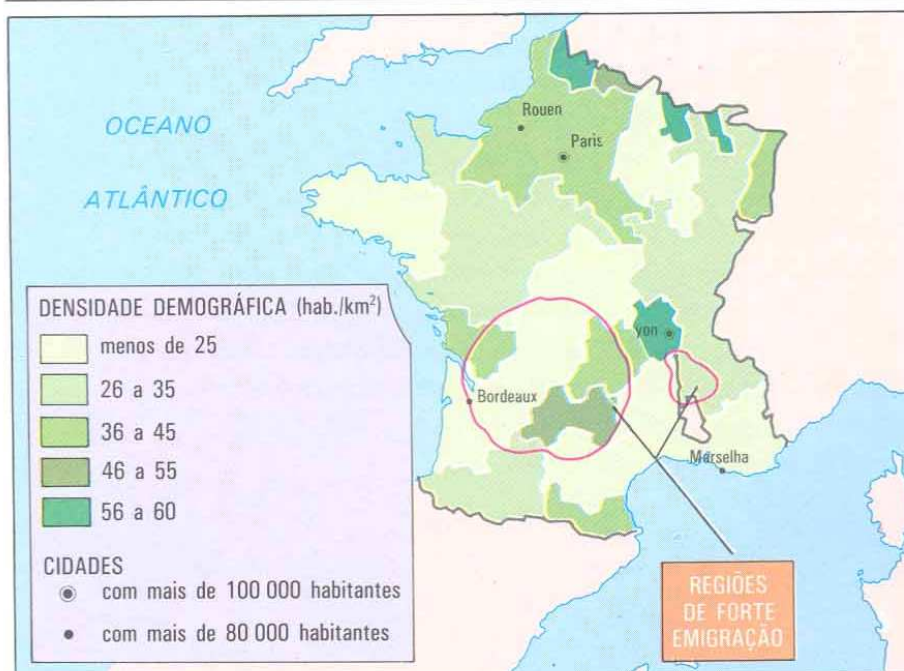
O *Journal des Savants* e o *Mémoires de Trévoux* revelam as correntes do conhecimento e do conteúdo que se escrevia na França do século XVIII. O gráfico baseia-se num levantamento efetuado de suas notícias, classificadas segundo seu conteúdo.

Mémoires de Trévoux, apesar de sua linha eclesiástica, deixa entrever o avanço dos assuntos técnicos e científicos, o que já é mais claramente notado no *Journal des Savants*.

4 Cultura e ciência nos séculos XVII e XVIII



3 Densidade da população francesa em meados do século XVIII



Os Estados Unidos no século XIX

A independência das 13 colônias consolidou liberdades e direitos preexistentes. A Constituição de 1787 implantava a república presidencialista e consagrava o federalismo. A autonomia dos Estados era enorme. O Norte expandia para o Oeste seu dinamismo [7], uma incipiente indústria e o urbanismo [6]. Também para o Oeste tentava correr o Sul, com sua sociedade agrária, aristocrática e escravista [5].

Um cotidiano mais igualitário entre os pioneiros permitia o fortalecimento democrático. Paralelamente, com o tráfico de escravos abolido desde 1807, as dificuldades de expansão do sistema sulista tornaram-se maiores. O ingresso de novos Estados na Federação [4] ampliava as divergências entre o Norte e o Sul a favor do primeiro, que necessitava de mercados para sua crescente indústria.

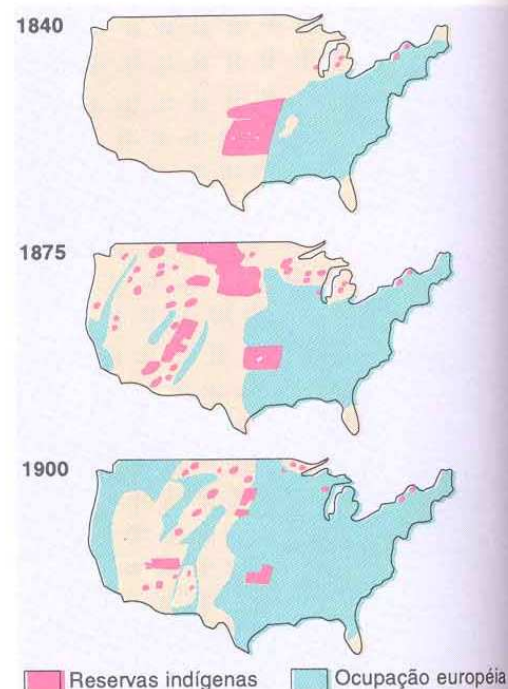
Crescia a tendência abolicionista, com múltiplos interesses e pouco humanismo. Mesmo que desejasse, o Sul não conseguiria mudar sua estrutura econômico-social sem grandes comprometimentos. Por isso, sentia-se pressionado. Daí alguns resolverem fazer valer seu direito de se separar da União, constituindo uma nova unidade política: os Estados Confederados [4]. Era a Guerra de Secessão (1861-1865). O triunfo do Norte implantou a hegemonia da União, arruinou a economia tradicional do Sul e deu início à questão negra.

A corrida para o Oeste ampliou as áreas de cultivo, trouxe imensos recursos minerais [5] e atraiu grandes massas de imigrantes [1]. A idéia do "Destino Manifesto" roda nos leitos das estradas de ferro que unem o Atlântico ao Pacífico [5]. O avanço dos pioneiros faz recuar as tribos indígenas, não sem resistências, para seu último reduto: as reservas federais [3]. O término da Guerra de Secessão impulsionou decisivamente a revolução industrial norte-americana [6], graças ao grande potencial do mercado interno.

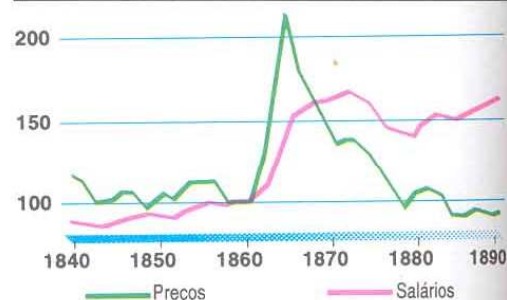
A livre concorrência perdeu espaço para os monopólios, apesar das legislações em contrário. O trabalho procurou se defender diante dos abusos do capital: sindicatos se organizaram [2]. O caráter local e reformista dos primeiros sindicatos foi logo substituído por tendências políticas.

O vertiginoso crescimento não encontrou termo nas fronteiras do Atlântico e do Pacífico: à corrida para o Oeste, juntou-se a que se dirigia para o Leste e para o Sul. Os Estados Unidos da América transbordavam...

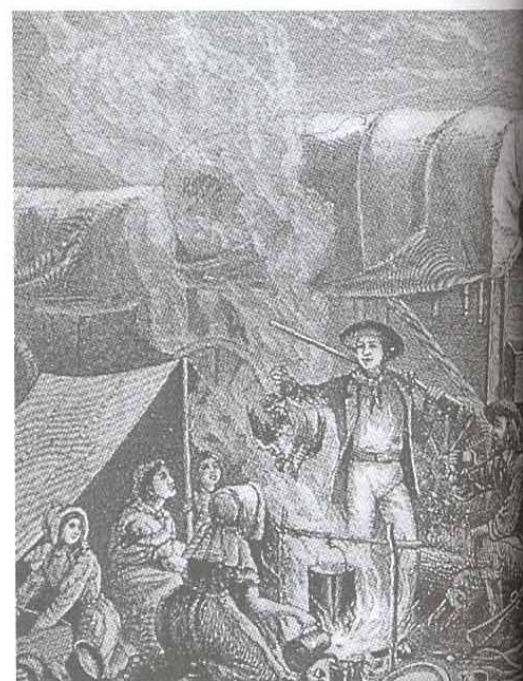
3 Reservas indígenas (1840-1900)



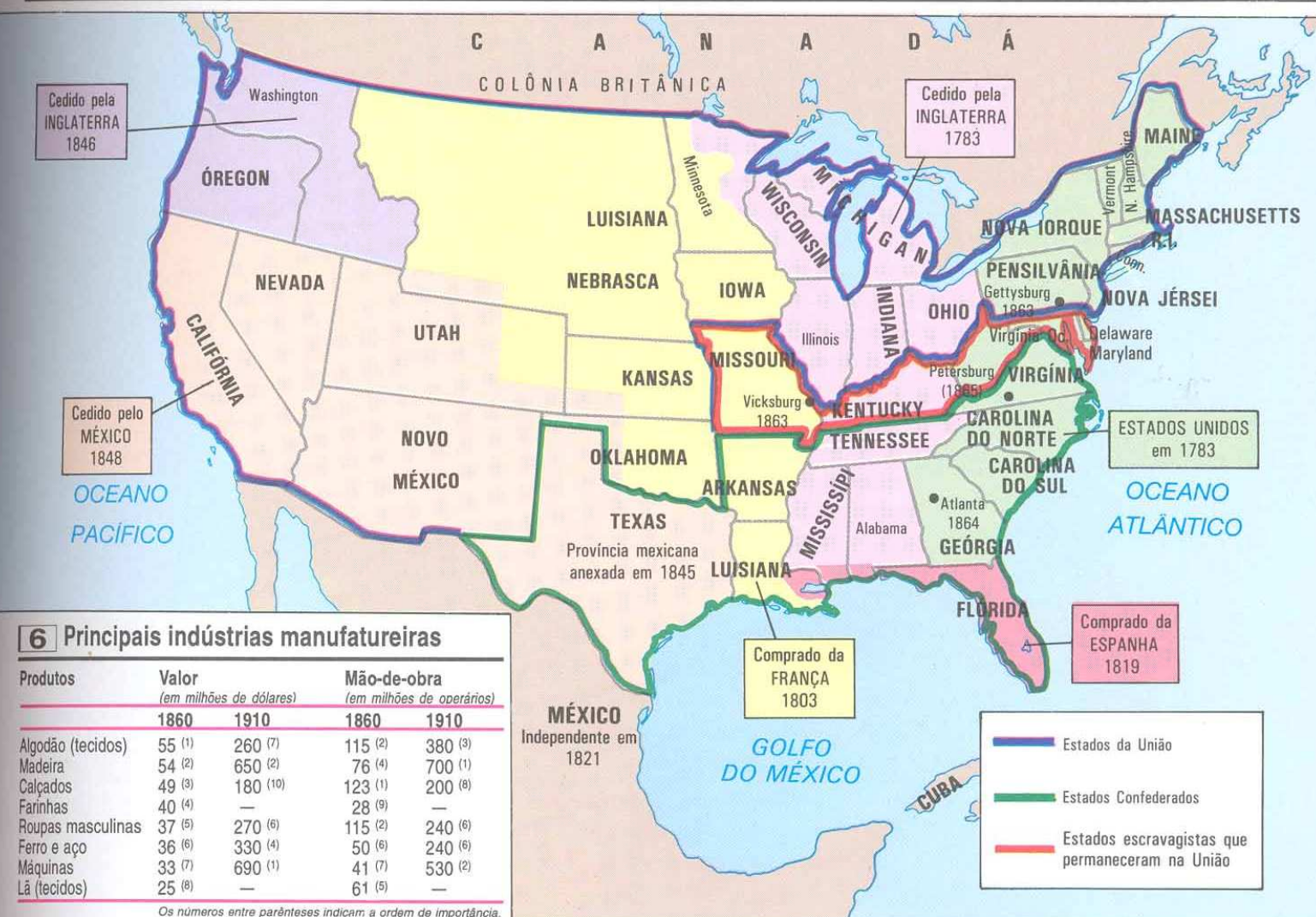
2 A evolução de salários e preços



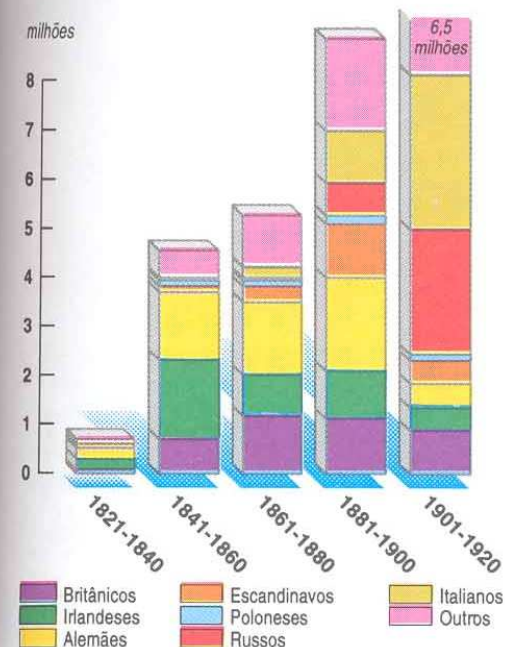
7 A conquista do Oeste



4 Expansão territorial e Guerra de Secessão



1 A imigração estrangeira



5 A economia norte-americana



A América Latina no século XIX

O início do século XIX assistiu à emancipação da América ibérica **1**. O movimento foi nitidamente aristocrático **4**. Em geral, o antagonismo entre as elites econômicas coloniais e os interesses metropolitanos foi a raiz da luta emancipacionista. Diferentemente das colônias hispânicas, o Brasil libertou-se quase sem incidentes e manteve sua integridade territorial, enquanto a parcela espanhola das Américas esfacelou-se **5**, resultado das pressões externas e internas, das diferenças econômicas e dos particularismos regionais.

O auxílio inglês na América Latina foi sem dúvida definido por seus interesses: seria mais fácil exercer sua preeminência num continente dividido **3**. À herança do centralismo colonial, seguiram as tendências ao federalismo. O sonho de Bolívar de uma América unificada e forte se desmoronou oficialmente no Congresso do Panamá, em 1826.

No Brasil monárquico **5**, o café tomou a economia e perpetuou o escravismo **4**. Nos vice-reinos e capitanias hispânicas, em geral triunfaram as repúblicas. Ali, o processo armado da libertação colaborou para uma militarização das instituições, cuja fragilidade favoreceu o desenvolvimento dos poderes locais: os caudilhos **5**. Apenas na segunda metade do século XIX é que se encaminham os Estados nacionais.

A teoria indicava o caminho das democracias liberais, mas, na prática, as lutas entre os caudilhos é que apontavam os rumos. Os ditadores, os golpes, as constituições se sucediam **5**. O clero católico e uma aristocracia prepotente disputavam o comando das massas mestiças e índias. Quase inexístiam os grupos intermediários **4**. Pressões internas e externas eram exercidas sobre o escravismo. Não bastassem os problemas regionais, as guerras se sucediam entre os novos países. As razões dos conflitos eram múltiplas e iam das questões fronteiriças à disputa de desertos, como o Chaco **5**.

Por seu turno, a independência política não implicou a econômica. Um consórcio de países europeus, tendo à frente a Inglaterra, substituiu Portugal e Espanha **2**. As matérias-primas da América Latina seguiam agora para as indústrias européias; em troca, recebia manufaturados, investimentos de capitais diretos do Velho Mundo, imigrantes e empréstimos.

À margem da revolução industrial, a América ibérica prosseguiu dependente, uma região periférica do capitalismo internacional. A chegada do século XX anunciou o início do declínio europeu. Mas o recuo da Europa correspondeu à ascensão dos Estados Unidos. O novo senhor que se avizinhava não deu espaço aos países latino-americanos; não houve a possibilidade de “cem anos de solidão”...

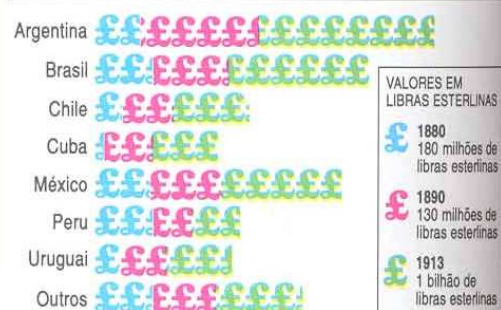
1 A independência da América ibérica



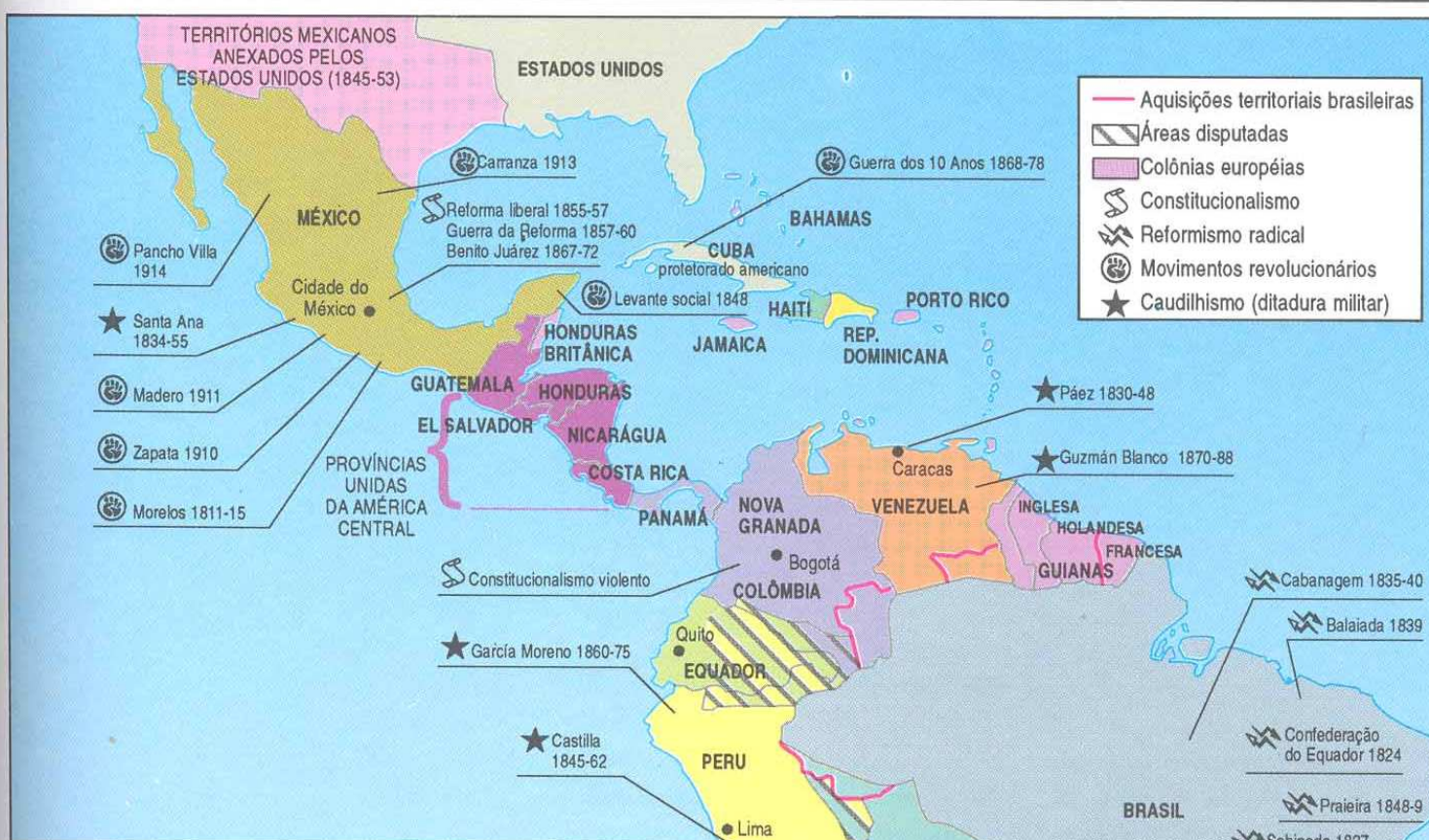
2 Capital estrangeiro na América Latina



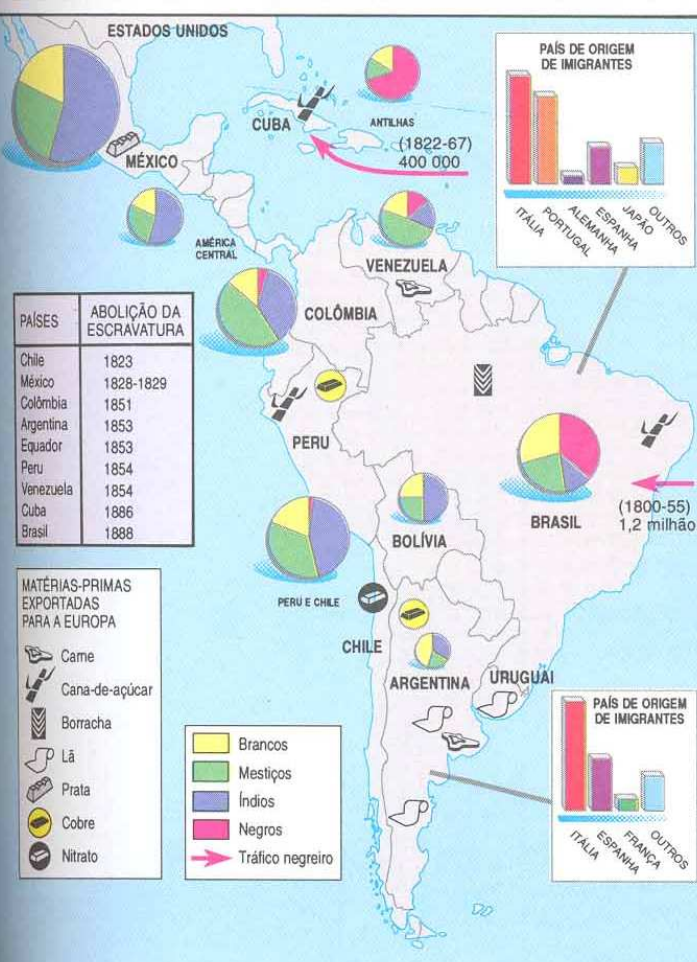
3 Capital britânico na América Latina



5 Desenvolvimento político da América Latina



4 Composição racial e imigração na América Latina



Países	Independência	Países	Independência
Equador	1803	Venezuela	1830
Haiti	1804	Nova Granada	1831
Argentina	1810	Costa Rica	1838
Paraguai	1811	El Salvador	1838
Chile	1818	Guatemala	1838
México	1821	Honduras	1838
Peru	1821	República Dominicana	1844
Brasil	1822 (1889-República)	Colômbia	1886
Bolívia	1825	Cuba	1898
Uruguai	1828	Panamá	1903

A Revolução Francesa e o período napoleônico

Durante o século XVIII, novas circunstâncias históricas acentuaram as contradições do Antigo Regime. O absolutismo era criticado por sua exagerada concentração de poderes e intervenções na economia através da política mercantilista. A sociedade estamental continuava existindo apenas juridicamente e as colônias, por sua vez, começavam a propor sua igualdade diante das metrópoles. A transição rumo ao capitalismo começava a chegar a seu termo. A Revolução Francesa de 1789 foi um dos grandes marcos desse momento.

Longamente articulada, a revolução de 1789 acelerou as transformações das estruturas do Antigo Regime, permitindo a ascensão burguesa. Mesmo absorvendo ou incorporando alguns dos antigos elementos, ela lhes conferiu uma nova roupagem. É certo que a revolução não pode ser entendida isoladamente, devendo ser vista como parte de um movimento mais amplo **3**, entre os anos de 1770 e 1850, época das chamadas revoluções liberais burguesas. A Revolução Francesa, no entanto, possui características específicas, derivadas da situação concreta da sociedade francesa **2**. Movimento extremamente complexo, deve-se considerar também que sua exportação para outros cantos da Europa, devido às guerras napoleônicas, constituiu a base de muitos movimentos revolucionários posteriores **4**.

Caracterizado pela inconstância e pelo reformismo durante a Assembléia Nacional e a Monarquia Constitucional (1789-1792), o movimento revolucionário se aprofundou e se radicalizou durante a República da Convenção Nacional (1792-1795). À política do Terror, sobrepôs-se a instabilidade da República do Diretório (1795-1799) **1**. Por fim, as ameaças de contra-revolução são afastadas com a implantação do Consulado (1799-1804), que marca a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

Homem formado durante o processo revolucionário, Napoleão foi um de seus legítimos herdeiros. Por vezes, seu governo pareceu uma regressão político-social em relação à República precedente. Todavia, foi nesse momento que se consolidaram os resultados obtidos pela revolução, suas profundas alterações, e, com as guerras externas, seus ideais foram propagados **4**. Mesmo assumindo formas ditatoriais, o império napoleônico (1804-14) traduziu o compromisso entre as necessidades ligadas à construção de uma nova sociedade e as exigências conjunturais, internas e externas, adversas a essa tendência. A Europa que o derrotou após seus últimos cem dias de governo (1815) procurou, em vão, reestruturar o Antigo Regime. O recuo dos ponteiros do relógio não faria o retorno do tempo...

1 A França revolucionária



A Europa da reação e da revolução

Com a derrota de Napoleão em 1815, o duelo entre a revolução e a reação parecia ter sido decidido a favor desta última. Uma tendência contra-revolucionária e repressiva se concretizava no Congresso de Viena [4]. Sua idéia básica era a Restauração, intermediada pelo princípio do equilíbrio europeu. Propunha-se a união das nações européias em torno do ideal de restauração do Antigo Regime, prevendo inclusive um auxílio mútuo caso a Restauração fosse abalada em qualquer uma das nações congregadas.

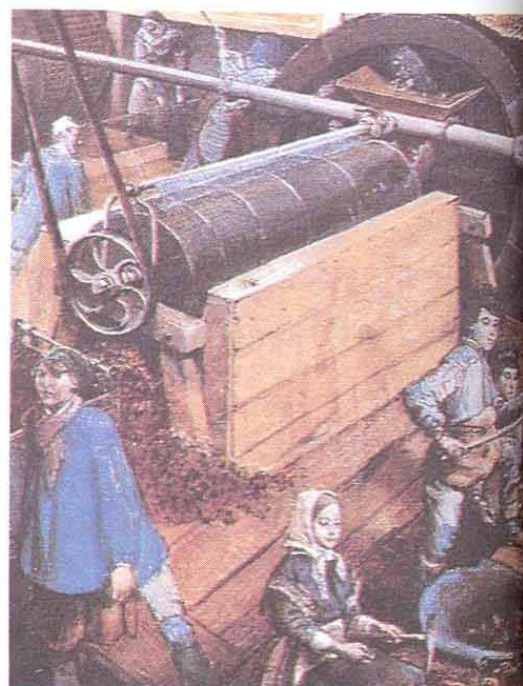
Mas o retorno da Europa das carruagens aristocráticas seria efêmero. Ao lado da convulsão da Revolução Francesa e do império napoleônico, a Europa também começava a viver os impactos da Revolução Industrial [5]. A fusão dessas duas tão vastas transformações aniquilou as bases do Antigo Regime. A Restauração era, dessa forma, uma sobreposição política a um conjunto de estruturas nascentes [1].

O liberalismo burguês, defendendo entre outras a idéia do progresso, da defesa da propriedade, da garantia das liberdades fundamentais do homem, prossegue em seus avanços. A aplicação do princípio da liberdade individual às coletividades — que são as nações — favoreceu o desenvolvimento do nacionalismo [1]. Violentado pelo Congresso de Viena, o nacionalismo se transformou em força política na luta contra a Restauração. O Romantismo, exaltando o indivíduo, as histórias nacionais e a liberdade, reforçou o quadro de oposições.

Tanto o liberalismo como o nacionalismo se encontravam ligados à ascensão da burguesia e ao estabelecimento da sociedade capitalista [2]. Por isso, a liberdade que propunham avançava até onde se encontrava com a propriedade; a luta pela igualdade parava quando ameaçava o nivelamento social. A Europa conservadora ia sendo substituída pela das fábricas e, por mais que se tenha tentado ignorar, pelo proletariado [2] [5]. Desconsiderando a diversificação social, mostrando-se contraditório e antagônico, o liberalismo burguês abriu espaço para o nascente socialismo [6].

Por volta de 1820, surgiram os primeiros movimentos contra a Restauração [4]. O balanço final destes ainda se mostrou favorável ao Antigo Regime. As revoluções de 1830 [4] é que abalarão o edifício do Congresso de Viena, cuja demolição se operará com a nova onda revolucionária de 1848 [3] [6]. Apesar de terem as mesmas raízes das anteriores, ou seja, a crise econômica, o liberalismo, o nacionalismo, descontentamentos da burguesia e do proletariado, as revoluções de 1848 [6] se destacaram pela entrada em cena do socialismo utópico ou romântico no movimento francês. Mas sua atuação foi breve. Também em 1848, sem maior efetividade, já se anunciava o socialismo científico. A emoção romântica tentou substituir integralmente a razão. Por que não se tentar um equilíbrio?

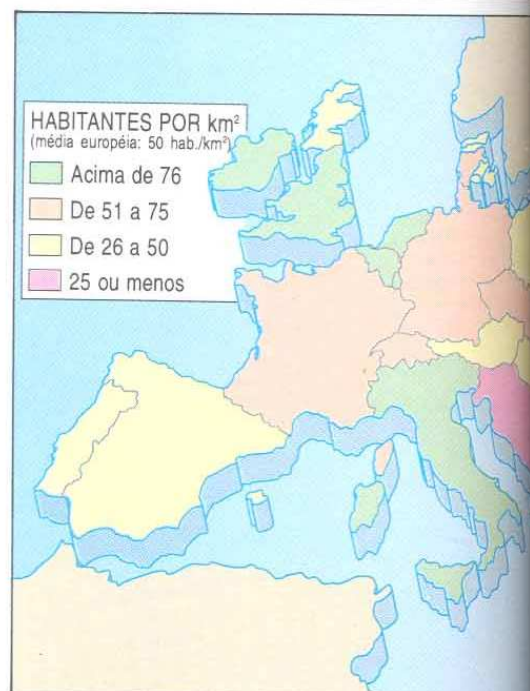
5 Fábricas e proletários



6 As revoluções de 1848



2 Densidade demográfica (século XIX)



As unificações

As décadas que se seguiram às revoluções de 1848 corresponderam a um período de reformas. O liberalismo e o nacionalismo revolucionários foram freados. O advento do socialismo, do sindicalismo, de um proletariado mais reivindicativo efetivaram, na segunda metade do século XIX, um temor burguês às mudanças violentas ou radicais.

Triunfante sobre as forças da reação, o liberalismo burguês temia pela propriedade privada, pelos radicalismos e pela ascensão das massas. Tal desconfiança da burguesia levou à aproximação e, por vezes, às alianças com os setores sociais mais conservadores. Ganharam prestígio, então, os militares, o Estado, as ações diplomáticas. Essa foi uma das principais características dos movimentos de unificação da Itália e da Alemanha.

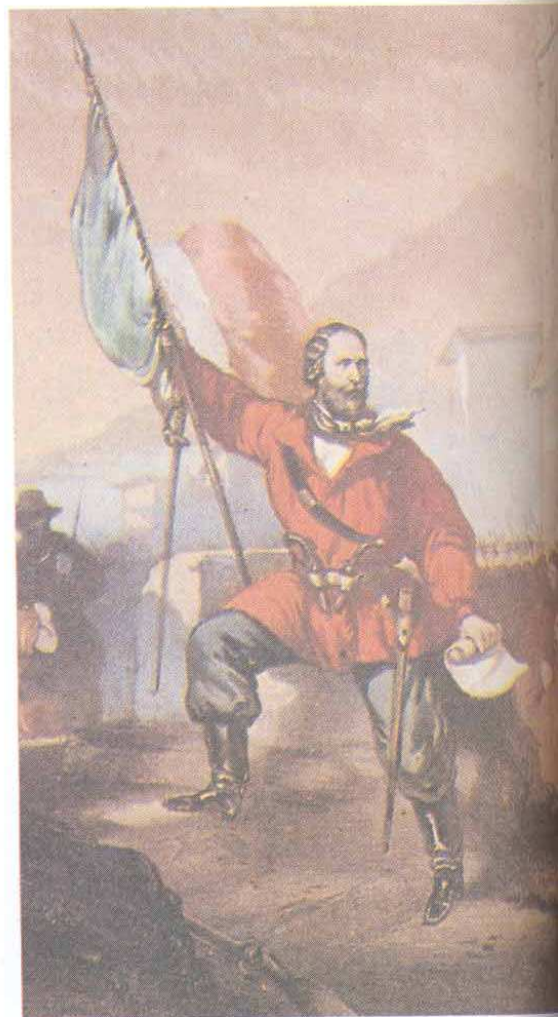
Os ideais nacionalistas formaram a base de ligação entre o liberalismo e o Estado. Este último passou a incentivá-los ou freá-los de acordo com seus interesses. Apesar de suas muitas e difíceis definições, os românticos do século XIX entenderam o nacionalismo como um elemento de irmandade entre os homens, de paixão e fervor, que sobrepassava os interesses individuais. O Realismo da segunda metade do século XIX deu-lhe a necessária praticidade.

Ao lado da busca de uma formação territorial [1], de uma autodeterminação, somava-se a montagem de um mercado para a burguesia nacional [3]. Na verdade, a Política das Nacionalidades, ideário das unificações italiana e alemã define melhor a nova fase do nacionalismo: os Estados mais poderosos se impõem pela força e dividem os mais fracos. A realidade é sem dúvida mais complexa e confusa. Todavia, não deixou de ser a diretriz básica. O triunfo de um nacionalismo implicava, na maior parte das vezes, a ruína de outro.

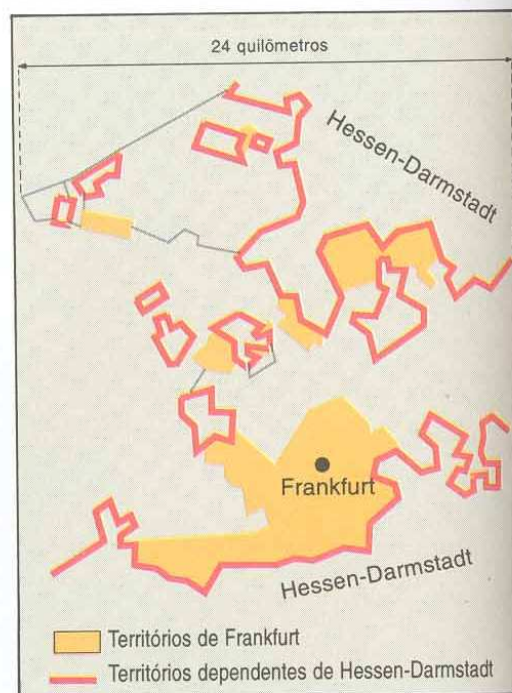
Apoiando militarmente a França e a Inglaterra na Guerra da Crimeia (1853-1856), Cavour [4], ministro da Sardenha-Piemonte conseguiu, no Congresso de Paris (1858), o isolamento internacional da Áustria. Negociando em Plombières (1858), Cavour se assegurou do apoio francês para a unificação italiana. De tendência monárquico-constitucional, Cavour anestesiou os elementos republicanos (Garibaldi) argumentando sobre a necessidade de união para um fim maior: a unificação da Itália [2] [5]. Por seu turno, a Prússia, com base em seu forte exército e na hábil diplomacia do chanceler Bismarck, efetivou a unificação alemã após uma série de três guerras: contra a Dinamarca, a Áustria e a França [3] [6].

Assim, após 1848, perderam forças o liberalismo e o nacionalismo revolucionários. A tendência mais conservadora que então surge não significou, todavia, uma alteração de crenças ou objetivos do liberalismo burguês. Foi uma mudança de métodos. A reforma triunfara sobre a revolução.

5 Unificação italiana: as lutas



1 Divisão política de uma região alemã



1850 1880

453

IDADE MODERNA

1789

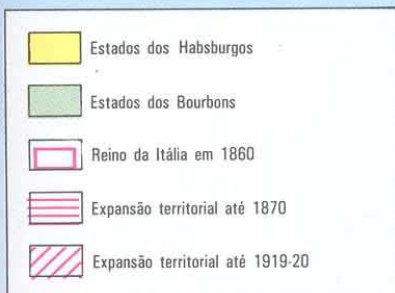
IDADE CONTEMPORÂNEA

3 A unificação econômica da Alemanha (1828-1888)



2 Unificação da Itália

4 Unificação italiana: Cavour



A Revolução Industrial

Por volta de 1760, na Inglaterra, o capitalismo começava a completar a sua formação [1]. É a chamada Revolução Industrial, envolvendo, dentre outras, grandes transformações sociais e tecnológicas. Assistiu-se a uma gradual extensão da utilização de máquinas, à substituição da energia humana e animal pela força motriz, à falência do sistema doméstico de produção diante do surgimento do sistema fabril [1].

O advento do maquinismo, encarecendo os meios de produção (ferramentas, máquinas, instalações, etc.), consolidou a tendência a sua concentração nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Por sua vez, os que se viram desprovidos dos meios de produção foram forçados a vender sua capacidade de trabalho em troca de um salário [3]. É a definitiva separação entre capital e trabalho, entre burguesia e proletariado [4].

Iniciado pela Inglaterra, primeiro país a se tornar industrializado, o processo de revolução industrial não se deu de forma simultânea noutras partes [5]. Países como França, Alemanha e Itália ainda eram agrários em 1815. Outras partes industrializaram-se tardiamente ou apenas sediaram algumas indústrias [6].

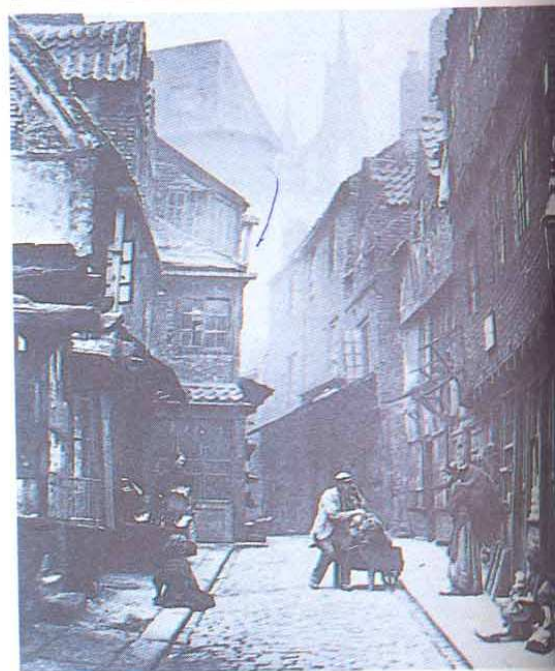
Propagando-se em épocas e ritmos diferentes, a Revolução Industrial também não correspondeu a um processo único. É possível distinguir dois momentos: o primeiro, entre 1760 e 1850-70, em que prevaleceram o ferro e o carvão [7]; o segundo entre 1850-70 e 1914, em que prevaleceram o aço e a eletricidade [2]. O primeiro se caracterizaria mais pelas invenções, enquanto o segundo, pelos avanços técnico-científicos aplicados à indústria. Apesar de corresponderem a processos intimamente ligados, as diferenças entre esses dois momentos levaram alguns autores a mencionarem uma segunda revolução industrial.

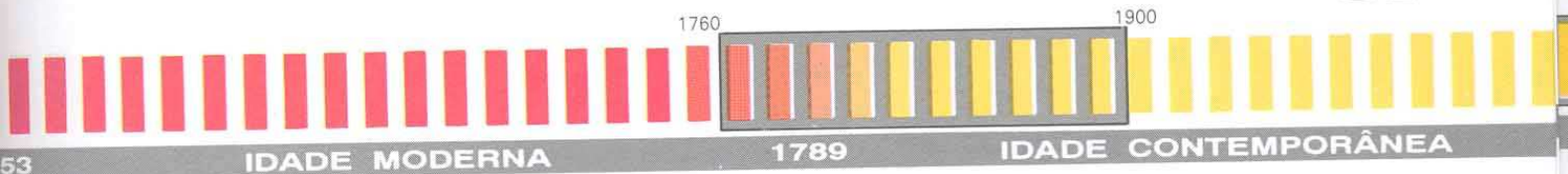
As inovações técnico-científicas da segunda etapa erradicaram os resquícios da antiga ordem socioeconômica. As enormes somas necessárias para a implantação da nova maquinaria [7] viabilizaram a concentração do capital, além de possibilitarem a expansão das indústrias para áreas do mundo ainda subdesenvolvidas. Romperam-se as fronteiras nacionais; a sociedade urbana e industrial foi impulsionada. O capital foi se tornando ainda mais concentrado [6]. Os negócios e as mercadorias começaram a derrotar as distâncias e os oceanos. O mundo foi se tornando cada vez menor; logo, um imperialista inglês, Cecil Rhodes, notando o escasseamento das áreas de expansão, comentaria que "anexaria os planetas, se pudesse".

1 A economia inglesa no século XVIII

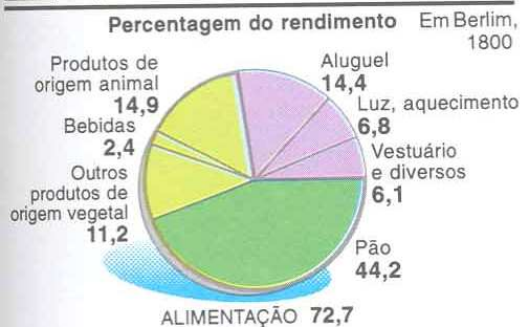


7 Bairro operário (século XIX)





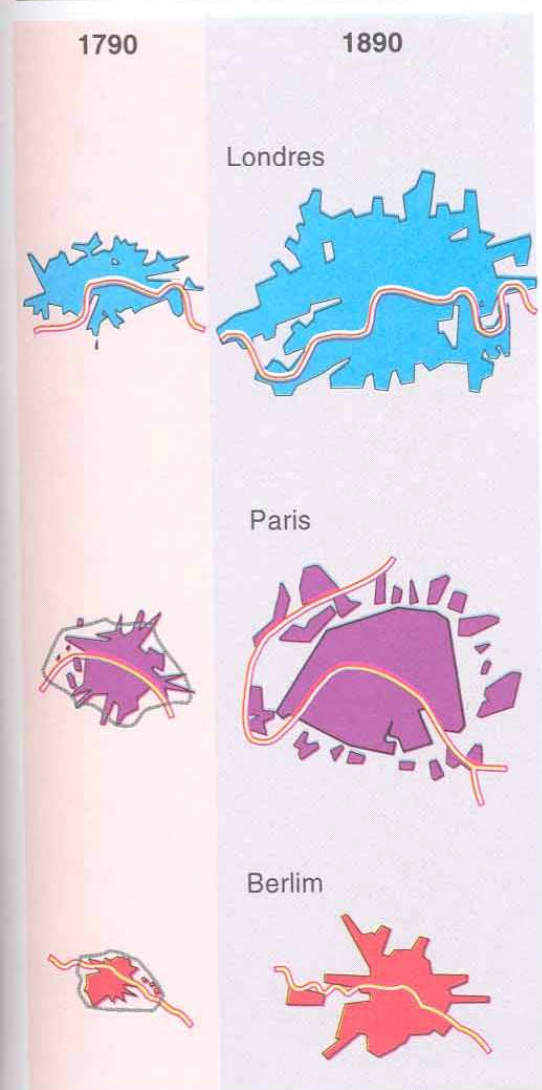
3 Orçamento de uma família de pedreiro



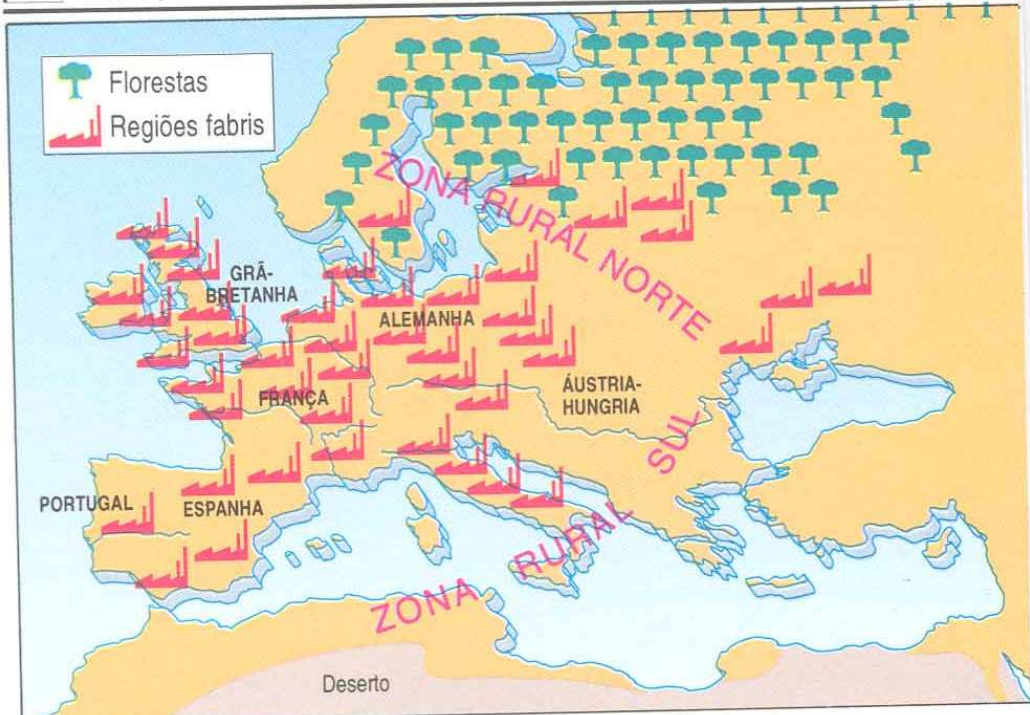
6 Crescimento industrial (1860-1910)

Decênio	Alemanha	Rússia	Estados Unidos	Mundo
1860-1870	2,5%	5,0%	3,2%	3,1%
1870-1880	3,3%	2,7%	4,4%	3,2%
1880-1890	4,8%	4,7%	8,6%	5,2%
1890-1900	5,0%	8,5%	3,3%	3,4%
1900-1910	3,2%	3,2%	5,1%	3,9%

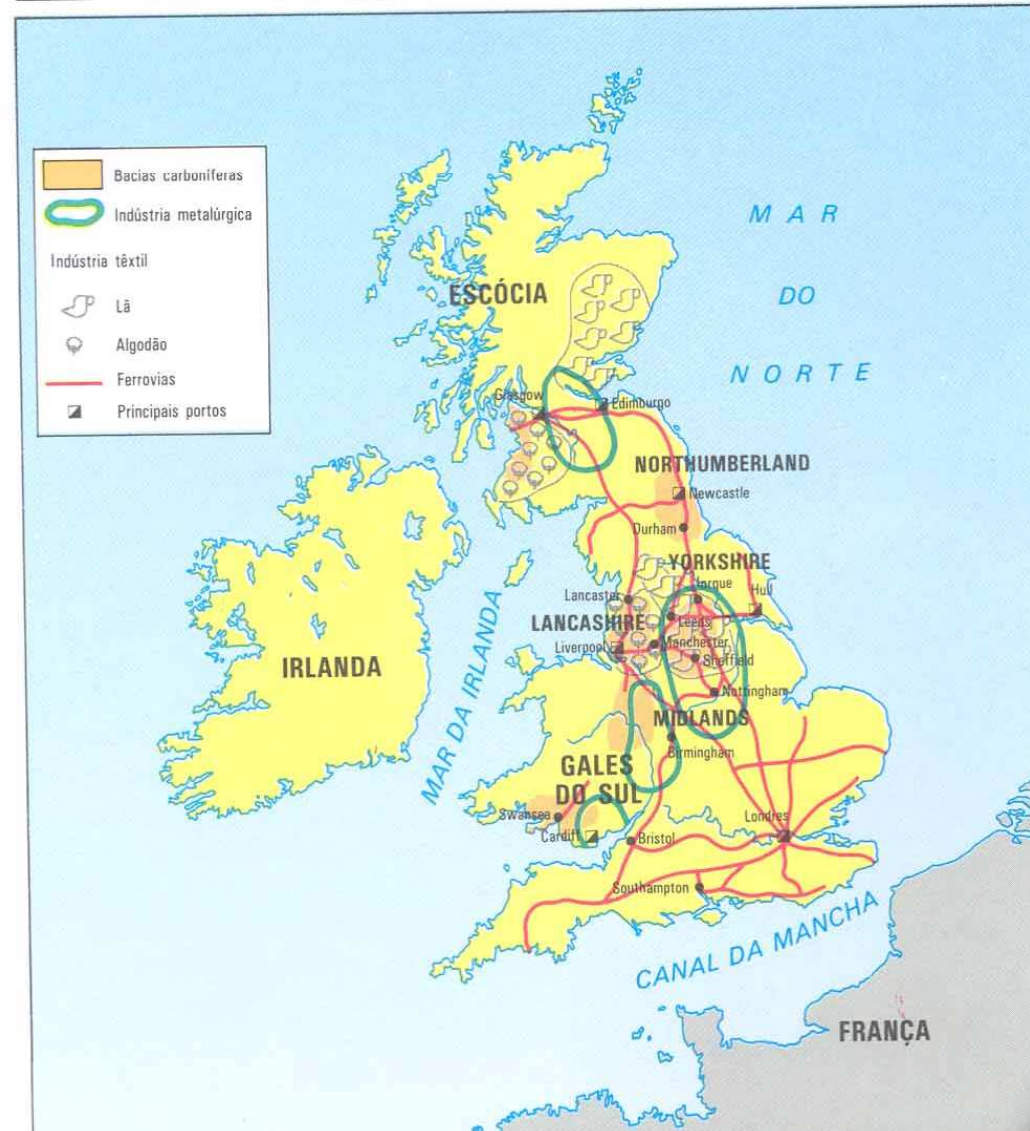
4 Londres, Paris e Berlim: 1790/1890



5 A Europa industrial ao redor de 1880



2 A economia inglesa no século XIX



O imperialismo

No final do século XVIII e durante o século XIX, foram muitos os avanços técnicos e científicos, mas foram poucos os capitalistas que tiveram acesso a esse conjunto de inovações. A maior produtividade reduzia o preço de custo, tornando inviável a sobrevivência de pequenos e médios empresários industriais. A oferta de mercadorias se avolumava e a formação de um mercado mundial gerava uma guerra surda entre as nações tecnologicamente avançadas. Paralelamente à concorrência internacional, crescia a necessidade de matérias-primas, de mercados consumidores. Pressionados pelos grandes conglomerados industriais, os governos retomavam as práticas protecionistas. Mas a insuficiência do mercado interno e as barreiras da concorrência internacional não conferiam eficácia a essas atitudes. Era necessário tentar monopolizar novos mercados [1].

Desde o início do século XIX, a Inglaterra, primeiro país a sentir as pressões da Revolução Industrial, conseguiu vincular a independência política da América Ibérica a seu domínio econômico. Tratava-se de um domínio indireto, mas não menos eficaz. Era o início do chamado imperialismo informal, que, logo outras nações da Europa também poriam em prática [4]. Indireta sobre a América Latina, essa política ganhou contornos colonialistas sobre a Ásia [3] e a África [2], onde se estabeleceu o imperialismo formal.

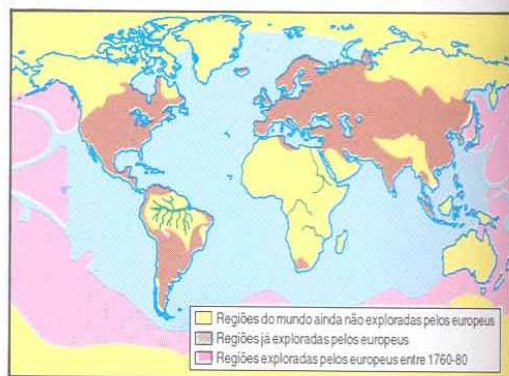
Na prática, a política imperialista e colonialista das potências industrializadas diferiu bastante daquela aplicada durante a Idade Moderna. Nesse primeiro período, buscavam-se metais preciosos e especiarias, agindo-se, principalmente sobre a América, através da política mercantilista. No século XIX, o colonialismo é regido pelo capital industrial e financeiro, visando obter matérias-primas, mercados consumidores, alocar o excedente populacional das metrópoles, encontrar mão-de-obra barata, controlar pontos estratégicos e aplicar as sobras de capitais [4].

Diversas posturas tentaram justificar a ação do imperialismo formal: uma delas se revestia de um caráter evangelizador, outra, fundamentada na concepção de ciência (como sendo aquilo que se pode demonstrar), criou o mito da superioridade da civilização européia. Esta última entendia o colonialismo do século XIX como uma difusão da civilização européia ocidental, que arrancaria da barbárie os demais povos. Para seus seguidores, era uma atitude filantrópica, uma missão civilizadora. Todos os barbarismos, aviltamentos e violências cometidos pelos colonizadores europeus na Ásia [5] e na África, sob o prisma da tarefa civilizatória, eram para os colonialistas “o fardo do homem branco”.

2 A partilha da África



1 O mundo conhecido no século XVIII



5 O imperialismo na Ásia



1780

1900

453

IDADE MODERNA

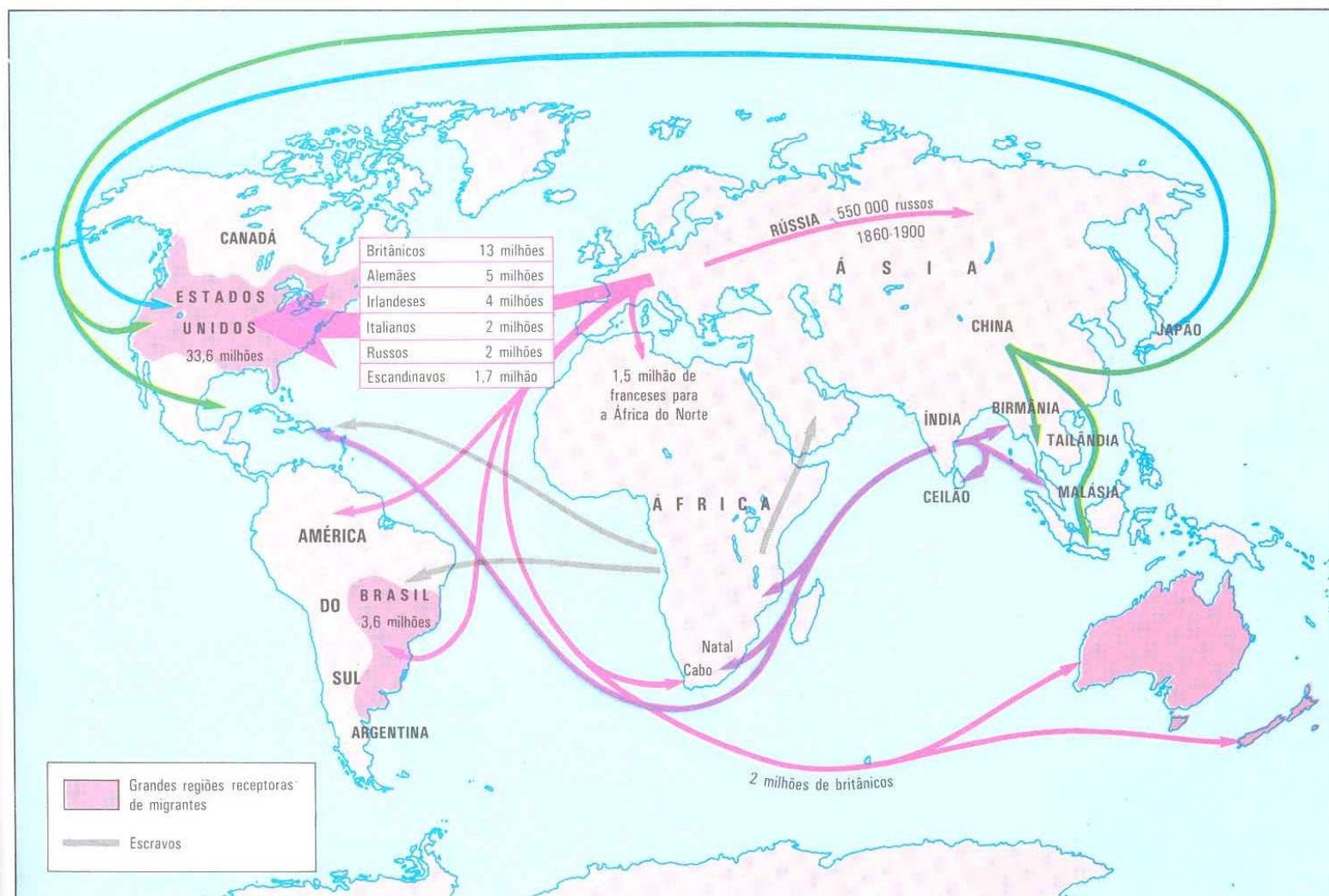
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

3 A partilha da Ásia



4 Grande movimento populacional (1820-1910)



A Primeira Guerra Mundial

No final do século XIX, o centro do mundo ainda se encontrava na Europa [3]. Controlando os mares e o maior império colonial do mundo, a Inglaterra despontava dominante. A França poderia fazer-lhe sombra, mas se embaraçava com questões de política interna e continental. As unificações da Itália (1870) e da Alemanha (1871) não pareciam, à primeira vista, poder abalar o reinado britânico. Tampouco se acreditava em ameaças partindo do multinacional Império Austro-Húngaro ou do anacrônico absolutismo russo. No Mediterrâneo oriental e Oriente Médio, desagregava-se o outrora ameaçador e poderoso Império Turco-Otomano, agora chamado "o enfermo do Levante". Fora da Europa, apenas os Estados Unidos e o Japão apareciam como potências [1].

Mas a Belle Époque caminhava para seu fim. Entre 1873 e 1875, uma crise de superprodução começou a abalar o frágil equilíbrio europeu. A crise expôs problemas: o capital acumulado necessitava de constante expansão, fosse ela técnica ou territorial. As pressões demográficas também marcaram presença, tornando mais forte o contraste entre a riqueza de poucos e a miséria de muitos.

Soma-se a essas questões a busca de mercados empreendida pelas recém-formadas Itália e Alemanha. Tardamente unificados, pouco restou da Ásia e da África para esses países [3]. Inaugurada por Bismarck com o intuito de isolar a França, a Política de Alianças, no início do século XX, passou a congrega os interesses nacionalistas e imperialistas. A Alemanha, a Itália e o Império Austro-Húngaro compuseram a Tríplice Aliança. Em contrapartida, a Tríplice Entente congregou a Inglaterra, a França e a Rússia [4].

Sem elos que pudessem aproximar essas alianças, a desenfreada competição entre os países criou um clima de suspeita e insegurança entre as nações. Nasceu a crença de que a paz e os interesses nacionais só seriam respeitados à medida que se pudesse fazê-los valer pela força. Uma corrida armamentista acentuou, então, o processo de crises: era a Paz Armada, a vizinhança da guerra [2].

Por algum tempo a diplomacia conseguiu adiá-la. Mas tinha sido a diplomacia mesmo quem criara o sistema de alianças, inviabilizando as neutralidades. O nacionalismo sustentava os interesses imperialistas, e o incêndio se iniciou a partir do nacionalismo sérvio e da questão balcânica. Dos Balcãs a guerra logo se propaga para toda a Europa e para suas colônias. A expectativa era a de um incêndio rápido e controlável. No entanto, a festa que acompanhava as partidas das tropas em 1914 foi rapidamente substituída pelos horrores da guerra moderna [4]. O rasgar das trincheiras marcou profundamente o solo e a alma dos europeus. Perplexidade, ceticismo, desilusão e morte encerram a Belle Époque.

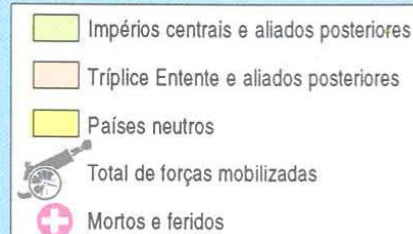
1 Crescimento econômico (1800-1913)



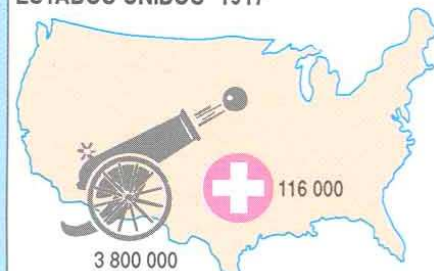
	Estados Unidos	Reino Unido	Alemanha	Rússia	Japão
População (em milhões)					
1800	11	5	27	25	41
1870	29	40	39	36	81
1913	43	98	42	61	154
Índice de produção per capita (EUA 1913 = 100)					
1870	58	41	37	37	20
1913	91	100	67	74	30
Índice PNB (EUA 1913 = 100)					
1870	17	17	15	14	16
1913	40	100	29	46	47
Taxas anuais de crescimento (1870-1913)					
População	0,9	2,1	0,2	1,1	1,4
Produção (per capita)	1,1	2,1	1,4	1,6	0,9
PNB	1,9	4,3	1,6	2,8	2,5

Fonte: ADAMS, Willi Paul. *Los Estados Unidos de América. México, Siglo Veintiuno, 1985, p. 137.*

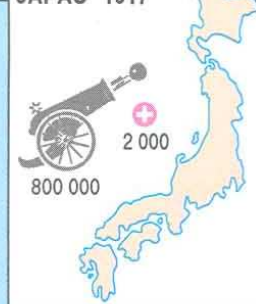
4 A mobilização europeia (1914-1918)



ESTADOS UNIDOS 1917



JAPÃO 1917

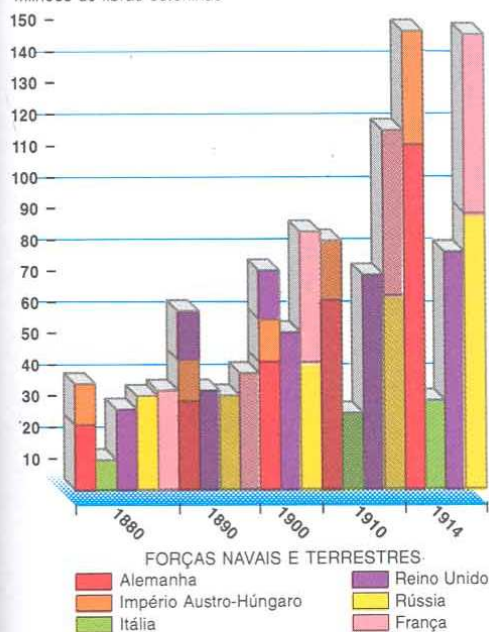
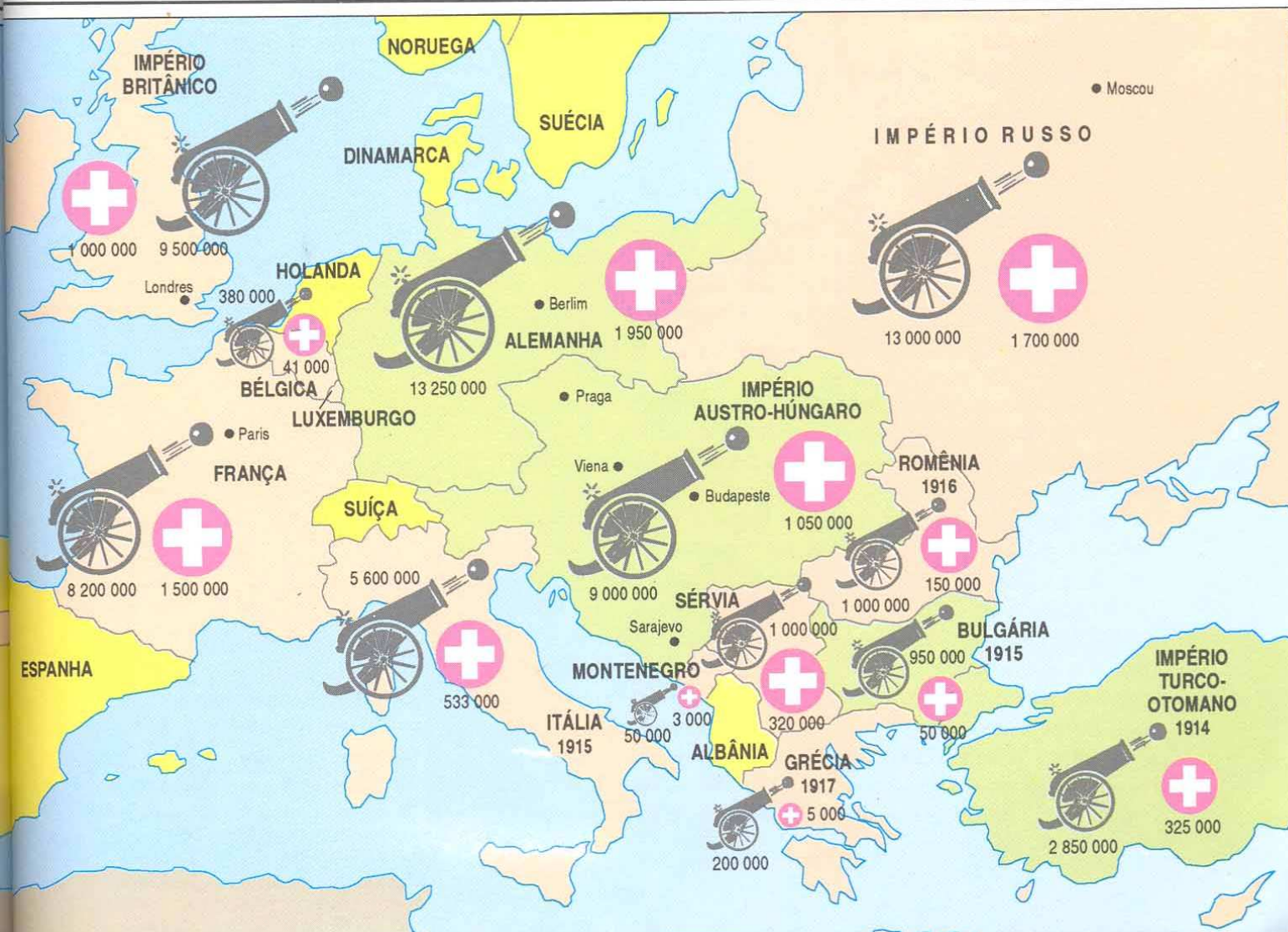
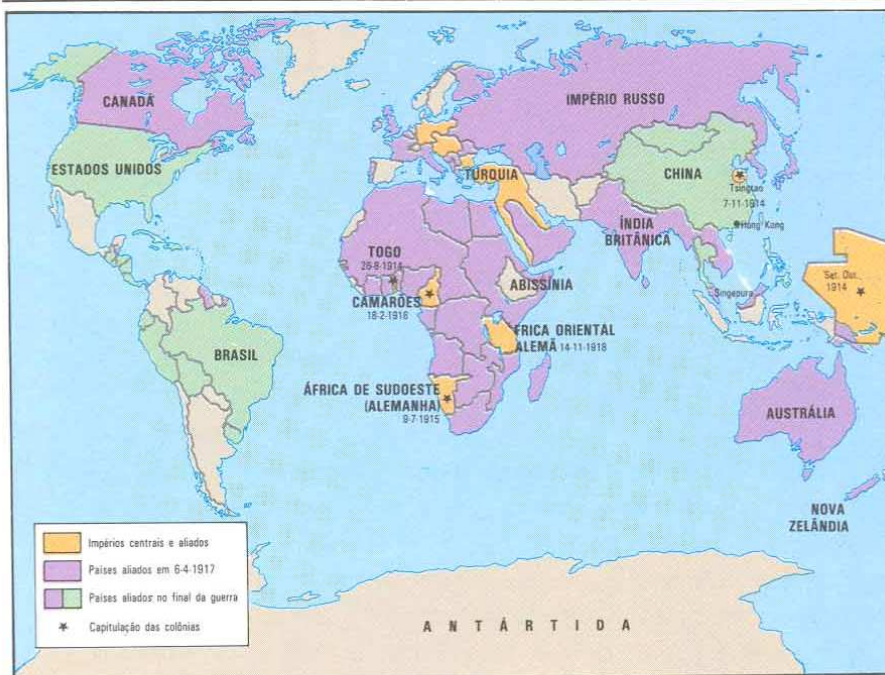


PORTUGAL 1916



2 Corrida armamentista (Paz Armada)

milhões de libras esterlinas

**3** Divisão mundial na Primeira Guerra

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina

Durante o século XIX, o proverbial isolacionismo norte-americano era apenas uma figura de retórica [1]. Contatando a China, abrindo os portos japoneses e anexando as ilhas havaianas, os Estados Unidos contrapunham a prática à retórica. Seu extraordinário crescimento industrial impeliu-o para a corrida colonialista. Nesse momento, o que todos tinham suposto ser apenas oratória, mostrou-se de extrema serventia prática: a Doutrina Monroe.

Resumida na célebre frase “a América para os americanos”, a Doutrina Monroe deu o tom para consolidar o “Destino Manifesto” dos Estados Unidos. Idealizada para evitar ingerências européias em assuntos americanos, serviu de pretexto para os Estados Unidos efetuarem intervenções no continente [4]. No final do século XIX, ela justificava a tentativa de contrabalançar a influência de outros países sobre a América Latina. Logo se criaram os protetorados de Cuba e Porto Rico, herança da Guerra Hispano-americana (1898) [1]. Uma ação mais efetiva dos Estados Unidos foi inaugurada com Big Stick (grande porrete), no início do século XX [4]. Acionado pelo então presidente Theodore Roosevelt (Corolário Roosevelt), o Big Stick se caracterizava por sucessivas intervenções sempre que houvesse problemas e desordens nas nações latino-americanas. Dessa política, um clássico exemplo é a questão do canal do Panamá [4].

A recomposição mundial após a Primeira Guerra tornou inadequado o intervencionismo do Big Stick. A diplomacia e o controle indireto pareciam melhores para a segurança dos Estados Unidos. Daí o Corolário Roosevelt ser substituído pela Política da Boa Vizinhança [2]. A influência européia recuou e abriu maiores espaços para os norte-americanos, panorama que se consolidou também durante a Segunda Guerra Mundial. O início da Guerra Fria, todavia, recuperou os mecanismos intervencionistas. O temor da expansão socialista, especialmente após a revolução cubana [5], justificou o recrudescimento do “Estado policialesco”, papel que os Estados Unidos desempenharam sob o pretexto da defesa do “mundo livre”.

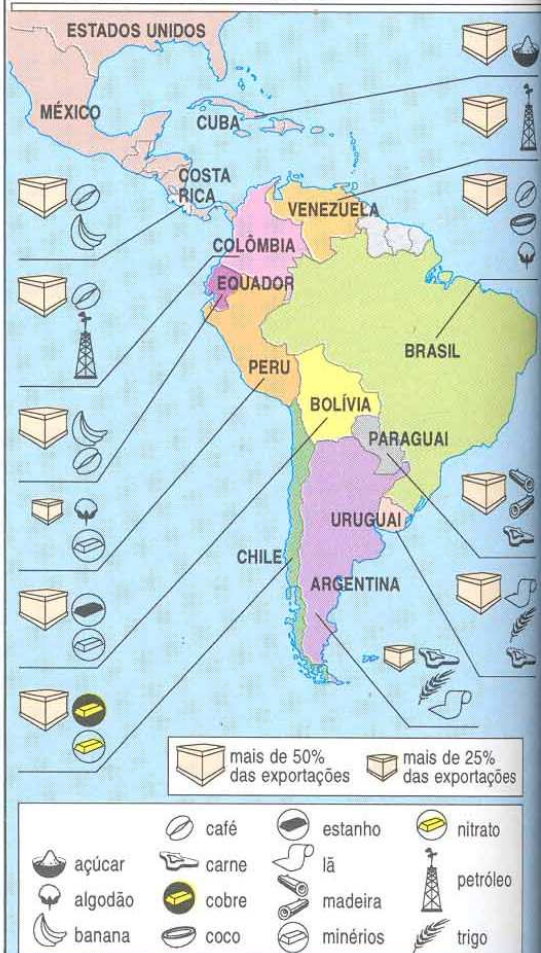
Considerações estratégicas e econômicas mantiveram, às vezes à custa de golpes de Estado, a hegemonia norte-americana [2] [5]. O desenvolvimento da Coexistência Pacífica e a abertura da União Soviética, contudo, criam novas expectativas. À queda dos ditadores sobrepõe-se um caminho ainda obscuro aos países latino-americanos [3]. As questões da liberdade e do subdesenvolvimento [3] se somam aos vícios e ao nepotismo dos governos. É o início de uma luta surda para escapar à herança de colonizadores tão pouco “cortesões”.

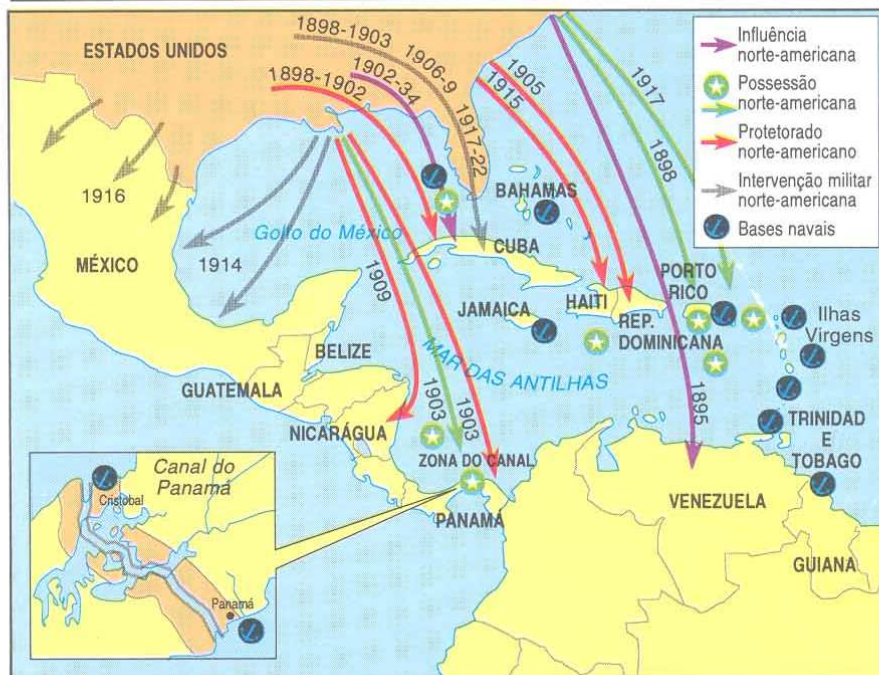
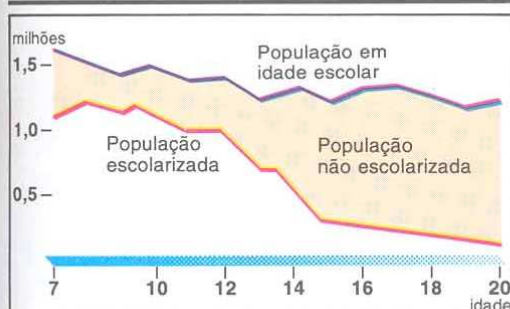
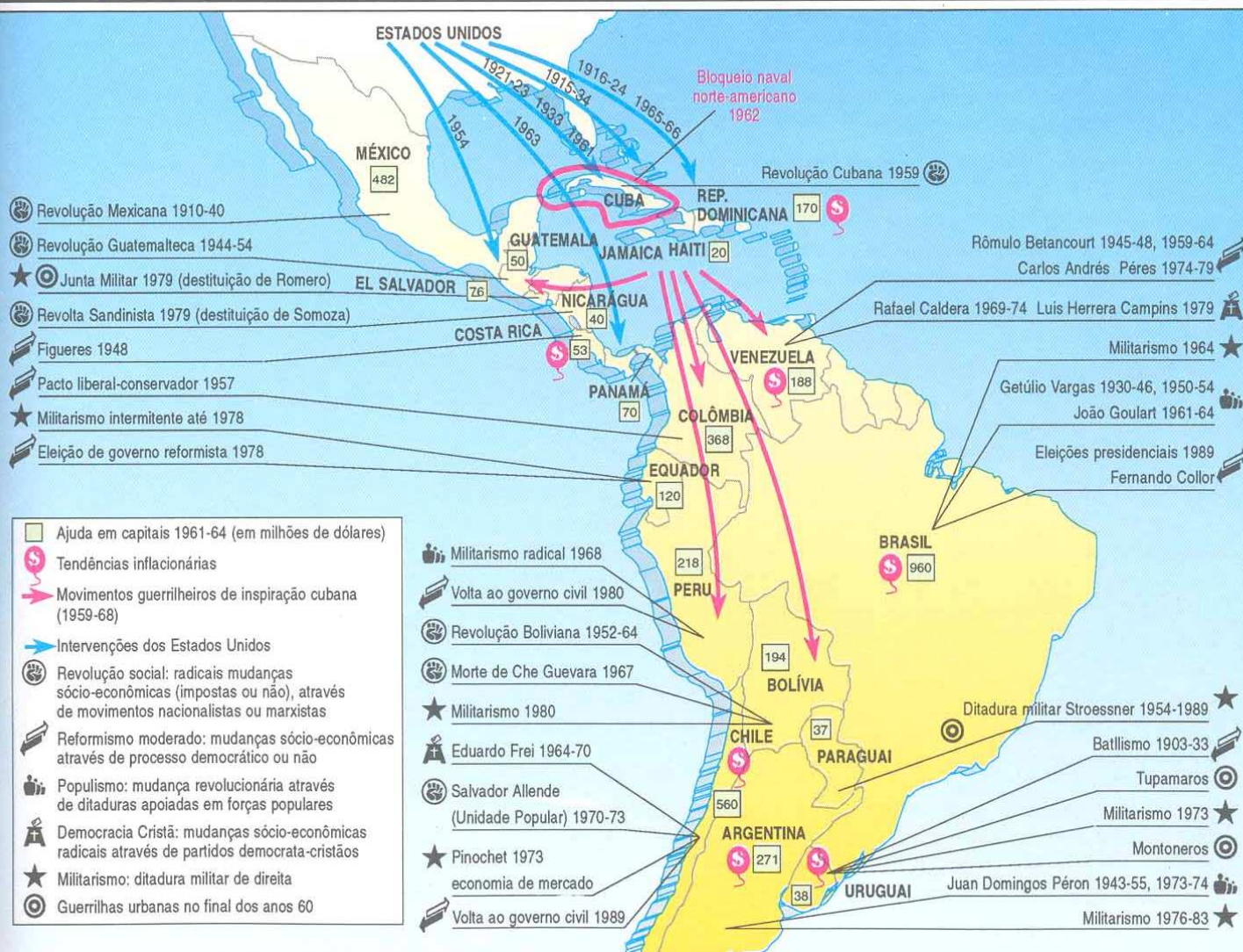
2 Desenvolvimento na América Latina

Investimentos norte-americanos na América Latina



Principais exportações latino-americanas em 1958



1 Guerra hispano-americana—Cuba**4 O Big Stick****3 Escolarização na América Latina (1960)****5 A América Latina entre 1930 e 1980**

O período entre-guerras: política

Quando o silêncio se impôs nas trincheiras, poucos vislumbraram entre os escombros e a fumaça o fim da imortalidade européia. Muitos, ao contrário, acreditavam-se capazes de elaborar os caminhos de sua reconstrução, assentados em verdades cuja relatividade pouco se considerou. O resultado foi a elaboração de uma paz viciada, humilhante para os derrotados e até mesmo para alguns vencedores como a Itália [3], por exemplo. A Inglaterra permaneceu agarrada à idéia do equilíbrio europeu; a França, interessada em anular qualquer possibilidade de agressão por parte da Alemanha. Pouco versado nos individualismos europeus, Wilson, o presidente norte-americano, idealizou 14 pontos para reger a paz e a política internacional. Alheia a essas questões, a Rússia buscava a construção da sociedade socialista [3].

O revanchismo deu o tom do Tratado de Versalhes. A Alemanha, considerada culpada, recebeu a conta da guerra: perdia suas colônias, cedia territórios na Europa, perdia seu agressivo potencial militar. Outros tratados desmembraram os impérios Austro-Húngaro e Turco-Otomano. A criação da Liga das Nações (1920) apostava numa solução diplomática e conjunta para enfrentar os problemas futuros [2]. Ela concretizava um dos 14 pontos do presidente Wilson. Mas o próprio congresso norte-americano vetou a participação dos Estados Unidos na Liga [2]. A União Soviética e a Alemanha foram tardiamente convidadas. Os novos países e as novas fronteiras criadas eram na maioria inadequados étnica e estrategicamente. Tal era a paz que deveria durar todo o século XX...

No fundo, os complexos problemas que geraram a Primeira Guerra Mundial receberam apenas uma reforma externa. A grande mudança estrutural ficava por conta da tentativa de construção do socialismo na União Soviética. No mais, prosseguia a selvageria da concorrência internacional. Ainda uma vez, os ideários dos nacionalismos se sobrepuseram, fortalecidos pelos efeitos da guerra [1]. Eles eram visíveis nos princípios de autodeterminação nacional aplicados nos acordos [3]. Tal fervor fortalecia o Estado, visto como responsável pelo bem-estar social e nacional. Mesmo o capitalismo deixou sua tendência à internacionalização para voltar a se dobrar sobre o nacionalismo, com alto grau de controle e direção por parte dos governos [1] [3].

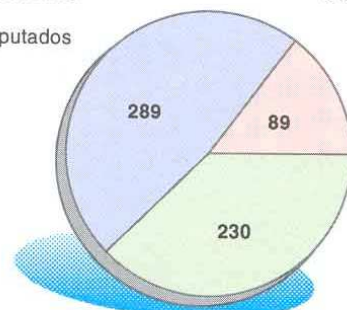
O papel e a tinta dos acordos se mostraram ineficazes quando desacompanhados de atitudes coerentes. Ou enquanto se desejasse apenas fazer um ditado para que outros o copiassem... Os individualismos acabaram transformando a Liga das Nações numa sociedade de debates entre cegos, surdos e mudos, prevalecendo as soluções individuais. Ao lado da ascensão dos fascismos, a União Soviética e os Estados Unidos emergiam, apresentando já os sintomas de uma nova época. O "adeus às armas" foi apenas uma ilusão: havia inúmeras novidades no *front* [4]...

1 Eleições na Alemanha (1919-33)

6º REICHSTAG

31/7/1932

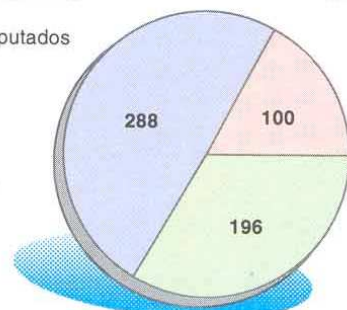
608 deputados



7º REICHSTAG

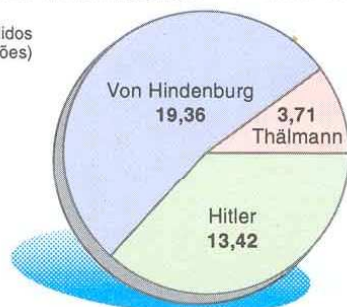
6/11/1932

584 deputados



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

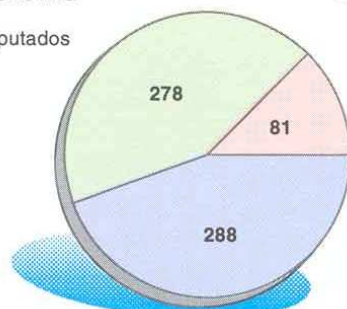
2º turno: 10/4/1932

votos válidos
(em milhões)

8º REICHSTAG

5/3/1933

647 deputados



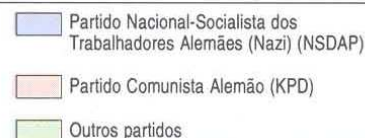
Membros do Partido Nazista no governo de coalizão da "União Nacional" de 30/1/1933:

Chanceler: Hitler

Ministro do Interior: Frick

Ministro sem pasta: Göring

Ministro da Informação e Propaganda: Goebbels



1453

IDADE MODERNA

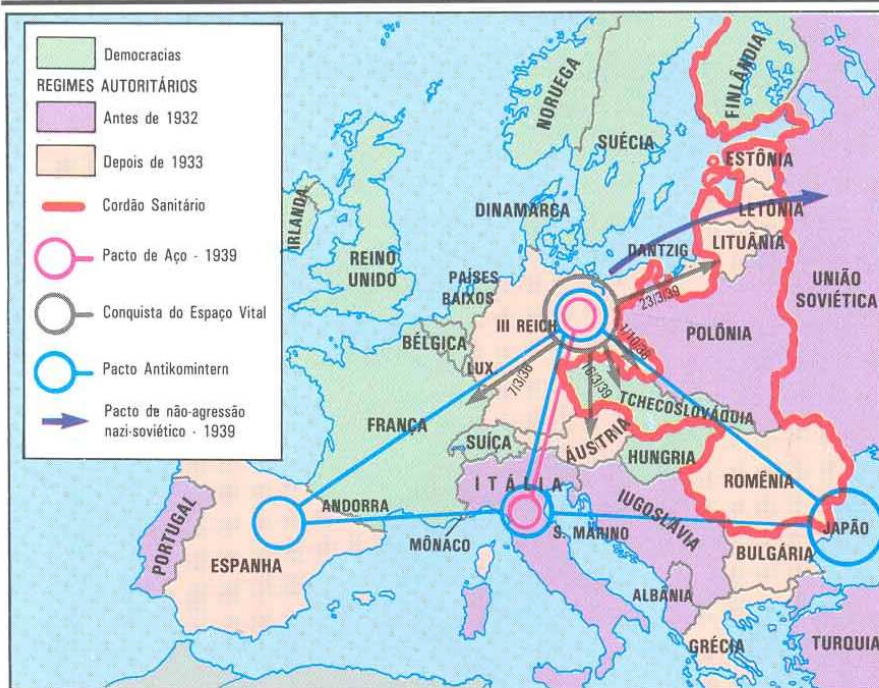
1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

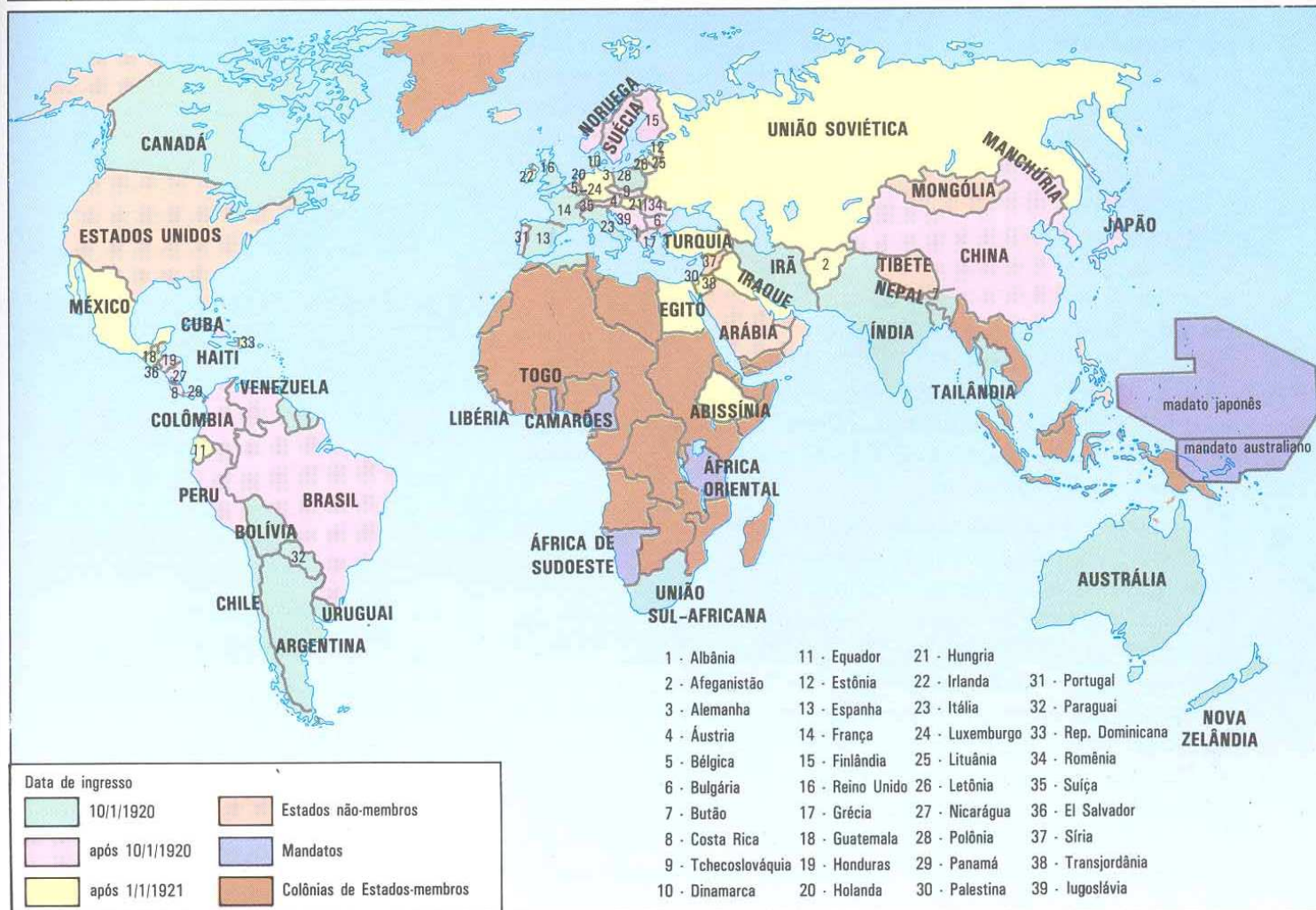
4 A Europa em pé de guerra



3 O triunfo dos totalitarismos



2 O mundo da Liga das Nações



O período entre-guerras: economia e sociedade

Com inspiração nacionalista, o capitalismo procurou se recompor na década de 1920. A experiência socialista na União Soviética foi isolada pela economia mundial. Os mercados se recompuseram e a passagem da economia de guerra para a de paz, com as necessidades imediatistas da reconstrução, montou uma breve e aparente prosperidade. Renovou-se o sistema de crédito internacional. Os Estados Unidos, grandes vencedores econômicos da guerra, cederam fartos empréstimos, inclusive para a Alemanha derrotada. Mas os norte-americanos ainda produziam em ritmo de guerra. A produção logo superou a demanda, desestimulando novos investimentos no setor produtivo e incentivando a especulação. Enormes altas artificiais alimentaram sonhos que, na “quinta-feira negra” (24/10/1929), se transformaram num terrível pesadelo [2]. A quebra da bolsa de Nova Iorque encerrou a euforia dos empréstimos e cobrou os débitos: a depressão americana se tornou internacional [1] [3].

À margem do processo, os planos quinquenais soviéticos modelavam a primeira economia planificada do mundo [7]. O capitalismo absorveu e transformou essa idéia na década de 1930: o New Deal norte-americano reintroduziu o Estado na economia. Nascia o capitalismo planificado ou neocapitalismo. Com investimentos em obras públicas, ampliação da burocracia, subsídios à agricultura, etc., o governo norte-americano absorveu o desemprego e reorganizou a economia [2].

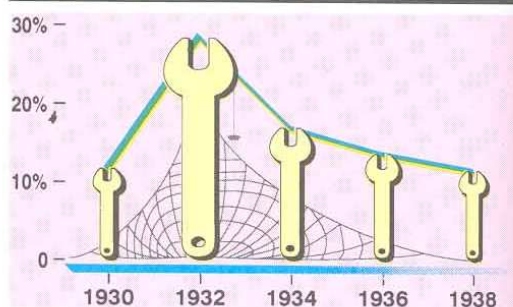
Anteriores à Primeira Guerra Mundial, as preocupações do Estado com a segurança e o bem-estar social se ampliaram com a grande depressão [4]. O elitismo censitário dos votos já havia sido substituído pelo sufrágio universal masculino. O importante papel desempenhado pela mão-de-obra feminina durante a guerra tornava inapelável a concessão do direito de voto também para as mulheres. Assim, a manutenção dos governos repousava agora na eficácia de sua ação social, no apoio da maioria da população.

A dureza e a internacionalidade da crise acentuaram o papel do Estado, no sentido de reduzir seus efeitos sociais [5] [6]. O crescimento das reivindicações trabalhistas, das greves, a expansão do ideário socialista, a pauperização da classe média ameaçavam trilhar o caminho das radicalizações [5]. O desalento e a desilusão colocaram em xeque os valores da democracia liberal. Em países que dispunham de recursos, o Estado conseguiu empreender uma ação amenizadora, contornando a crise. Noutros, em que havia uma menor tradição democrática, a exemplo do que acontecera com a Itália na década de 1920, o temor à ascensão do socialismo conduziu ao poder a solução fascista. Logo o mundo saberia “por quem os sinos dobram”...

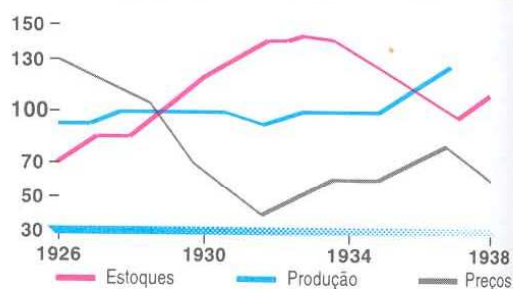
2 Crack, New Deal e desemprego



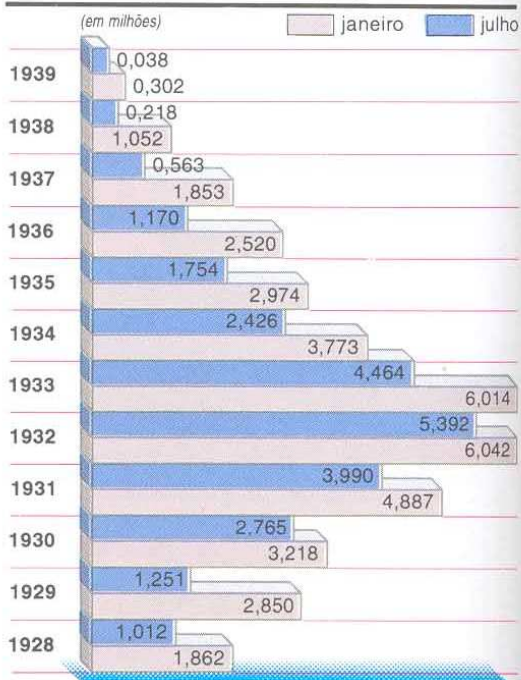
4 Desemprego mundial na década de 30



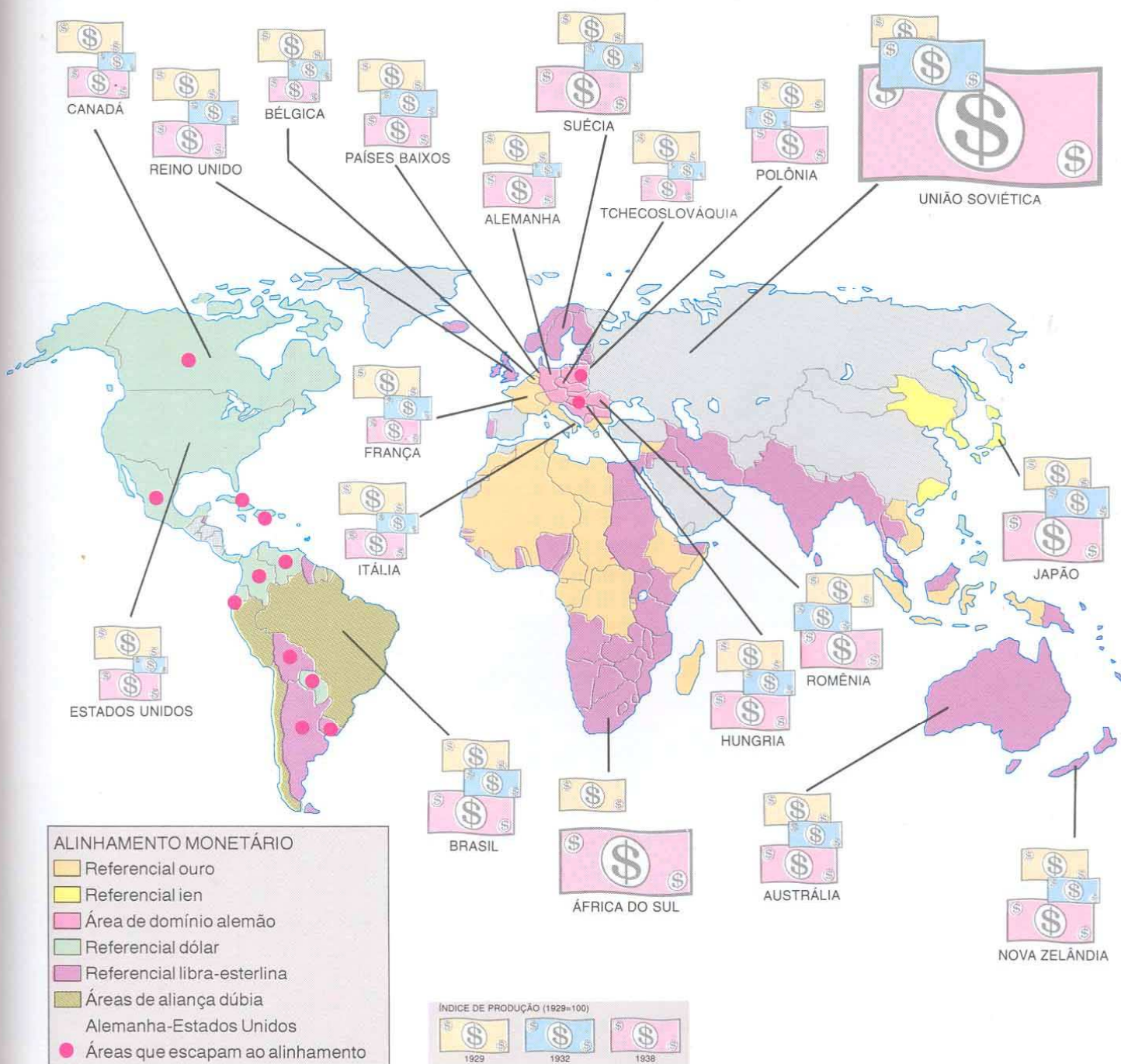
3 A produção mundial de mercadorias



5 Evolução do desemprego - Alemanha



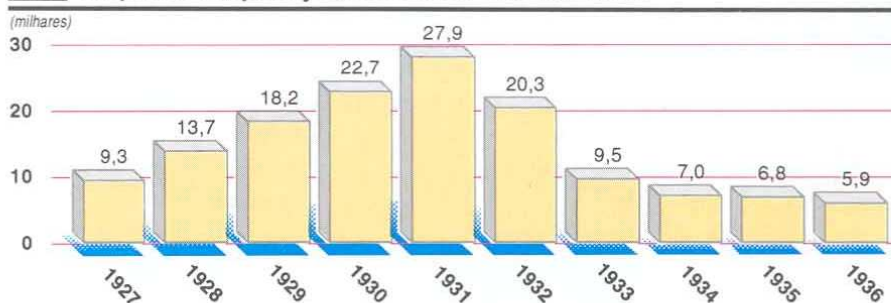
1 A economia mundial



7 Os planos quinquenais soviéticos

	1º plano (1928-32)	2º plano (1933-37)	3º plano (1938-41)
	(em porcentagem)		
Indústrias pesadas	35,8	34,5	34,4
Indústrias leves	6,8	7,3	6,5
Agricultura	13,9	8,1	5,3
Transportes	18,6	21,5	20,4
Habitação	11,8	10,2	12,7
Diversos	13,1	18,4	20,7

6 Falências e liquidações mercantis na Alemanha



A Segunda Guerra Mundial

O mundo assistiu surpreso ao início do novo conflito. Poucos acreditavam que o expansionismo fascista fosse tão longe [2]. Não que faltassem indícios, mas pelo caráter nitidamente anticomunista desses regimes, o capitalismo os entendera como baluartes contra a União Soviética e a depressão.

A ineficácia da Liga das Nações, a política de apaziguamento franco-britânica e o isolacionismo dos Estados Unidos deram aos fascismos uma inesperada liberdade de ação. O ensaio maior que antecedeu o conflito se fizera com a participação italo-germânica na Guerra Civil Espanhola (1936-39) [1]. Ali se testaram os novos armamentos, cuja violência ficou imortalizada no magnífico painel de Picasso: *Guernica*.

Apenas quando Hitler anunciou suas pretensões sobre a Polônia é que os ocidentais se deram conta do perigo que os fascismos representavam. Mas já era tarde. À ameaça de guerra anunciada pela França e Inglaterra, a Alemanha respondeu com o pacto de não agressão nazi-soviético. Hitler adiava seu confronto com a União Soviética, enquanto tentava dobrar as potências ocidentais.

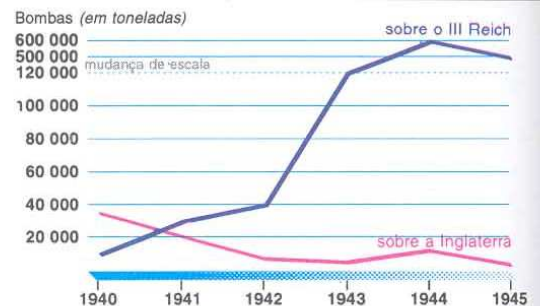
A velocidade e dinâmica do conflito surpreendeu os regimes antifascistas. Os rápidos deslocamentos dos blindados, o apoio aéreo e fulminantes ações da infantaria substituíram as trincheiras. A linha Maginot, orgulho do exército francês, foi simplesmente contornada. A guerra de movimento, excetuado o *front* soviético, provocou proporcionalmente um número menor de baixas que o da Primeira Guerra [3]. A superioridade aérea se mostrou imprescindível [6]. No mar, a guerra submarina se consolidou. Particularmente no Pacífico, os grandes navios de combate começaram a ceder seu espaço para os porta-aviões [5].

Em 1941, com uma posição quase sólida no Ocidente, a Alemanha deu início à operação Barba Ruiva: a invasão da União Soviética [3]. No mesmo ano, em dezembro, o ataque japonês a Pearl Harbor tirava os Estados Unidos de seu isolacionismo [4].

A guerra ganhava estranhos contornos ideológicos: o capitalismo unia-se ativamente ao socialismo no combate aos fascismos. Mas a aliança era temporária. O ano de 1943 marcou o início do recuo dos regimes fascistas em todas as frentes da guerra. A partir daí, a vitória aliada era apenas uma questão de tempo. À medida que as tropas, passando por Roma, avançavam em direção a Berlim e, no Pacífico, já se avistava Tóquio, as questões da política internacional do pós-guerra já ocupavam um lugar mais importante que as batalhas.

A violência da guerra [7], coroada pelas explosões atômicas de Hiroxima e Nagasáqui [4], tornou o nacionalismo ideologicamente insuficiente para mobilizar os povos. Algo de mais concreto era exigido. O capitalismo, através do Estado do bem-estar, teve de redimensionar e melhorar sua política social. Um mundo diferente iria emergir da guerra, mas ainda não seria a "primavera dos povos".

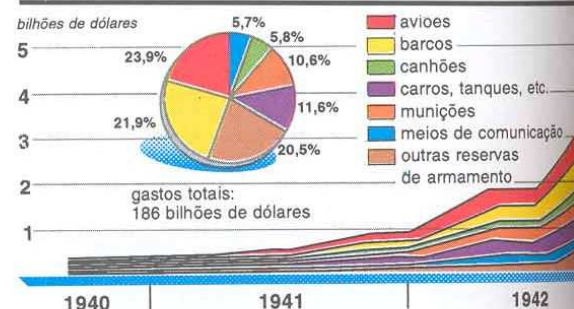
7 Bombardeios (1940-1945)



2 Avanços italo-germânicos (1935-1939)



5 A indústria bélica norte-americana



1453

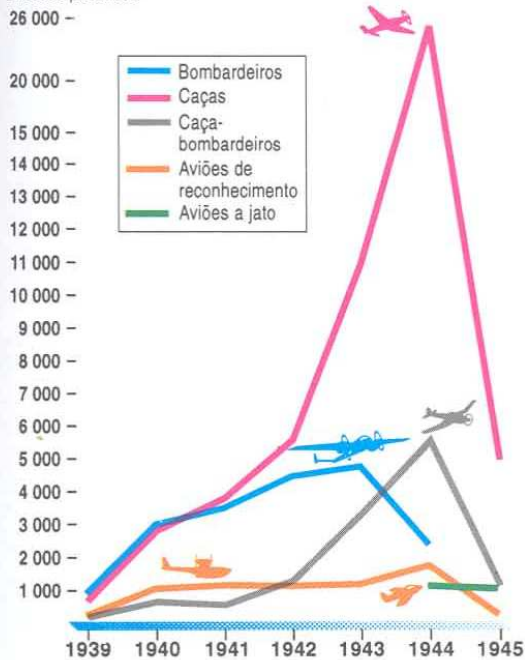
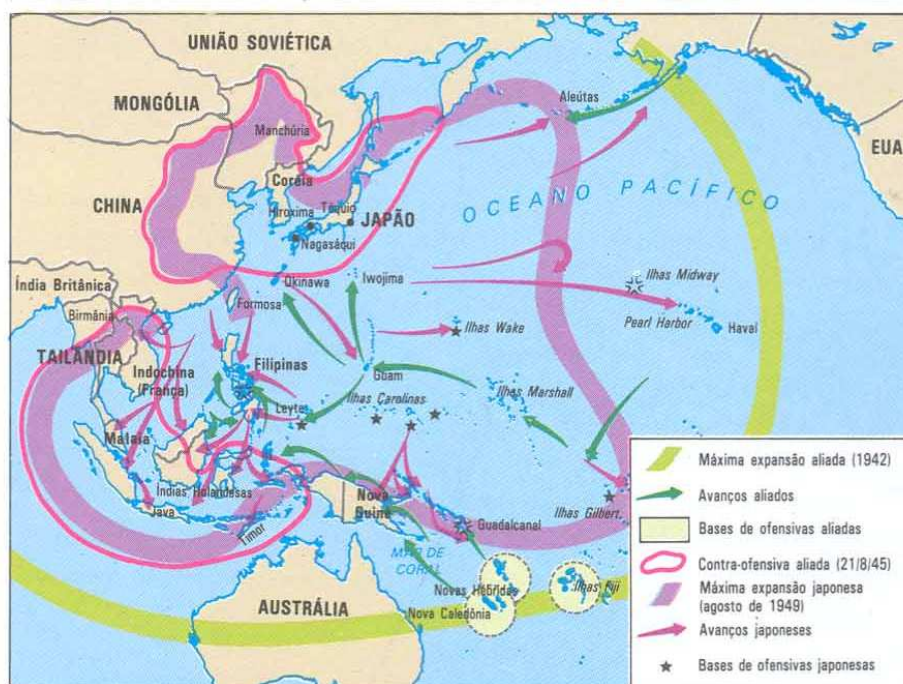
IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

1 A Guerra Civil Espanhola (1936-1939)**3 A evolução do conflito na Europa****6 A produção de aviões na Alemanha**

unidades produzidas

**4 A evolução do conflito no Pacífico**

A Guerra Fria

Com a rendição do Japão em agosto de 1945, encerravam-se as operações militares da Segunda Guerra Mundial. Porém, uma dúvida pairava no ar: a guerra havia mesmo acabado? Estranhamente, as tropas não se desmobilizavam e as indústrias bélicas não reduziam suas atividades. Internacionalmente, apesar da criação da ONU (1945), assentava-se um clima de insegurança e instabilidade. O capitalismo e o socialismo, aliados da véspera contra os fascismos, retomavam seu confronto [1]. Voluntariamente ou não, o mundo se bipolarizava ao redor dos Estados Unidos e da União Soviética [2]. Conflito ideológico, militar, político, a Guerra Fria se instalava.

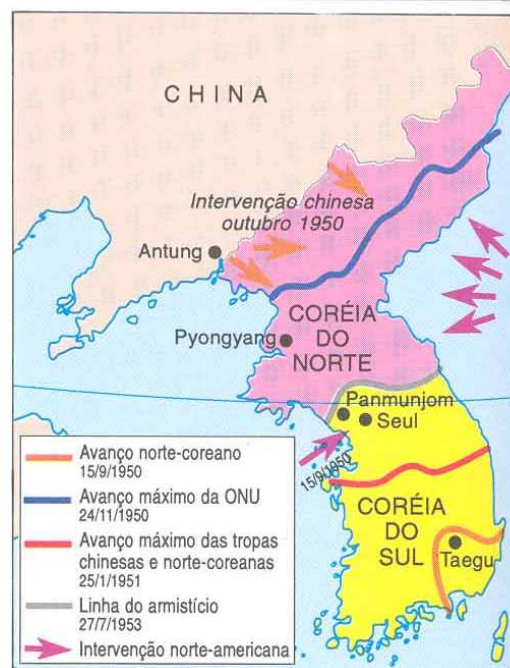
Detendo até 1949 o monopólio nuclear, os Estados Unidos tomam a dianteira. A Doutrina Truman assegurava o auxílio norte-americano aos países que sofressem ameaças socialistas; o Plano Marshall reconstruía a Europa ocidental. O terror mundial aumentava diante das réplicas soviéticas: desce a Cortina de Ferro a partir da Tcheco-Eslováquia; o Cominform queria coordenar o socialismo internacional; o Comecon propunha a integração econômica do bloco vinculado a Moscou.

O bloqueio de Berlim [1], a vitória de Mao Tsé-tung na China e a ascensão soviética à condição de potência nuclear, em 1949, aumentavam a tensão. Os Estados Unidos organizam, então, a OTAN; e a União Soviética responde com o Pacto de Varsóvia (1955) [2]. Tratava-se de uma batalha entre surdos e mudos: não havia declaração formal de hostilidades, que se efetivavam na prática.

Por sorte, o confronto não foi cego: a ameaça de uma embate nuclear levou Estados Unidos e União Soviética a se enfrentarem através de terceiros. Palmo a palmo, foram disputados os pontos estratégicos. A Guerra da Coréia [4] trouxe a imagem do apocalipse, mas o incêndio foi controlado a tempo. Seu maior saldo foi detectar a existência de um perigoso equilíbrio entre os blocos.

A instalação do “telefone vermelho” ligando Washington a Moscou rompeu o silêncio dos mudos, mas o som era ainda pouco audível. Moscou abateu um avião U-2 norte-americano sobre seu território; o Oriente Médio [6] e o Vietnã [5] assistiram à crescente escalada norte-americana. Na América Central, São Domingos não teve a mesma sorte que Cuba [7] contra os norte-americanos. Por seu turno, a Hungria e a Tcheco-Eslováquia sentiram o peso dos tanques soviéticos. Na África e na Ásia começava o refluxo das metrópoles [3]. Símbolo da divisão do mundo, o muro da vergonha em Berlim [1] ainda não podia ser pichado em um de seus lados. Adia-se o apocalipse; “os vivos ainda enterrariam seus mortos”.

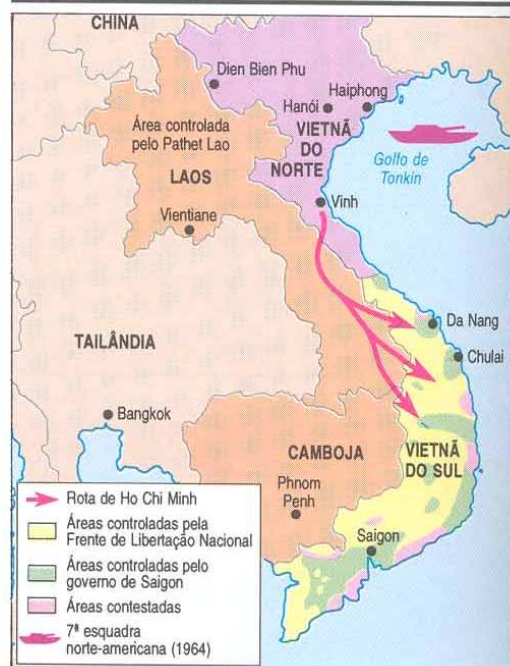
4 A Guerra da Coréia (1950-1953)



1 As duas Alemanhas



5 A Guerra do Vietnã (1957-1973)

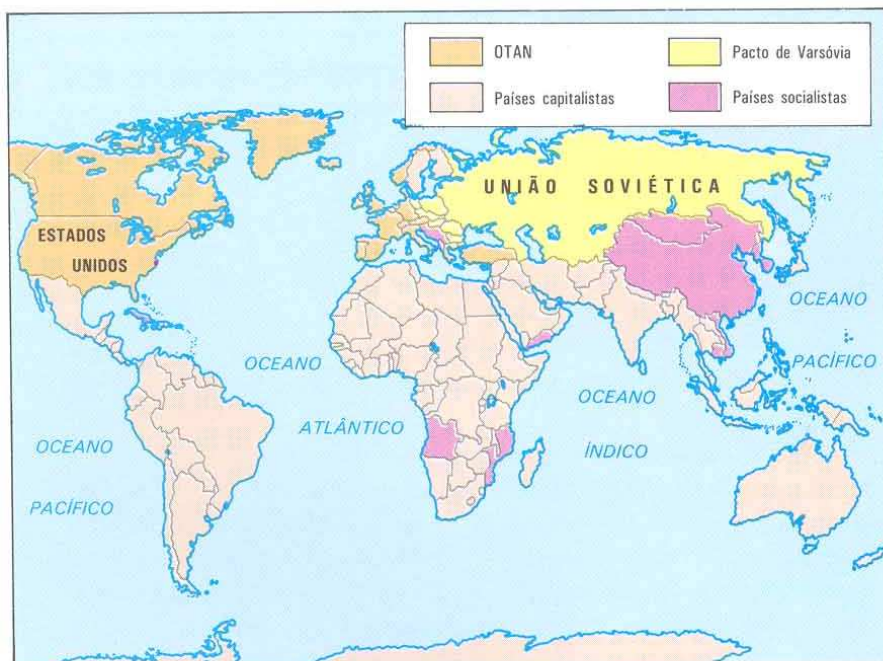
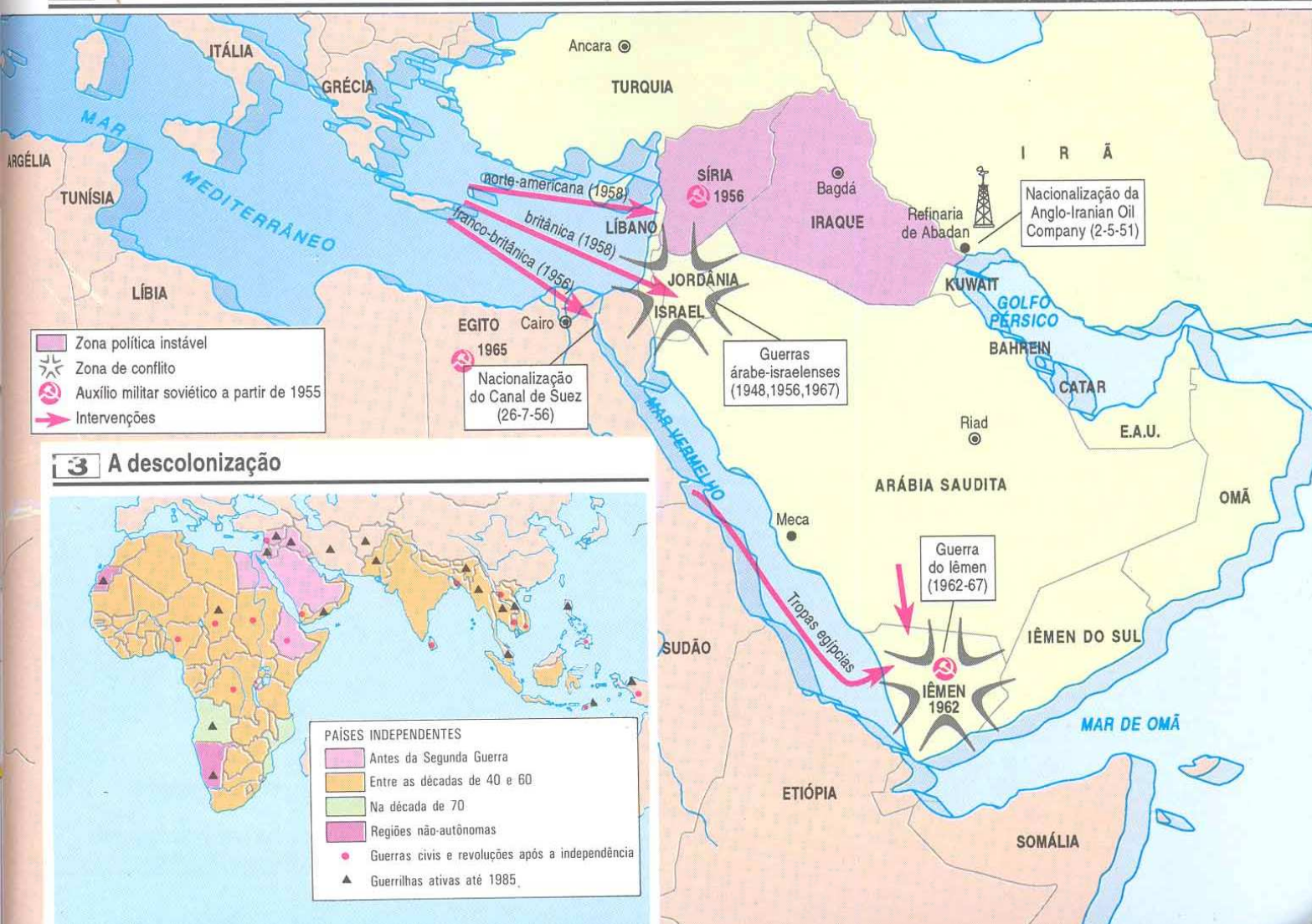


1453

IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

7 Revolução Cubana (19/1/1959)**2** Os blocos do imediato pós-guerra**6** O Oriente Médio (1950-1967)**3** A descolonização

Novas linhas de rumo

O término da Segunda Grande Guerra não trouxe a paz. A bipolarização que a ela se seguiu encerrou definitivamente o eurocentrismo, passando as rédeas para as mãos dos Estados Unidos e da União Soviética através da Guerra Fria. Em Berlim, na Coreia e em Cuba, o mundo se aproximou perigosamente do conflito nuclear. O capitalismo caçou bruxas e o socialismo levou o inverno às primaveras do Leste europeu. A Europa ocidental não se submetia facilmente aos desejos de Washington; Moscou se atritava com Pequim. Existiam outras trilhas que não eram as americanas ou soviéticas: os países não alinhados ganhavam terreno. A verdade retomou sua ambigüidade e dialética.

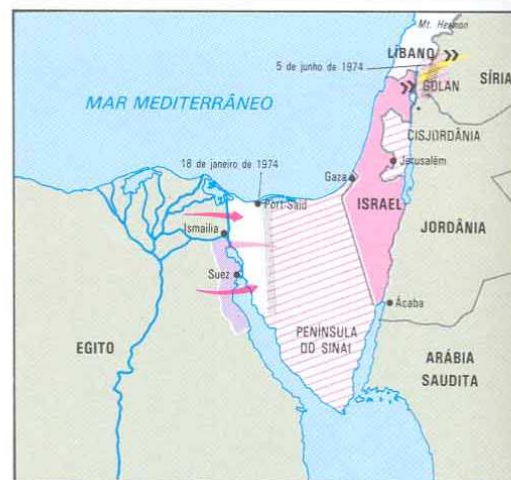
A igualdade destrutiva dos blocos força um triunfo da razão: é melhor coexistir pacificamente. O capitalismo faz reformas sociais e o socialismo começa a se abrir. O Vietnã e o Afeganistão agradecem o interesse, mas dispensam opiniões externas. Os países do Leste europeu retomam seus caminhos [4]. Todavia, há quem ache melhor manter a liberdade na gaiola dourada da Paz Celestial. O mundo percebe que os inimigos não eram tão irreconciliáveis. Moscou superlota lanchonetes e Washington teme que o saquê supere o uísque [1]. O medo do retrocesso é neutralizado pela população nas ruas de Moscou sob a bandeira da Rússia. O Leste se aproxima do Oeste. O medieval São Bernardo já preconizava: “a perfeição está na unidade”.

Para tanto também é necessário unir o Norte ao Sul. A grandeza de alguns não pode ser paga com o subdesenvolvimento de muitos. A descolonização desvenda miséria, aviltamento cultural, *apartheid*, conflitos religiosos, raciais, fronteiriços [2]. Tal é a herança do Terceiro Mundo deixada pela missão civilizadora do homem branco [5]... Mas a liberdade, mesmo que apenas política em muitos casos, vai chegando por meio de revoluções, acordos, desobediência civil, não-violência [6]... Intervenções ainda ocorrem. Concedem-se territórios a alguns povos desabrigoando outros [2]. A desigualdade de tratamento acentua radicalismos, intolerâncias.

A desculpa da segurança ainda se mostra um bom pretexto para anexar territórios, mas apenas para alguns [3]. O desespero de outros chega ao terrorismo, tirando a razão de quem, porventura, a tivesse. As potências cuidam para que os conflitos se mantenham locais e convencionais, mesmo que à custa de armas “inteligentes”. Muitas revoluções ainda são religiosas: a fé continua catalisando descontentamentos. Cecil Rhodes desejava anexar os planetas; a corrida espacial parece consegui-lo. No entanto, parece que nem isso basta para alguns.

Mas a chance ainda é do ser humano. O ano de 1990 mostrou que um muro não pode efetivamente separar os homens. A imagem de um solitário chinês paralisando uma coluna de blindados mostra ao mundo que não existe o melhor, quando imposto: é preferível o pior, desde que por opção. O ditado imprime a palavra, mas não impede a interpretação. Errar não é apenas humano, mas um direito humano [7]...

2 Guerra do Yom Kippur (outubro de 73)

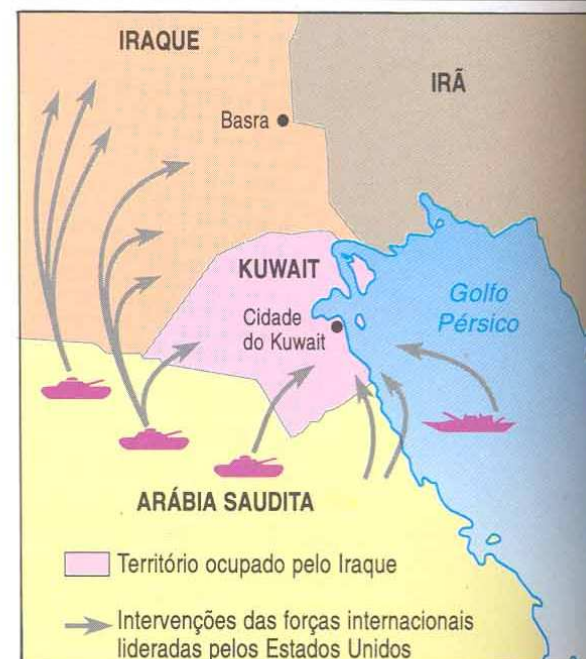


- Territórios ocupados por Israel após o final da Terceira Guerra Árabe-israelense**
- RESPOSTAS ISRAELENSES**
- Em Golan (11 de outubro)
 - De 15 a 20 de outubro
- OPERAÇÕES**
- Do Egito sobre o Canal de Suez (de 6 a 15 de outubro)
 - Da Síria em Golan (de 6 a 11 de outubro)
- Posições israelenses**
- Zonas controladas pela ONU**

4 O desmembramento da Iugoslávia



3 A Guerra do Golfo (1991)

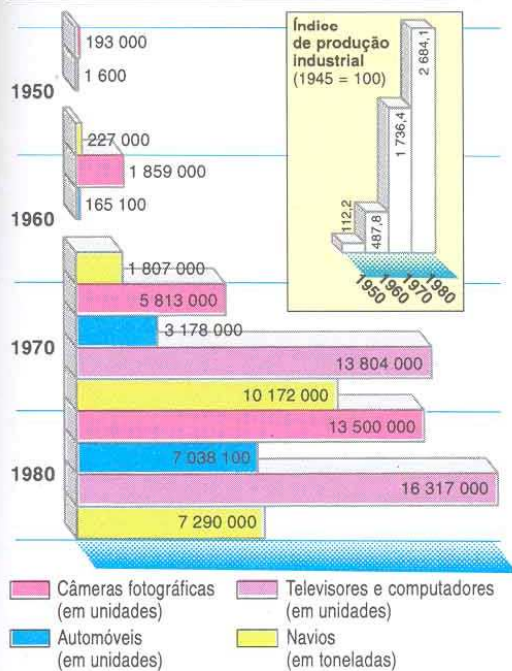
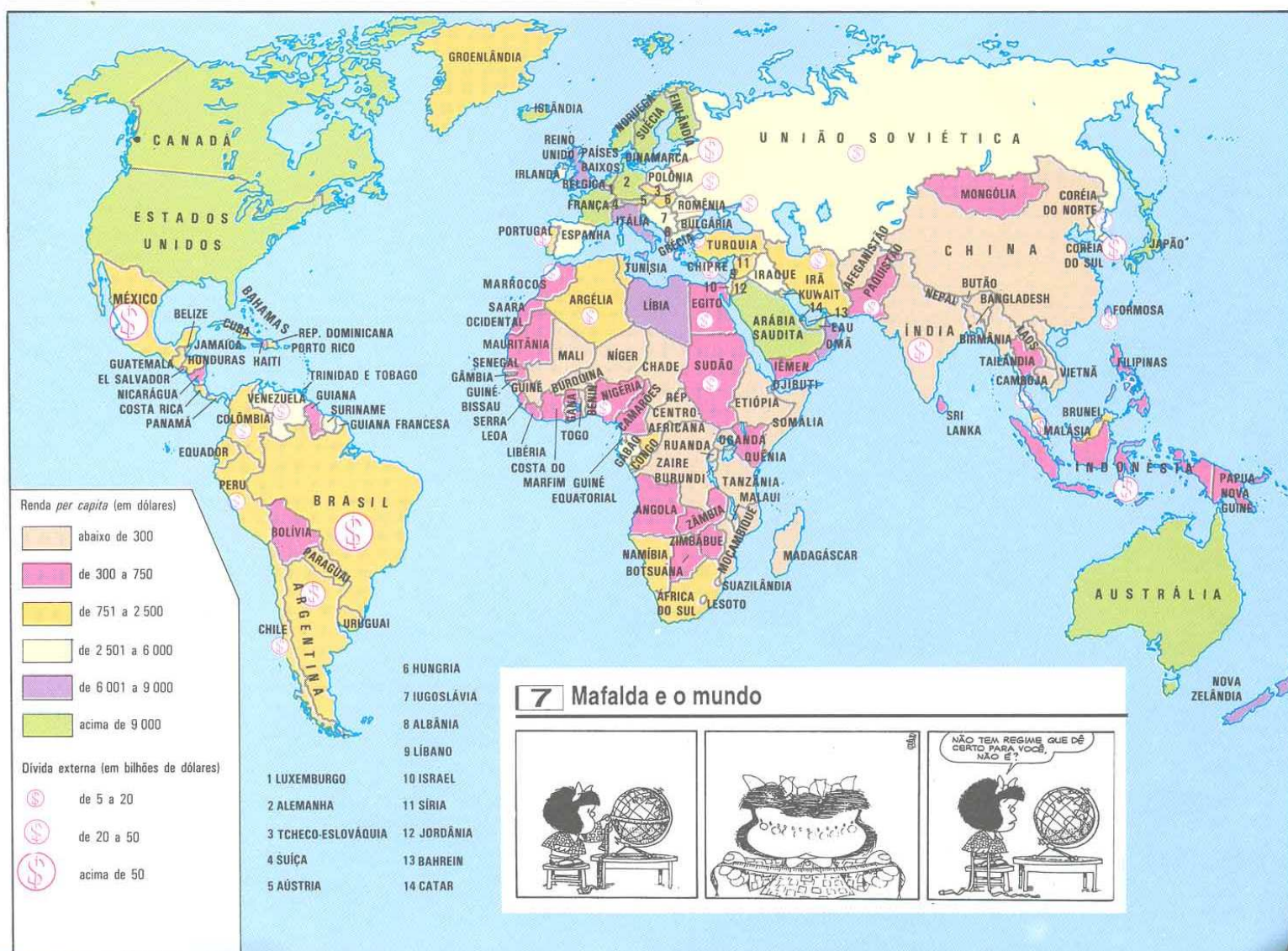
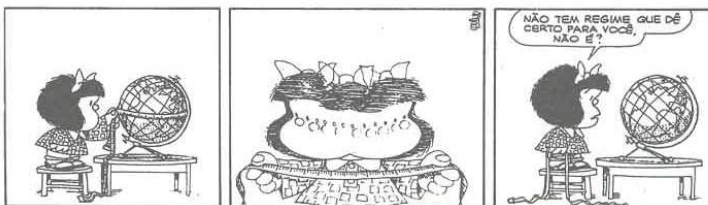


1453

IDADE MODERNA

1789

IDADE CONTEMPORÂNEA

1 O crescimento industrial do Japão**6 Novos países (1992)****5 O mundo na década de 1980: países ricos e pobres****7 Mafalda e o mundo**

Índice remissivo

- A** Absolutismo 36, 40, 42, 44, 46, 54; 42(2)*, 43(2).
 Afeganistão 76.
 África 10, 34, 38, 62, 64, 74; 62(2).
 Agricultura 4, 6, 16, 18, 22, 26, 28, 38, 46, 50, 70; 29(2).
 Alemanha 22, 30, 44, 46, 58, 60, 64, 68, 70, 72, 74, 76;
 58(1), 59(3), 70(5), 71(6), 74(1).
 Alexandre Magno, Império de 8; 8(4), 9(1).
 Aliados 72; 73(3, 4).
 América 34, 38, 40, 44, 50, 52, 62, 74, 76; 35(2), 39(2, 3),
 41(2, 3).
 América Anglo-saxônica 40; 41(2, 3).
 América Latina 38, 52, 62, 66; 52(1, 2, 3), 53(4, 5), 66(2),
 67(3, 5).
 Anglo-holandesas, Guerras 44; 45(2).
 Anglo-saxões *ver* Bárbaros.
 Antigo Regime 46, 48, 54, 56; 46(1), 48(1), 49(2).
 Antiguidade 4, 6, 8, 10, 12, 14; 4(3), 5(2, 4, 5, 6), 6(1),
 7(4), 9(1, 2), 11(3), 12(1).
 Árabe-israelenses, Guerras 74 76(2).
 Árabes 18; 19(5, 6).
 Ásia 62, 64; 63(3).
 Ásia Menor 6, 10.
 Áustro-Húngaro, Império 64, 68.
- B** Babilônia 4; 4(3), 5(4, 5), 9(1), 13(2).
 Bárbaros 16, 20, 34; 16(4), 17(1, 2), 21(1, 6).
 Barroco 44; 45(4).
 Belle Époque 64.
 Berlim *ver* Alemanha.
 Big Stick 66; 67(4).
 Bizâncio 18; 13(3), 17(2, 6), 19(4, 6).
 Bizantino, Império 18; 17(2), 19(4, 6).
 Bolívar 52; 52(1).
 Brasil 38, 52; 38(4), 53(4, 5), 67(5).
 Burguesia 26, 32, 34, 46, 48, 54, 56, 58, 60; 46(1).
- C** Calvino 32; 33(5).
 Camponeses 46, 48; 23(7).
 Capitalismo 32, 34, 42, 44, 50, 52, 54, 56, 60, 62, 68, 70,
 72, 74, 76; 71(1), 77(5).
 Carlos Magno 20; 21(3).
 Carolíngio, Império 20; 20(5), 21(3).
 CEI 77(6).
 Cem Anos, Guerra dos 28, 32; 29(7).
 Chaco, Guerra do 52.
 China 4, 34, 66, 74, 76.
 Cidades-Estado 6, 8.
 Civil Espanhola, Guerra 72; 73(1).
- Civilização Clássica 6, 8, 10, 12, 14, 20, 30; 9(2),
 14(2, 4, 5), 15(1, 3).
 Cívilizações hidráulicas 4.
 Clero *ver* Igreja.
 Coexistência Pacífica 66, 76.
 Colombo, Cristóvão 34; 34(3).
 Colônias 6, 8, 14, 36, 38, 40, 42, 46, 52, 54, 62, 64, 66,
 74, 76; 37(3), 39(3), 41(3), 47(3), 75(3).
 Comércio 4, 6, 8, 16, 18, 22, 26, 30, 36, 38, 44, 62; 20(5),
 27(6, 7), 37(4), 41(2).
 Constantinopla 18; 17(2), 18(1).
 Contra-Reforma *ver* Reforma e Contra-Reforma.
 Coreia, Guerra da 74, 76; 74(4).
 Criméia, Guerra da 58.
 Cristianismo 12, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 32, 34; 12(5),
 13(3), 17(1), 21(1), 23(9), 24(3), 25(4, 5, 6).
 Cruzadas 22; 23(9).
- D** Demografia 5(6), 12(1), 17(3), 21(2), 23(10), 28(1), 47(2),
 56(2).
 Descobrimentos *ver* Navegações e Descobrimentos.
 Descolonização 74, 76; 75(3).
 Doutrina Monroe 66.
- E** Egito 4, 8, 12; 4(1).
 Eixo 73(3).
 Escravos 4, 10, 12, 38, 50, 52.
 Espanha 30, 34, 38, 40, 52; 17(5), 73(1).
 Estados Unidos 40, 50, 52, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76;
 40(4, 6), 41(1), 50(2, 3), 51(1, 4, 5, 6), 70(2).
 Etruscos 7(4).
 Europa 12, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 36, 38, 42,
 46, 52, 54, 56, 62, 64, 66, 68, 74, 76; 28(3), 29(4, 5),
 36(1), 37(2), 55(4), 57(1).
- F** Fascismos 70, 72, 74; 68(1), 69(3), 72(2).
 Fenícios 4; 5(4), 7(4).
 Feudalismo *ver* Sociedade Feudal.
 França 28, 30, 42, 44, 46, 58, 60, 64, 68, 72; 17(4), 23(2),
 29(7), 32(1), 42(1), 44(3), 49(2, 3), 54(1), 55(2).
 Francos *ver* Bárbaros.
- G** Gália 20.
 Germânicos/Germanos 12, 16, 18, 20, 22; 17(1, 2).
 Godos *ver* Bárbaros.
 Grandes Navegações *ver* Navegações e Descobrimentos.
 Grécia 6, 8, 10, 14, 18; 6(5), 7(3, 4), 9(2).
 Guerra Fria 66, 74, 76; 75(2).

- H** Hebreus 4.
 Hispano-Americana, Guerra 66; 67(1).
 Holanda *ver* Países Baixos.
 Húngaros 22; 21(6).
 Hungria 74.
- I** Ibérica, Península 10, 22; 17(5).
 Idade Média 16, 18, 30, 34, 42, 44; 22(1), 24(7).
 Igreja 18, 20, 24, 28, 32, 34, 42, 46, 48, 52; 24(7).
 25(4, 5, 6).
 Imperialismo 60, 62, 64, 66, 76; 63(1, 2, 3).
 Incas 38; 38(1).
 Índia 4, 8, 34.
 Indústria 36, 38, 46, 50, 52, 60, 62, 66, 70; 47(3), 51(6).
 60(6), 61(5), 64(1), 70(3).
 Inglaterra 28, 38, 40, 42, 44, 46, 52, 58, 60, 62, 64, 68, 72;
 16(3), 44(1), 45(2), 60(1), 61(2).
 Islã 18; 18(2), 19(5, 6).
 Itália 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 30, 42, 58, 60, 64, 68,
 70, 72; 17(6), 31(1), 59(2).
 Iugoslávia 76(4).
- J** Japão 34, 64, 66, 72, 74, 76; 77(1).
 Judaísmo 12.
 Júlio César 10; 10(5).
- L** Liberalismo 52, 54, 56, 58.
 Liga das Nações 68, 72; 69(2).
 Lombardos *ver* Bárbaros.
 Luís XIV 42; 43(4).
 Lutero 32; 33(4).
- M** Maias 38(1).
 Maomé 18.
 Marco Pólo 26(5).
 Médicas, Guerras 6.
 Mercantilismo 36, 38, 40, 42, 46, 54, 62; 37(4).
 Mesopotâmia 4, 8; 4(3), 13(2).
 Mineração 36, 38, 44, 50; 38(6).
 Muçulmano, Império 18.
 Muçulmanos 18, 20, 22; 19(5, 6), 23(9).
- N** Nacionalismo 44, 52, 56, 58, 64, 68, 70.
 Napoleão I 54, 56.
 Napoleônicas, Guerras 54; 54(1, 3).
 Napoleônico, Império 54, 56; 54(3), 55(4).
 Navegações e Descobrimentos 6, 28, 34, 44; 26(5),
 34(1, 3), 35(2, 4), 39(2, 3).
 Nazismo *ver* Fascismos.
 New Deal 70; 70(2).
 Nobreza 24, 26, 46, 48; 46(1).
 Normandos *ver* Vikings.
- O** Ocidente 18, 20, 22, 26, 46, 72, 74, 76.
 Organização das Nações Unidas (ONU) 74.
 Oriente 8, 18, 22, 28, 46, 64, 76.
 Oriente Médio 4, 22, 34, 64, 74, 76; 4(3), 5(5), 75(6),
 76(2, 3).
- P** Países Baixos 44, 46.
 Papado/Papa 20, 24, 28, 32; 28(6).
 Pecuária 4, 38; 39(5).
 Peloponeso, Guerra do 6.
 Pequim *ver* China.
 Persa, Império 4, 6, 8; 5(5), 7(4).
 Peste Negra 28, 32; 28(3), 29(2).
 Portugal 34, 38, 40, 52.
 Pré-História 4; 5(2).
 Primeira Guerra Mundial 64, 66, 68, 70, 72; 64(4),
 65(2, 3).
 Proletariado 32; 32(1, 2), 33(3).
 Protestantes 32; 32(1, 2), 33(3).
 Prússia *ver* Alemanha.
 Púnicas, Guerras 11(2).
- R** Reforma e Contra-Reforma 32, 40, 42, 44; 32(1, 2), 33(3).
 Renascimento 20, 30, 32, 34, 42, 44, 48; 30(3), 31(1, 2).
 Revolução Cubana 74, 76; 75(7).
 Revolução Francesa 54, 56; 54(1).
 Revolução Industrial 50, 52, 56, 60; 56(6), 60(6, 7), 61(5).
 Revolução Russa 64, 68, 70; 69(3), 71(7).
 Roma *ver* Romano, Império e Itália.
 Romano, Império 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20; 10(1, 4),
 11(2, 3), 12(1), 13(2, 3).
 Rússia 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76; 71(7), 77(6).
- S** Sacro Império Romano-Germânico 29(4, 6), 43(2).
 Secessão, Guerra de 50; 51(4).
 Segunda Guerra Mundial 66, 72, 74, 76; 72(5),
 73(3, 4, 6, 7).
 Senhorio/Servidão 46; 22(1), 23(3, 4, 7).
 Socialismo 56, 58, 66, 68, 70, 72, 74, 76; 75(2).
 Sociedade Feudal 20, 22, 24, 26, 28; 22(1, 6), 23(3, 4, 7, 8),
 26(1).
- T** Tcheco-Eslováquia 74.
 Teodósio 12.
 Terceiro Mundo 76.
 Trinta Anos, Guerra dos 44; 45(5).
 Tríplice Aliança 64; 64(4).
 Tríplice Entente 64; 64(4).
 Turco-Otomano, Império 64, 68; 64(4).
 Turcos 18, 22, 32.
- U** União Soviética *ver* Rússia.
- V** Vândalos *ver* Bárbaros.
 Versalhes, Tratado de 68.
 Viena, Congresso de 46, 56; 57(4).
 Vietnã, Guerra do 74, 76; 74(5).
 Vikings 22; 21(6).
- W** Washington *ver* Estados Unidos.

Bibliografia utilizada

Atlas históricos

- ATLAS Marín de Geografía e Historia. Barcelona, Marín, 1970.
 BERTIN, J. *Atlas historique*. Paris, Flammarion, 1991.
 CHADWICK, H. e EVANS, G.R. *Atlas of the Christian church*. Oxford, Phaidon, 1987.
 CORBISHLEY, M.J. *L'Empire Romain; atlas historique*. Paris, Casterman, 1990.
 DUBY, G. (dir.) *Atlas historique*. Paris, Larousse, 1989.
 GILBERT, M. *Jewish History atlas*. Nova Iorque, MacMillan, 1976.
 GROLLENBERG, L.C. *The Penguin shorter atlas of the Bible*. Harmondsworth, Penguin, 1988.
 JEDIN, H., LATOURETTE, K., e MARTIN, J. (dir.) *Atlas d'histoire de l'église*. Turneout, Brepols, 1989.
 KINDER, H. e HILGEMANN, W. *Atlas histórico mundial*. v. I e II. Madri, Istmo, 1975.
 LANGE, N. *Atlas of the Jewish world*. Oxford, Phaidon, 1985.
 McEVEDY, C. *Atlas da História Antiga*. Lisboa, Ulisséia, 1973.
 ———. *Atlas da História Medieval*. Lisboa, Ulisséia, 1973.
 ———. *Atlas da História Moderna*. Lisboa, Ulisséia, 1973.
 ———. e JONES, R. *Atlas of world population history*. Harmondsworth, Penguin, 1980.
 NEBENZAHL, K. *Atlas de Christophe Colomb et des grandes découvertes*. Paris, Bordas, 1991.
 PHILIPS atlas of Modern History. Londres, The Historical Association/George Philips and Son, 1970.
 PHILIPS intermediate historical atlas. Londres, The Historical Association/George Philips and Son, 1969.
 POWEL, A. *Le monde grec; atlas historique*. Paris, Casterman, 1990.
 ROGERSON, J. *Atlas of the Bible*. Oxford, Phaidon, 1985.
 THE TIMES concise atlas of world history. Londres, Times, 1986.

Outras fontes

- ADAMS, W.P. *Los Estados Unidos de América*. México, Siglo Veintiuno, 1985.
 BOLTON, B. *A Reforma na Idade Média*. Lisboa, Edições 70, 1986.
 BRAUDEL, F. *Civilização material e capitalismo*. Lisboa, Cosmos, 1970.
 CHAUNU, P. *A América e as Américas*. Lisboa, Cosmos, 1969.
 ———. *A civilização da Europa das luzes*. v. 1. Lisboa, Estampa, 1985.
 CORVOISIER, A. *História Moderna*. São Paulo, Difel, 1976.
 DELUMEAU, J. *A civilização do Renascimento*. v. 1. Lisboa, Estampa, 1984.
 ELLAURI, S. *Los tiempos modernos y contemporáneos*. Buenos Aires, Kapeluz, 1969.
 FEDOU, R. *Léxico de la Edad Media*. Madri, Taurus, 1986.
 GIRARD, L. *Rome et le Moyen Age jusqu'en 1328*. Paris, Bordas, 1968.
 ———. *Le temps des révolutions*. Paris, Bordas, s.d.
 GUILLEMAIN, B. *O despertar da Europa — do ano 1000 a 1250*. Lisboa, Dom Quixote, 1980.
 KNOWLES, D. *El monacato cristiano*. Madri, Guadarrama, 1969.
 LE GOFF, J. *La civilización del Occidente medieval*. Barcelona, Juventud, 1969.
 LÓPEZ, R.S. *O nascimento da Europa*. Lisboa, Cosmos, 1965.
 MANTRAN, R. *La expansión musulmana (siglos VII al XI)*. Barcelona, Labor, 1973.
 MORAZÉ, C. *Os burgueses à conquista de mundo*. Lisboa, Cosmos, 1965.
 NARO, N.P.S. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo/Campinas, Atual/Unicamp, 1985.
 NERÉ, J. *História Contemporânea*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1975.
 PERRY, M. et alii. *Civilização ocidental — uma história concisa*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
 PIDAL, R.M. (dir.) *Historia de España — España Visigoda*. t. III. Madri, Espasa-Calpe, 1976.
 POUNDS, N.J.G. *Historia económica de la Europa medieval*. Barcelona, Crítica, 1981.
 PREVITÉ-ORTON, C.W. *Historia del mundo en la Edad Media*. v. III. Barcelona, Ramón Sopena, 1967.
 RICHÉ, P. *Grandes invasões e impérios — séculos V a X*. Lisboa, Dom Quixote, 1980.
 SAMARKIN, V.V. *Geografía histórica de Europa Occidental en la Edad Media*. Madri, Akal, 1981.
 VAN DÜLMEN, R. *Los inicios de la Europa Moderna: 1550-1640*. México, Siglo Veintiuno, 1984.
 VINCENT, M. et alii. *Le Moyen Age*. Paris, Bordas, 1970.
 ———. *L'Antiquité*. Paris, Bordas, 1970.